

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MARIA JULIANA NUNES DA SILVA

**ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: O CONTEXTO DE ATUAÇÃO DOS
ESTAGIÁRIOS, SOB A ÓTICA DAS INSTITUIÇÕES CONTRATANTES E
DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**BELO HORIZONTE
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MARIA JULIANA NUNES DA SILVA

**ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: O CONTEXTO DE ATUAÇÃO DOS
ESTAGIÁRIOS, SOB A ÓTICA DAS INSTITUIÇÕES CONTRATANTES E
DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da Escola de Ciência da
Informação da Universidade Federal de Minas Gerais
para a obtenção do título de Mestre em Ciência da
Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Profª. Dra. Ivana Denise Parrela.

**BELO HORIZONTE
2017**

S586e
2017

Silva, Maria Juliana Nunes da.

Entre a teoria e a prática [manuscrito] : o contexto de atuação dos estagiários, sob a ótica das instituições contratantes e dos egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais / Maria Juliana Nunes da Silva. – 2017.
127 f. : il., enc.

Orientadora: Ivana Denise Parrela.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 100-108.

Anexos: f. 115-127.

Apêndices: f.109-114.

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Mercado de trabalho – Teses. 3. Arquivologia – Teses. 4. Estagiários – Teses. I. Título. II. Parrela, Ivana D. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 378:651.5

Ficha catalográfica: Bibliotecária Luciana Gonçalves Silva Souza CRB6: 2863



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO


"ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: O CONTEXTO DE ATUAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS, SOB A ÓTICA DAS INSTITUIÇÕES CONTRATANTES E DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS"

Maria Juliana Nunes da Silva

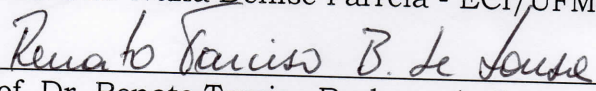
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade**".

Dissertação aprovada em: 01 de dezembro de 2017.

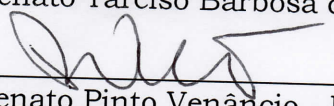
Por:



Prof.ª. Dra. Ivana Denise Parrela - ECI/UFMG (Orientadora)

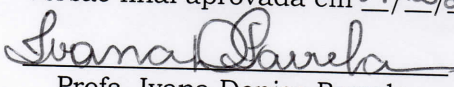


Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Souza - UNB



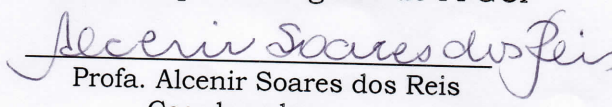
Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - ECI/UFMG

Versão final aprovada em 04/12/2017



Prof.ª. Ivana Denise Parrela
Orientadora

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Prof.ª. Alcenir Soares dos Reis
Coordenadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **MARIA JULIANA NUNES DA SILVA**, matrícula:
2016662322

As 14:00 horas do dia 01 de dezembro de 2017, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 24/11/2017, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Entre a teoria e a prática: o contexto de atuação dos estagiários, sob a ótica das instituições contratantes e dos egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Ivana Denise Parrela, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a argüição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Ivana Denise Parrela - Orientadora

APROVADA

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Souza


APROVADA

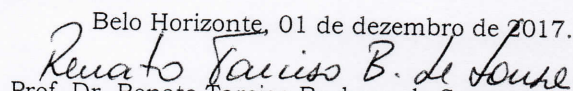
Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio

APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

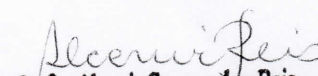
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. Ivana Denise Parrela
(ECI/UFMG)

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2017.

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Souza
(UNB)


Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
(ECI/UFMG)

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Profa. Alcenir Soares dos Reis
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Ciência
da Informação da UFMG

À minha querida família, motivo do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por sempre guiar meus caminhos, me dar força para não desistir e me conceder discernimento nas minhas escolhas.

Agradeço ao meu amor, Eufrânio Júnior, por não desistir, durante dez anos, de me incentivar a fazer o mestrado, por ser meu exemplo de pessoa, de líder, de cientista, e pela paciência nos momentos necessários. Eu aprendo muito com você, amor para sempre.

À minha orientadora, Professora Ivana, que me acolheu de braços abertos no momento mais difícil desta jornada, sem pestanejar e sem me conhecer. Fez com que eu seguisse em frente, sempre com muita sutileza, sensatez, orientação e um grande sorriso no rosto. Obrigada pela confiança e pelas contribuições, juntas chegamos ao final.

Aos Professores Renato Tarciso Barbosa de Sousa e Renato Pinto Venâncio, pelas preciosas colocações feitas na banca examinadora, que muito enriqueceram o trabalho.

Ao meu filho amado, Nicolas, que, mesmo sem saber, muitas vezes teve paciência de me deixar trabalhar, abdicando do meu tempo com ele.

Aos meus queridos pais, João e Lourdes, por terem me ajudado a ser uma pessoa melhor e me preparado para trilhar os melhores caminhos na vida.

Agradeço à minha equipe de trabalho da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ/UFMG, Júnia, Daniel, Érika e em especial à Lilian, pela compreensão nos períodos de ausência e ajuda necessária, momento mais que oportuno de integração a esse time.

À minha amiga Luciana (Lu), que o destino coincidentemente nos colocou em contato no dia da tão nervosa seleção, e desde então seguimos juntas nos momentos difíceis, de incertezas, cansaço e ajuda mútua.

À minha querida amiga Ana Lúcia, exemplo de profissional e superação, que me ajudou muito a trilhar o caminho da seleção, relatando-me sua experiência, fundamental para minha aprovação.

Aos meus sogros, Eufrânio e Cláudia, à Thiara Alves, à Cíntia Arreguy, que muito contribuiu na minha qualificação. À Professora Alcenir e a todos os professores das disciplinas do mestrado, que muito acrescentaram à minha formação e conhecimento, e às demais pessoas que direta ou indiretamente, em algum momento dessa caminhada, contribuíram para este desfecho surpreendente e emocionante.

RESUMO

O curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG foi iniciado em 2009 como forma de suprir necessidades sociais, no que tange ao direito à informação e à memória, entre outras. Entretanto tem-se pouca informação sobre os aspectos desse mercado profissional em formação. Com poucas turmas formadas, torna-se dificultoso levantar esse panorama, mas desde o início do curso houve uma grande demanda das instituições por estagiários, sinalizando indícios a serem pesquisados. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho foi conhecer o contexto de atuação dos estagiários do curso de Arquivologia da UFMG, sob a ótica das instituições contratantes, no que concerne a alguns conceitos e práticas, e dos egressos do curso, a fim de identificar possíveis implicações no mercado de trabalho para o arquivista no tocante à sua inserção, reconhecimento e visibilidade do seu trabalho. A importância da pesquisa se justifica pela escassez desse tipo de informação pós-criação do curso de graduação na UFMG, contribuindo, assim, para a construção do conhecimento científico na área, subsidiando informações de como os estagiários atuaram dentro das instituições, como essas instituições enxergam o arquivista e o seu objeto, investigar junto aos egressos o mercado profissional com o qual se depararam, identificando a influência do curso nesse “novo” nicho de trabalho, e conseqüentemente conhecer e fomentar o processo laboral em desenvolvimento. Diante de tal contexto, o problema de pesquisa que se pôs foi quais os reflexos no mercado de trabalho para o arquivista, a partir da apreensão de alguns conceitos e práticas levantados em dois nichos: as instituições contratantes de estagiários do curso de Arquivologia da UFMG e os egressos do curso de Arquivologia da UFMG. Em relação à metodologia, a pesquisa é qualitativa de natureza básica, de caráter exploratório. O procedimento utilizado foi a pesquisa de campo, utilizando as técnicas de coleta de dados com a aplicação de questionário aos egressos e entrevista às instituições contratantes de estagiários. Ao final da pesquisa concluiu-se que o mercado de trabalho em Belo Horizonte, por meio de suas instituições públicas e privadas, precisa evoluir e avançar no que concerne aos conceitos e práticas relacionadas aos arquivos e aos arquivistas, pois o entendimento hoje é incipiente, de modo geral. O curso de Arquivologia da UFMG exerce um papel estratégico para essa mudança de cenário, para isso é preciso incentivar seus alunos a trabalhar com *marketing* arquivístico, instigando os futuros profissionais a mostrarem a que vêm nesse mercado laboral.

Palavras-chave: arquivista; formação universitária; egressos; estagiários; mercado de trabalho; Arquivologia.

ABSTRACT

The Archivology course at the Federal University of Minas Gerais - UFMG was started in 2009 as a way to meet social needs, regarding the right to information and memory, among others. However, there is little information on the aspects of this professional market in training. With few classes formed, it is difficult to raise this panorama, but since the beginning of the course there was a great demand of institutions for trainees, signaling indications to be researched. Therefore, the general objective of this work was to know the context of the work of the trainees of the UFMG Archivology course, from the point of view of the contracting institutions, regarding some concepts and practices, and of course graduates, in order to identify possible labor market implications for the archivist regarding their insertion, recognition and visibility of their work. The importance of the research is justified by the scarcity of this type of information post-creation of the undergraduate course at UFMG, thus contributing to the construction of scientific knowledge in the area, subsidizing information on how interns worked within the institutions, as these institutions see the archivist and his object, to investigate with the graduates the professional market with which they came across, identifying the influence of the course in this "new" niche of work, and consequently to know and to foment the labor process in development. In view of this context, the research problem that was posed was the reflexes in the labor market for the archivist, from the apprehension of some concepts and practices raised in two niches: the contracting institutions of trainees of the course of Archives of UFMG and the graduates of the course of Archivology of UFMG. In relation to the methodology, the research is qualitative of a basic nature, of an exploratory nature. The procedure used was the field research, using the techniques of data collection with the application of questionnaire to the graduates and interview to the contracting institutions of trainees. At the end of the research it was concluded that the labor market in Belo Horizonte, through its public and private institutions, needs to evolve and advance with regard to concepts and practices related to archives and archivists, since the understanding is incipient today, Generally. The UFMG Archivology course plays a strategic role in this change of scenery, for this you need to encourage your students to work with archival marketing, encouraging future professionals to show what they come in this job market.

Keywords: archivist; university education; graduates; trainees; labor market; Archivology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Expansão das universidades e institutos federais com o REUNI.....	43
Gráfico 2 – Projeção da criação dos cursos de Arquivologia	44
Gráfico 3 – Número de empresas atuantes em Belo Horizonte.....	49
Gráfico 4 – Total de instituições cadastradas que contrataram estagiários de 2009 a março de 2017.....	60
Gráfico 5 – Quantidade de instituições contratantes por esfera pública.....	61
Gráfico 6 – Quantidade de instituições de outras naturezas contratantes	61
Gráfico 7 – Registro das instituições por ano de contrato	62
Gráfico 8 – Amostra das instituições pesquisadas.....	63
Gráfico 9 – Continuação na contratação de estagiários	67
Gráfico 10 – Dificuldade em contratar estagiários	68
Gráfico 11 – Contratação de estagiários de outros cursos	68
Gráfico 12 – Estagiário trabalha com outros servidores que não da equipe técnica	70
Gráfico 13 – Estagiário participa do planejamento das atividades.....	70
Gráfico 14 – Contratação de arquivista.....	71
Gráfico 15 – Gênero dos egressos	73
Gráfico 16 – Idade média dos egressos.....	74
Gráfico 17 – Outra formação, além da graduação em Arquivologia.....	74
Gráfico 18 – Soma das outras formações.....	75
Gráfico 19 – Ano de formação	75
Gráfico 20 – Atuação na área	76
Gráfico 21 – Tempo de atuação na área.....	77
Gráfico 22 – Faixa salarial média.....	77
Gráfico 23 – Esfera de atuação.....	78
Gráfico 24 – Competências necessárias supridas pelo curso	81
Gráfico 25 – Repercussão da chegada do egresso na instituição	84
Gráfico 26 – Atuação como estagiário.....	88
Gráfico 27 – Esfera de atuação.....	88
Gráfico 28 – Acompanhamento das atividades.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia da formação profissional internacional	28
Quadro 2 – Surgimento do ensino da Arquivística.....	29
Quadro 3 – Criação dos cursos superiores em Arquivologia	39
Quadro 4 – Distribuição dos cursos no Brasil	44
Quadro 5 – Papel dos partícipes, segundo a Lei nº 11.788/2008	55
Quadro 6 – Perfil dos entrevistados	64
Quadro 7 – Entendimento da instituição sobre o conceito de arquivo e sua importância	65
Quadro 8 – Motivos para contratação de estagiários	66
Quadro 9 – Âmbito e atividades dos estagiários nas instituições.....	69
Quadro 10 – Visão da instituição sobre a área, Arquivologia e o profissional arquivista	72
Quadro 11 – Motivo de não atuarem na área	76
Quadro 12 – Visão geral da inserção dos egressos no mercado de trabalho na área.....	78
Quadro 13 – O curso supriu as competências necessárias para a atuação no mercado	81
Quadro 14 – Visão da instituição do egresso sobre a área e sobre o profissional.....	82
Quadro 15 – Comentários sobre a chegada do egresso na instituição	84
Quadro 16 – Impacto do curso no mercado de trabalho	85
Quadro 17 – Pontos fortes e fracos do estágio	90
Quadro 18 – Visão da instituição contratante de estagiários sobre a área e o arquivista	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros
ABF – Association des Bibliothécaires Français
ALA – American Library Association
AN – Arquivo Nacional
APM – Arquivo Público Mineiro
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA – Congresso Brasileiro de Arquivologia
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFE – Conselho Federal de Educação
CIA – Conselho Internacional de Arquivos
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CODEARQ – Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
CPA – Curso Permanente de Arquivo
DA – Diretório Acadêmico
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DIARQ – Diretoria de Arquivos Institucionais
ECI – Escola de Ciência da Informação
ENA – Escola Nacional de Arquivística
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FJP – Fundação João Pinheiro
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT/SP – Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho de São Paulo
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LTDA – Sociedade Empresarial de Responsabilidade Limitada

MEC – Ministério da Educação
NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB – Produto Interno Bruto
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REUNI – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
S/A – Sociedade Anônima
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SINAR – Sistema Nacional de Arquivos (década de 1970)
SMARH – Secretaria Municipal de Recursos Humanos
SNA – Sistema Nacional de Arquivos (década de 1960)
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A CONJUNTURA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA	21
2.1 Arquivologia: da prática à teoria	21
2.2 A formação universitária.....	26
2.3 A formação em Arquivologia – Cenário internacional.....	28
2.4 A formação em Arquivologia – Cenário nacional.....	31
2.4.1 As conquistas da Arquivologia Nacional a partir da década de 1970	35
3 CRIAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG – A CONTEXTUALIZAÇÃO DE UM PERCURSO	41
3.1 A importância do projeto REUNI.....	41
3.2 O curso de graduação da UFMG	45
4 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	53
4.1 O estágio não obrigatório e o projeto pedagógico do curso de Arquivologia da UFMG	56
4.2 O estagiário de Arquivologia – Função de arquivista, técnico de arquivo ou estagiário?.....	56
5 O PERFIL DE MERCADO A PARTIR DE DOIS NICHOS: AS INSTITUIÇÕES CONTRATANTES DE ESTAGIÁRIOS E OS EGRESSOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG	60
5.1 As instituições contratantes.....	60
5.1.1 As entrevistas	64
5.2 Os egressos	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A INSTITUIÇÃO	109
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS EGRESSOS	112
ANEXO A – RESOLUÇÃO N° 02/2009 CEPE/UFMG.....	115
ANEXO B – MODELO DE PLANO DE TRABALHO	119
ANEXO C – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO	120
ANEXO D – RESPOSTA OUVIDORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE SOBRE O CARGO DE ARQUIVISTA	125
ANEXO E – RESPOSTA e-SIC DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL DE MINAS GERAIS SOBRE O CARGO ARQUIVISTA	126

1 INTRODUÇÃO

O que motivou o interesse de pesquisa pelo tema mercado de trabalho dos arquivistas, em um primeiro momento, foi o olhar forasteiro de quem chega na cidade e precisa se inserir ao mercado, e pergunta-se como este se configura em Minas Gerais, mais precisamente em Belo Horizonte.

A análise de classificados eletrônicos, em que a maioria das vagas oferecidas para arquivista era de nível médio, com oferta de um salário mínimo, e a pouca demanda de concursos para esse perfil na cidade de Belo Horizonte despertaram a curiosidade para o tema.

Em Minas Gerais o curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG foi iniciado em 2009 como forma de suprir necessidades sociais, no que tange ao direito à informação e à memória, entre outras, formando mão de obra qualificada em um dos estados mais antigos e populosos do Brasil. Mas percebeu-se que há poucos dados sobre o impacto da criação desse curso no mercado de trabalho, conseqüentemente, as percepções sobre a importância e atuação do profissional arquivista¹ são escassas, incluindo poucas informações sobre a absorção desse profissional, principalmente das primeiras turmas formadas ingressantes no mercado de trabalho.

Não se pode negar que nos moldes atuais da educação, e mais especificamente da educação universitária, o processo de instrução objetiva desenvolver, entre outras coisas, a capacidade intelectual do indivíduo para a resolução de problemas e situações específicas, mediante a aquisição de conhecimento e habilidades, ou seja, a formação universitária é fundamental para o desenvolvimento de competências profissionais que visam suprir demandas da sociedade. Neste sentido, a universidade, representada por seus diversos cursos, possui papel preponderante na sociedade moderna.

Cada vez mais a Arquivologia vem ganhando visibilidade devido à crescente demanda por profissionais da informação. Conforme descrito na página eletrônica do curso de graduação da UFMG:²

O curso de Arquivologia tem por finalidade formar profissionais para atuar na organização e gestão de arquivos, a partir da compreensão de seu valor corrente e histórico. O principal objetivo é capacitar os alunos a manter e permitir o acesso e a recuperação de documentos de arquivo. [...] O profissional arquivista atua nas diversas

¹ Arquivista: Profissional de nível superior, com formação em arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado (BRASIL, 2005a).

² Disponível em: <<http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/o-curso/arquivologia>>. Acesso em: 10 maio 2017.

organizações públicas e privadas, nas áreas de planejamento e administração de unidades de arquivo.

O profissional formado desenvolve a capacidade de realizar atividades profissionais nas mais variadas frentes, tais como gestão e preservação, consultoria e assessoramento técnico, atendendo a demandas de informações contidas em documentos produzidos no mundo contemporâneo.

A formação universitária é uma das principais pontes que liga o futuro profissional ao mercado de trabalho, e uma das complementações para essa boa preparação é o papel que o estágio, obrigatório e não obrigatório, tem na grade curricular dos cursos superiores.

“A Arquivística³ é uma disciplina com finalidade profissional e, por seu turno, ela deve apoiar seus ensinamentos teóricos sob uma experimentação e um contato com a prática” (ROUSSEAU; COUTURE, 1994 *apud* SOUSA, 1999, p. 169). Sousa discorre que a prática deve ter um compromisso com a construção do conhecimento e estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, recriar e, sobretudo, inovar.

É imprescindível que a teoria e a prática estejam interligadas para uma melhor formação, e a universidade por si só não consegue dar conta de representar a realidade. Ainda segundo Sousa (1999):

Desta forma, o estágio prático é essencial à formação do aluno de Arquivologia. Ele propicia ao aluno um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre o agir profissional e uma visão crítica das relações existentes no mercado de trabalho. O exercício prático, entretanto, deve ser apoiado na supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos (BURIOLLA, 1995 *apud* SOUSA, 1999, p. 172).

Em Belo Horizonte o curso de graduação de Arquivologia da UFMG possui poucas turmas formadas, o que torna dificultoso levantar o panorama do mercado laboral que rodeia essa demanda. Trata-se de um processo que ainda está em consolidação, em construção.

Mas em Minas Gerais essa demanda está por muito tempo represada, tornando o mercado da Arquivologia um campo fértil a ser explorado. O estado possui 853 municípios e, como um parâmetro para as demandas por tratamento arquivístico de acervos acumulados,

³ Arquivística: Disciplina também conhecida como Arquivologia, que tem como objeto o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e organização (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 5). Neste trabalho serão usadas as duas terminologias como sinônimos.

apenas 39 arquivos estão registrados no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ),⁴ organizado pelo Conselho Nacional de Arquivos.

No cadastro de municípios controlado pelo Arquivo Público Mineiro no módulo Arquivos Públicos Municipais de Minas Gerais da sua página eletrônica⁵, como ação pertencente a política de arquivos do Estado de Minas Gerais, consta 99 arquivos cadastrados, número muito aquém do total de municípios existentes. Entretanto não constam dados que nos remeta a saber em que grau de tratamento estão esses acervos.

No entanto, desde o início do curso a demanda de instituições interessadas em contratar estagiários é grande, o que é um aspecto extremamente positivo e dá indícios de um perfil do mercado a ser investigado sob alguns aspectos referentes à visão ou compreensão sobre arquivo, arquivista, documento de arquivo, contratação. Esses aspectos se tornarão importantes indicadores da evolução e visibilidade dos profissionais e da área de Arquivologia nesse mercado de trabalho.

A modalidade de estágio estudada neste trabalho é a não obrigatória, que é a desenvolvida como atividade opcional do estudante, realizada com a supervisão de um profissional com formação ou experiência correlata às atividades de estágio nas instituições contratantes e acrescida à sua carga horária regular e obrigatória, com anuência da instituição de ensino, representada inclusive por um professor orientador.

Dentre os significados do termo *arquivo*, retirado do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL, 2005a) destacamos estes:

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.

2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.

Silva e Cromack (2012), ao revisitarem o conceito de arquivos e suas facetas na literatura brasileira, discorrem, de acordo com a maioria dos autores estudada no referido artigo:

⁴ O Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos foi instituído pela Resolução nº 28/2009, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, com o objetivo de fornecer o código previsto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, denominado Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos – CODEARQ, tornando possível a identificação de cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos no Brasil. Para mais informações: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/conarq/entidades-custodiadoras/o-cadastro.html>>. Acesso em: 09 out. 2017.

⁵ Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/municipal/destaque.php>>. Acesso em 05 dez 2017.

[...] os arquivos compreendem um conjunto de documentos com características próprias, que têm o conceito de proveniência⁶ como elemento configurador, independente do formato e do suporte em que estão registrados, e que podem ser valiosos enquanto patrimônio cultural, fonte de memória, fonte de pesquisa e como elementos de prova/testemunho e informação (SILVA; CROMACK, 2012, p. 43).

Bellotto (2014, p. 330) considera o documento como o principal objeto de trabalho do arquivista e aponta que a partir da conceituação clássica do termo *arquivo* antes citada “podem ir surgindo outras facetas que, na medida que se abrem e se esclarecem, facilitam a fluência na compreensão e no cumprimento das tarefas arquivísticas: classificação, avaliação, descrição, difusão e ação educativa”.

O documento de arquivo, não importa o suporte, inclusive o eletrônico, é um produto social. É “ferramenta comunicativa de determinada sociedade. Por isso, as formas do documento evoluíram segundo a função que cumprem e segundo os progressos políticos, econômicos e, inclusive, tecnológicos de cada época” (TALLAFIGO, 2002, p. 27 *apud* BELLOTTO, 2014, p. 330).

O caráter de prova e informação/testemunho e o vínculo orgânico de um documento com os demais no conjunto é o que diferencia e o que dá especificidade ao documento de arquivo.

Acredita-se que o entendimento sobre tais aspectos e conceitos nas instituições pesquisadas reflete o modo como estes estão institucionalizados, e leva a concluir para que grau de visibilidade e reconhecimento está se caminhando.

A partir da metade do século XX, com a grande produção documental, o arquivista amplia seu papel, não apenas de colaborar na análise e interpretação dos documentos históricos, mas como gestor de arquivos, atuando na administração de documentos dentro das entidades produtoras, da fase corrente à permanente, em todo o ciclo vital dos documentos,⁷ e gerenciando tudo que o afeta.

Entretanto, Bellotto aponta que poucos se indagam sobre quem realmente está à frente dos arquivos: tem-se vaga ideia de que seja um encarregado, que pode ser um bibliotecário, uma secretária, um museólogo ou historiador, um técnico em administração ou mesmo um analista de sistemas.

Muito raramente o cidadão comum tem em sua mente uma imagem aproximada daquela que nós, profissionais da área, sabemos ser a mais próxima da realidade. Ou

⁶ Princípio da Proveniência: Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos (BRASIL, 2005a, p. 136).

⁷ Ciclo vital dos documentos: sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo (1), da sua produção à guarda permanente ou eliminação (BRASIL, 2005a, p. 47).

o que deveria ser a realidade: alguém com grau superior de estudos e conhecedor da teoria, da metodologia e da prática da arquivologia ou ciência arquivística (BELLOTTO, 2014, p. 224).

Mundet (2009) coloca que a pouca visibilidade do arquivista se dá por esta ter sido uma atividade e uma profissão de consumo interno, funcionando como um serviço interno, exclusivo das organizações, sem praticamente contato algum com a sociedade que a rodeia.

Essa importância reduzida nas instituições é percebida por outros vieses por Fonseca (2017), que ressalta que o desprestígio do arquivista ocorre tanto na iniciativa privada quanto na administração pública:

[...] as empresas privadas não identificam o arquivista como um profissional necessário às suas perspectivas de busca da chamada “qualidade total” [...], o arquivista ainda é visto como um organizador de papéis e não como um gestor de informações e documentos.

O baixo desempenho dos alunos no vestibular e a baixa relação candidato/vaga observada são indicadores relacionados à pequena visibilidade das funções do arquivista na sociedade brasileira como um todo e à negligência em relação aos arquivos, tanto por parte da administração pública quanto por parte das instituições privadas, o que estabelece um pequeno mercado de trabalho profissional. Como parte deste fenômeno, temos a grande defasagem entre a grande oferta de postos para estágio e a baixa oferta de postos para arquivistas formados. Todos estes fatores marcam profundamente o perfil do aluno que ingressa no curso de Arquivologia.

Segundo Martín-Pozuelo:

Durante muito tempo, o arquivo, e em consequência o arquivista, tem tido um papel limitado nas organizações. Embora por um tempo insistiu-se na oportunidade de ultrapassar esse limite. Faltavam argumentos que agora sobram. Nunca antes foi tão urgente e necessária a classificação. Acontece, porém, que alguns não sabem que estas são as habilidades e competências dos arquivistas. É urgente uma demonstração real da verdadeira dimensão da Arquivística (MARTÍN-POZUELO, 2009, p. 12, tradução nossa).

Souza (2011) ressalta que em plena sociedade da informação, os arquivistas ocupam uma posição periférica entre os denominados profissionais da informação. Mas a identidade de uma profissão não se apoia somente na sua identidade epistemológica, depende também de reconhecimento da autoridade de sua *expertise* pela sociedade e pelo Estado (FREIDSON, 1998).

Diante de tal contexto, o problema de pesquisa que se pôs foi saber quais os reflexos no mercado de trabalho para o arquivista, a partir da apreensão de alguns conceitos e práticas levantados em dois nichos: as instituições contratantes de estagiários do curso de Arquivologia da UFMG e os egressos do curso de Arquivologia da UFMG.

A importância da pesquisa se justifica pela escassez desse tipo de informação pós-criação do curso de graduação na UFMG, contribuindo, assim, para a construção do conhecimento científico na área, subsidiando informações de como os estagiários atuaram dentro das instituições e como essas instituições enxergam o arquivista e o seu objeto. E também pela investigação, junto aos egressos, sobre o mercado profissional com que se depararam, identificando a influência do curso nesse “novo” nicho de trabalho e, conseqüentemente, conhecendo e fomentando o processo laboral em desenvolvimento.

Assim o objetivo geral deste trabalho foi conhecer o contexto de atuação dos estagiários do curso de Arquivologia da UFMG, sob a ótica das instituições contratantes, no que concerne a alguns conceitos e práticas, e dos egressos do curso, a fim de identificar possíveis implicações no mercado de trabalho para o arquivista no tocante à sua inserção, reconhecimento e visibilidade do seu trabalho.

E desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos:

- Levantar as instituições que contrataram estagiários do curso de Arquivologia no período 2009-2017;⁸
- Investigar nessas instituições o motivo de tais contratações e suas percepções sobre arquivo, arquivista, documento de arquivo;
- Levantar como se deu a atuação desses estagiários nessas instituições: onde, como, fazendo o que;
- Verificar se os egressos das três primeiras turmas foram estagiários, e com qual(is) situação(ões) se depararam nas instituições e na pós- formação, em relação ao contexto profissional do mercado de trabalho.

No que se refere à metodologia, a pesquisa é de caráter qualitativa de natureza básica, pois preocupa-se com o aprofundamento das questões postas. Segundo Silveira e Córdova (2009), na pesquisa qualitativa o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas, e o desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

⁸ De 2017 serão considerados os dados das instituições contratantes até o mês de março, conforme informado pelo Colegiado.

Quanto ao objetivo, a pesquisa foi de caráter exploratório, pois buscou uma abordagem do fenômeno pelo levantamento de informações, o que levou o pesquisador a conhecer mais a seu respeito. A maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão do fenômeno estudado (GIL, 2007).

O procedimento adotado foi a pesquisa de campo, utilizando as técnicas de coleta de dados com a aplicação de questionário e entrevista.

Questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. [...]

Entrevista constitui uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 69, 72).

As seguintes ações foram executadas:

- Levantamento de dados no Colegiado de Graduação de Arquivologia, das instituições contratantes de estagiários no período 2009-2017, e dados dos egressos das três primeiras turmas para parametrizar o universo de pesquisa;
- Entrevistas às instituições escolhidas na amostra sobre o motivo de tais contratações e seus entendimentos sobre alguns conceitos da área;
- Aplicação de questionário aos egressos sobre o contexto profissional/laboral encontrado pós-curso e no decorrer do curso, para quem fez estágio.

O desenvolvimento deste trabalho é estruturado: além deste capítulo introdutório que contextualiza o tema, justifica a importância da pesquisa, caracteriza os objetivos e explana sobre a metodologia, há mais cinco capítulos, conforme se segue:

O Capítulo 2, “A conjuntura e a importância da formação no desenvolvimento da Arquivologia”, discute o ponto de vista de alguns importantes autores sobre o surgimento da Arquivologia enquanto prática, sua evolução/história como disciplina, o histórico da formação internacional e nacional como construção do saber e sua relevância na consolidação da área, tanto na teoria quanto na prática.

O Capítulo 3, “Criação do curso de Arquivologia da UFMG – A contextualização de um percurso”, discorre sobre os fatores políticos e sociais que contribuíram para a criação e evolução do curso de graduação em Arquivologia da UFMG e seus desdobramentos no âmbito acadêmico.

O Capítulo 4, “A importância do estágio na formação universitária”, destaca a legislação que rege o estágio, o objetivo na formação do aluno, a legislação que trata da atuação do profissional arquivista e do técnico de arquivo e a atuação dos estagiários nesse contexto.

No Capítulo 5, “O perfil de mercado a partir de dois nichos: as instituições contratantes de estagiários e os egressos do curso de Arquivologia da UFMG”, são apresentados a metodologia utilizada, os dados coletados e analisados e o caminho percorrido para a realização da pesquisa.

No Capítulo 6, “Considerações finais”, consta a conclusão do trabalho e as ponderações percebidas durante esta jornada chamada mestrado.

2 A CONJUNTURA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA

Este capítulo objetiva discorrer sobre o contexto em que a Arquivologia se desenvolveu e sua evolução como disciplina, além do histórico da formação internacional e nacional como construção do saber e sua importância na consolidação da área, tanto na teoria quanto na prática.

2.1 Arquivologia: da prática à teoria

Antes de apresentar o processo de formação da área é importante rememorar a história dos arquivos como parte da trajetória da constituição do campo de pesquisa da Arquivologia, desde o início estritamente prática e técnica, até o seu desenvolvimento como disciplina. Esta formação tem sido fundamental para sua consolidação no campo científico. Tendo em vista as diferentes formas de compreensão dos autores ao longo do tempo, peculiares de cada interpretação, no percurso deste Capítulo a escolha por uma delas fez-se necessária à compreensão e ao entendimento para o desenvolvimento da pesquisa.

A Arquivologia, por muito tempo, foi vista como uma área essencialmente prática, que não se apoiava em embasamento teórico para suas ações, assim como o perfil dos arquivistas práticos, que, segundo Bellotto (*apud* LOPES, 2014, p. 14), é aquele que “aprende reproduzindo práticas administrativas e técnicas pré-existentes calcadas no senso comum próprio da tradição oral, em manuais técnicos sem maior fundamentação ou nas tendências de suas profissões de origem”.

A Arquivística atual se confronta, na visão de Ribeiro (2002a), com o que ela denominou de *paradigma histórico-tecnicista*, visão tradicional que se afirmou no século XIX e é dominante até hoje, e com uma nova perspectiva que ela chama de *paradigma científico-informacional*, que está em progressiva afirmação e aprofundamento continuado de seus fundamentos teóricos e epistemológicos.

Relata-se que os arquivos surgiram à época da escrita, e com eles uma prática arquivística, que foi evoluindo junto com as sociedades, e as necessidades dos seus produtores e consumidores de informação assim o exigiram de acordo com o uso.

Vivas Moreno (2004 *apud* MINTEGUI, 2014, p. 14) propõe uma periodização da história da Arquivística, dividindo-a em quatro etapas: a Arquivística como instrumento indutivo e funcional (das primeiras formalizações de arquivos até a Idade Média); a Arquivística como doutrina patrimonial jurídico-administrativa (da Baixa Idade Média até a

segunda metade do século XVIII); a Arquivística como desenvolvimento historiográfico e teoria especulativa (da segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XX); e a Arquivística integral inserida na sociedade da informação (dias atuais).

Dando destaque para a terceira fase, segundo esse autor, esse período seria de efetiva transformação da Arquivística em disciplina, consolidando seus principais conceitos teóricos como o princípio da proveniência.⁹

Os arquivistas, tal como são hoje conhecidos, apareceram no final da Idade Média chamados então de arquivários (*arquivaires*), tornando-se arquivistas em 1701. [...] O termo arquivista foi progressivamente identificado, no século XIX, com os arquivistas paleógrafos, diplomados pela École des Chartes, que conservavam os documentos vindos das seções onde se instruíam os processos, em setores alheios à sua produção e guarda de primeira idade, com finalidade de pesquisa histórica. Entretanto, eram habilitados a fornecer cópias autenticadas dos documentos que eles conservavam (DELMAS, 2010, p. 81).

Ainda na terceira fase, segundo Vivas Moreno (2004), há o aparecimento de escolas específicas para a formação de profissionais de arquivo e a organização do saber sobre arquivos em disciplina, bem como a valorização dos arquivos como laboratórios da História, outra disciplina em plena ascensão, que por muito tempo parece ter subordinado a Arquivística como disciplina auxiliar.

Para Ribeiro (2004), é no século XIX que a Arquivística se caracteriza como disciplina e o arquivista muda o caráter de colaborador da administração pública e volta-se para o apoio à investigação histórica, tornando “ciência auxiliar inserida na verdadeira ciência, a Ciência Histórica” e dando início à consolidação do paradigma custodial¹⁰ (RIBEIRO, 2004, p. 3).

No entanto, essa relação entre os arquivos e a História entra em crise no final do século XIX:

Segundo Bruno Delmas, a “arquivística descritiva” atinge o auge cerca da Segunda Guerra Mundial, enquanto forma de apoio a um tipo de História que se pode qualificar de positivista. E acentua que é precisamente nesta fase de maior apogeu que a ligação Arquivos-História entra em crise. Isso não se deve apenas à existência de novos fatores no seio da própria Arquivística, mas também às novas perspectivas de encarar os estudos históricos, no quadro das ciências sociais emergentes, em que se integram novas disciplinas como a estatística, a sociologia (devido especialmente a Durkheim), a economia, etc. A historiografia, sobretudo graças à escola dos Annales, com Marc Bloch e Lucien Fèbvre, tende a emancipar-se das fontes tradicionais e a usar novos

⁹ Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos (BRASIL, 2005a, p. 136).

¹⁰ Focado nos documentos considerados históricos e em suporte físico, fundamentalmente produzidos em âmbito público e cujo papel dos arquivistas se restringe a tratar destes documentos somente quando da chegada ao arquivo (SCHMIDT, 2015, p. 153).

tipos de documentos, passando a encarar os arquivos de uma forma diferente, isto é, menos, instrumentalmente. Neste contexto, a Arquivística — que já desde os finais do século XIX vinha evoluindo numa linha de autonomização — entra agora numa espécie de crise de identidade, sentindo cada vez mais necessidade de se afirmar. [...] Sintomas evidentes da afirmação da Arquivística podemos encontrá-los, por exemplo, na publicação do *Manual of Archive Administration*, da autoria de Hilary Jenkinson, que segundo Lester Cappon se tornou no guia dos arquivistas britânicos e americanos e serviu gradualmente para estabelecer ou confirmar a arquivística como uma profissão distinta da História (SILVA *et al.*, 1999, p. 123-126).

Ribeiro (2002a, p. 99) afirma que a autonomização disciplinar da Arquivística só pôde se situar em finais do século XIX.

Com efeito, é a publicação, em 1898, do célebre *Manual dos Arquivistas Holandeses*,¹¹ que constitui o marco a partir do qual a Arquivística deixa de se configurar como um saber auxiliar da ciência histórica para encetar uma progressiva afirmação como disciplina de cariz marcadamente técnico, embora sem deixar de continuar a estar marcada pela matriz historicista.

Alves (2016, p. 47) ressalta:

Para Ribeiro (2002b), o Manual dos Arquivistas Holandeses representa a entrada da Arquivística em uma fase técnica, pois, até esse momento, a “profissão de arquivista foi [havia sido] por muito tempo um ofício empírico e de bom-senso. Alguns, comparando-o com a arte militar, diziam que era uma arte simples e apenas de execução” (DELMAS, 2010, p. 113). Esta fase técnica e racional se acentua e se define após a Segunda Guerra Mundial devido à “explosão documental”, e tem por característica a busca por soluções práticas para as grandes massas documentais acumuladas. Estas duas perspectivas, histórica e técnica, também designadas como paradigma histórico-tecnista (RIBEIRO, 2002b), prevaleceram na formação dos profissionais de arquivo.

Ainda segundo Ribeiro (2004, p. 6):

As conjunturas sócio-económicas, políticas e culturais, que antecederam e mediarão as duas Guerras Mundiais, particularmente no que toca ao desenvolvimento tecnológico e ao acelerado crescimento da produção informacional, bem como a necessidade de valorização da informação administrativa como recurso importante para a gestão das organizações, criaram uma dicotomia entre os “arquivos históricos” (*archives*), ao serviço da cultura e da noção emergente de património, e os “arquivos correntes” (*records*) ao serviço das próprias entidades produtoras, opondo, de forma artificial, duas áreas profissionais que lidavam com o mesmo objecto de estudo e de trabalho.

Schmidt (2015) corrobora que:

[...] A sistematização “oficial” dos procedimentos teóricos na Arquivologia acontece com a publicação do *Manual dos Holandeses* e toma força no início do século XX, sendo que o período posterior à Segunda Guerra Mundial representa um grande

¹¹ MULLER; FEITH; FRUIN, 1973.

avanço científico e tecnológico, pelo qual nem o *fazer* nos arquivos saiu ileso, quanto menos o *saber*,¹² que passa a ser cada vez mais requisitado (SCHMIDT, 2015, p. 27).

As transformações sociais e econômicas do início do século XX, principalmente o surgimento, nos Estados Unidos da América, da perspectiva da “gestão de documentos”,¹³ converteram a Arquivologia em disciplina auxiliar da Administração (SOUZA, 2011). Nos países anglo-saxões há uma separação conceitual e técnica entre os profissionais de arquivo: *Archivists* (arquivistas), responsáveis por tratar dos acervos permanentes e os *Records Managers* (gestores de documentos), responsáveis por tratar os documentos de fase corrente e intermediária do ciclo vital.

Mintegui (2014, p. 16) discorre:

Embora o processo de gestão de arquivos administrativos seja incipiente até hoje, a última fase apresentada por Vivas Moreno (2004) para o desenvolvimento da arquivística compreende sua conformação de prática à teoria científica. Enquanto a tradição europeia apontava a uma maior interdisciplinaridade da arquivística com a história e o direito, a tradição americana apontava no sentido da gestão e da disciplina da administração. O que ocorre nesse período é percepção da integração dessas duas vertentes, uma visão integral do ciclo documental, desde sua criação até sua eliminação ou guarda permanente.

É também nesse momento que se assiste à institucionalização da arquivologia por meio das universidades, criação de periódicos e associações profissionais. A interdisciplinaridade da arquivística é complementada aqui pelas tecnologias de informação e comunicação, devido às novas formas de criar e administrar documentos.

Muito embora os dias atuais envolvessem uma arquivística integrada à sociedade da informação como afirma Vivas Moreno (2004), Camargo, *apud* Santos, considera que:

Apesar da configuração teórica e da formalização dos métodos que hoje ostenta, na qualidade de disciplina científica, a arquivística continua *sendo vista como uma prática calcada na acumulação de experiências*, onde cabe até mesmo o exercício do velho bom senso, ou, se preferirmos, do chamado conhecimento tácito (CAMARGO *apud* SANTOS, 2010, p. 10-11).

Nesse sentido, a busca de reconhecimento para a própria área depende de um objeto seu, ou um aspecto desse objeto que lhe seja particular. E é o arquivo, em suas diferentes modulações e compreensões que acaba por conduzir a construção e o delineamento desse campo de pesquisa e atuação profissional.

Em fins do século XX, principalmente nas décadas de 1980 e 1990 o arquivista transforma-se em gestor, cuidando de todo o ciclo vital dos documentos, ou seja, administrando

¹² Schmidt (2015) define que a palavra *saber* grafada deve ser compreendida como saber resultado da produção de conhecimento científico, isto é, saber científico. E ao *fazer* atribui-se o exercício prático de uma atividade que quando pensada e organizada pode desenvolver instrumentos técnicos de maneira a facilitar, melhorar e aperfeiçoar sua realização.

¹³ Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento (BRASIL, 2005a, p. 100).

documentos desde sua fase corrente, intermediária, até sua destinação final — eliminação ou preservação na sua fase permanente, pois a produção documental aumenta exponencialmente e algo tem que ser feito com toda a massa documental produzida.

Jardim (2001, p. 3 *apud* SOUZA, 2011, p. 79) destaca que “Para muitos a arquivística é uma ciência, enquanto para outros se trata de uma disciplina marcada pelo empirismo. Uma terceira corrente tende a considerá-la como uma disciplina científica em profundas transformações”. Souza (2011, p. 79) afirma que “há muito tempo a arquivística deixou de atuar no empirismo e busca afirmar-se como uma área da ciência da informação dotada de corpus teórico próprio, ainda que parte dos especialistas não a reconheça como tal”.

Schmidt (2015) fez um estudo aprofundado em seu doutorado sobre a Arquivologia enquanto campo científico — seus princípios, seus métodos, seu objeto em diferentes contextos — e discute bem a questão prática e teórica na área.

Para essa autora, a Arquivologia surge da observação e reflexão de uma experiência prática, também relacionada ao resultado de experimentos e conhecimentos reunidos pela observação consciente:

Se a experiência permite observar os resultados e seus efeitos, e de certa forma estes resultados são conhecimentos (teoria) aplicados com certo objetivo e que geram a reflexão, concordamos com Williams ao afirmar que a teoria *está sempre em ativa com a prática: uma interação entre as coisas feitas, as coisas observadas e a explicação (sistemática) delas. Isso permite uma distinção necessária entre teoria e prática, mas não requer sua oposição* (WILLIAMS, 2007, p. 394). Mesmo assim, as relações da Arquivologia com a técnica (prática) e a ciência/disciplina (teoria), bem como seu caráter classificatório nesta relação, não devem ser justificados somente por estas razões. [...]

Em termos gerais a partir do *Manual dos Holandeses*, tem-se um *fazer* regulado por normas, termos começam a ser delineados a partir de noções práticas e esse *fazer* está sendo levado ao campo da reflexão com vistas a desenvolvê-lo e aperfeiçoá-lo, é certo que teorias sobre ele começam a surgir. Teorias que orientam a prática e que ao mesmo tempo foram e são resultados desta prática (SCHMIDT, 2015, p. 39-40).

Assim, nas palavras de Schmidt (2015, p.44), pode-se entender a “Arquivologia como uma construção disciplinar que se desenvolveu a partir do *fazer* e, ao passo em que desenvolve sua autonomia enquanto *saber*, pouco a pouco vai elaborando e aprofundando seus conceitos, teorias, princípios e métodos específicos”.

Do *fazer* surgiu a prática, que levou a uma necessidade teórica, e, à medida que se (re)constrói, se consolida como disciplina, interdisciplinar com outras áreas, como sempre aconteceu, seja a história, a diplomática, a administração, a tecnologia da informação, entre outras, mostrando que interdisciplinar não é sinônimo de auxiliar. A fortificação desse contexto

dar-se-á ao passo que o reconhecimento e a compreensão do objeto da Arquivologia se tornar inteligível para toda a sociedade.

2.2 A formação universitária

A inserção do profissional no mercado de trabalho é dependente de uma preparação mais eficaz dos cursos de formação, cursos estes que estão cada vez mais atualizados às rápidas mudanças e exigências sociais e que refletem as aptidões e competências necessárias da atualidade.

As características que um profissional deve possuir estão vinculadas ao perfil que o mercado de trabalho exige destes, pois, ao concluir sua formação acadêmica e se direcionar à busca por uma colocação, o mercado é o primeiro avaliador do perfil profissional instituído pela academia. Neste sentido, entende-se que a constituição do currículo profissional precisa ser dinâmica, pois as relações mercadológicas exigem de seus agentes constantes transformações e adequações a novas realidades.

Contudo, as instituições acadêmicas precisam ponderar as demandas mercadológicas e as necessidades sociais no exercício de sua função formadora, buscando equilibrar o currículo para atender a essas condições. Almeida Júnior (2002, p. 135) explica: “Estruturar um perfil profissional a partir apenas das demandas de mercado significa formar, preparar e voltar um segmento tão somente para atender interesses que não são necessariamente frutos das necessidades da sociedade”. E entende que, pela dinamicidade do trabalho, não se conseguirá acompanhar as necessidades mercadológicas durante a formação, tornando o profissional apenas um sujeito que realiza funções estabelecidas e não um agente questionador e transformador de práticas que se adaptem às necessidades sociais.

Assim, entende-se que a formação deve abordar disciplinas técnicas, mas também outras que possibilitem uma formação reflexiva, que deem ao profissional uma visão holística da sociedade e que o auxiliem em seu fazer cotidiano nos mais variados locais em que poderá atuar como profissional da informação.

Sousa levantou alguns pontos sobre o conceito de formação:

É necessário, ainda, definirmos o que é formação e qual o seu objetivo. Formação, para Luis Fernando Abrucio, refere-se ao desenvolvimento de aptidões múltiplas — e, portanto, sempre tem um alto grau de generalismo — por meio de um processo de caráter nitidamente escolar (ABRUCIO, 1993, p. 77). Para Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, a formação é entendida no sentido amplo e faz referência a todo o esforço para transmitir os conhecimentos, quer se trate da formação inicial, de formação contínua ou de aperfeiçoamento (ROUSSEAU, 1994, p. 272). Michael Cook faz uma diferenciação entre educação e formação. A formação se relaciona à instrução relativa aos verdadeiros processos que têm lugar em um serviço de arquivos

e está destinada a garantir que estes processos sejam eficazes, bem projetados e adequados para seu fim. A educação é algo mais fundamental e de mais longo alcance (COOK, 1982, p. 6).

O objetivo da formação, segundo Michael Cook, é formar profissionais autossuficientes que possam fazer seu trabalho com segurança, porque sabem resolver os problemas intrínsecos, e que criam, além disso, valor social na sua atividade. (COOK, 1982, p. 10) A formação deve ter um compromisso com a construção do conhecimento. Ela tem de se desvencilhar da influência positivista, que definiu as coordenadas de nossa cultura e que banuiu a relação entre o saber e os pressupostos da elaboração desse saber (SOUSA, 1999, p. 169-170).

O desenvolvimento do saber e das informações produzidas ao longo da história da humanidade demandou a emergência de profissionais que auxiliassem na organização e recuperação das informações geradas. Indivíduos que exerciam atividades em bibliotecas, museus e centros de documentações se mostraram os profissionais que tinham a preocupação de manter os espaços organizados para que as pessoas que buscassem informações conseguissem encontrá-las com facilidade.

Ao longo dos anos, viu-se a necessidade de profissionalizar esses fazeres. O processo de institucionalização de profissões passa por um ciclo que geralmente segue um padrão até a consolidação e reconhecimento social da área. Mueller (2004), baseando-se na teoria de Wilensky,¹⁴ descreve a sequência dos eventos: o início é a dedicação de pessoas à tarefa em tempo integral, fato que introduz a necessidade de treinamento formal para a execução do serviço, gerando cursos com essa finalidade. Para sua formalização, os cursos que não estão inseridos em ambientes acadêmicos procuram formar departamentos universitários. Estes vão incluindo conhecimentos mais complexos, ampliando a base teórica e a formação oferecida. Professores dedicados ao ensino e à pesquisa se inserem no meio, gerando novos conhecimentos e levantando reflexões sobre a área, o que pode levar a mudanças de nome da profissão e dos cursos. Essa consolidação do saber e fazer aumenta o rigor, o que garante que profissionais não graduados não exerçam mais as profissões. Cresce a disputa pelo mercado de trabalho e há o reconhecimento formal do ofício. É constituído, então, um código de ética, com orientações sobre normas e condutas dos profissionais (MUELLER, 2004). Ortega y Gasset (2006, p. 11) acrescenta: “As carreiras ou profissões são tipos de atividade humana de que, pelo visto, a sociedade necessita”.

A formação profissional, incluindo a acadêmica, tem que aliar teoria e prática. Os cursos precisam, na medida do possível, atualizar seus currículos as reais necessidades do mercado, sem

¹⁴ “Na busca pelo entendimento do processo de profissionalização, os teóricos buscaram reconhecer um padrão que fosse comum a todas as profissões. Por exemplo, Wilensky, bastante citado na literatura, constatou que havia uma ordem de ‘primeiros eventos’, comum a maioria das profissões” (MUELLER, 2004, p. 26).

se ater aos modismos passageiros, com a preocupação de formar profissionais capazes de pensar além do fazer, de questionar o que está ao seu redor, de propor soluções aos desafios, de fazer diferença na sociedade, contribuindo assim para a transcendência dessa visão apenas prática para uma disciplina científica, principalmente no caso da Arquivística.

2.3 A formação em Arquivologia – Cenário internacional

A formação acadêmica é uma das portas de entrada para o mercado laboral e, mais do que isso, tem a função de adequar a formação às necessidades sociais, que é muito mais que só a preparação técnica, é lapidar um profissional que faça diferença nas demandas sociais.

Em termos internacionais a formação em Arquivística¹⁵ tem diferentes enfoques e peculiaridades. Na Europa, no Canadá e nos Estados Unidos, por exemplo, o ensino de Arquivística é, em 99% dos casos, feito como uma pós-graduação, diferentemente da América Latina, onde predomina a graduação em Arquivologia (LOPES, 1999, p. 17).

Couture, Martineau e Ducharme (1999) fizeram um estudo sobre a formação profissional em Arquivística com a literatura dos dez últimos anos à época e ressaltaram que não se tratava de fatos definitivos. Utilizou-se esse estudo para descrever sinteticamente o histórico internacional a seguir.

Quadro 1 – Cronologia da formação profissional internacional

Cronologia
1821 – Surgimento das primeiras escolas na Europa, com uma formação fortemente baseada na erudição histórica (École des Chartes), enquanto outras estiveram mais vinculadas à administração dos arquivos de estado (escolas de Arquivística, de Paleografia e de Diplomática regionais italianas (EVANS, 1988);
1930 – Transformações econômicas, políticas, técnicas e científicas mudaram o ambiente arquivístico com produção massiva de documentos, aceleração dos desenvolvimentos tecnológicos, desenvolvimento da teoria arquivística e expansão das atividades dos serviços de arquivo (EVANS, 1988; DELMAS, 1988). A formação de base do arquivista necessita ser revisada em função das novas realidades e se esvai a ideia do arquivista-historiador;
1940 – A formação dos arquivistas deixa os departamentos de História para se inscrever nas escolas de biblioteconomia e das ciências da informação (LAJEUNESSE, 1986);

¹⁵ Diversos países adotam o termo *arquivística* para designar o curso de formação na área ou a denominação *archival science*. No Brasil o termo adotado para designar os cursos de formação para capacitar os profissionais arquivistas é Arquivologia.

1974-1989 – A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco começa o seu movimento para a harmonização das três formações, com matérias suscetíveis de constituir o tronco comum para a formação nas três disciplinas;

1990-2000 – Ajuste das instituições formadoras em Arquivística às novas realidades — explosão documental, multiplicidade dos suportes, alargamento da clientela, inovações tecnológicas, transformação dos modos de comunicação (CRAIG, 1993; PETERSON, 1996).

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 23-25.

Os primeiros órgãos aos quais incumbia difundir a teoria arquivística foram os arquivos nacionais, seguidos posteriormente pelas universidades. Para Souza (2011), os primeiros espaços de formação tinham vinculação muito próxima com os próprios agentes, que necessitavam de conhecimento para exercer as funções nos arquivos. Essa autora elaborou o seguinte quadro com o surgimento do ensino de Arquivística em diversos países:

Quadro 2 – Surgimento do ensino da Arquivística

PAÍS	ANO	ESPAÇO DE FORMAÇÃO	VINCULAÇÃO
Itália	1811	Scuela di Archivistica	-
França	1821	École des Chartes	Paris
Alemanha	1821	Archivalisches Unterrichts Institut	Reales Archivos del Estado da Bavaria
Áustria	1854	Institut für Österreichische Geschichtsforschung	-
Espanha	1856	Escuela de Diplomática	-
Holanda	1919	Archiefschool	Archivo General, Haya
Bélgica	1920	Curso de Archivistica	Archivo General
Romênia	1924	Escola Superior de Arquivologia e Paleografia	-
Itália	1925	Escuela Especial para Archiveros e Bibliotecarios	Facultad de Filosofia y Letras
ex-URSS	1930	Instituto de História e Arquivologia	-
Estados Unidos	1938	Curso de Arquivologia	Columbia University, Nova Iorque
	1939	História e Administração de Arquivos	American University, Washington
México	1945	Escuela Nacional de Bibliotecarios y Archivistas	-

Grã-Bretanha	1947	Escola de Biblioteconomia e de Administração de Arquivos	University College, Londres
China	1952	Curso de Arquivologia	Universidades
Venezuela	1956	Escuela de Bibliotecarios y Archivos	Universidad Central de Venezuela
Argentina	1959	Escuela de Archiveros	Universidad Nacional de Córdoba

Fonte: SOUZA, 2011, p. 80-81.

Para Souza, o uso dos arquivos influenciou a criação das vertentes e, inclusive, de determinadas disciplinas dos cursos de formação em Arquivística, por exemplo o enfoque jurídico dos arquivos na Itália em consequência das consultas frequentes por parte dos advogados, assim como a vertente histórica no ensino teve a prática de pesquisa.

Ribeiro também compartilha da ideia de que “a formação de arquivistas (e bibliotecários) começou a ser obtida em contexto de trabalho, ou seja, no seio das instituições (especialmente arquivos e bibliotecas nacionais) em que se exercia a profissão” (RIBEIRO, 2004, p. 6). No final dos anos 1800, uma outra via de formação ganhou especial incremento — as associações profissionais.

Foi também em finais do século XIX que teve início a formação universitária. Em Itália, universidades como a de Bolonha e a de Macerata começaram a introduzir o ensino da Arquivística, embora inserido em cursos de outras áreas, como a História ou a Jurisprudência. Mas, apesar de um ou outro caso como estes, a verdade é que a formação de nível universitário foi, durante ainda algumas décadas, um exemplo de exceção. Com efeito, as associações profissionais, sobretudo as de bibliotecários, como a American Library Association (ALA), a Association des Bibliothécaires Français (ABF) ou a britânica Library Association, lideraram o processo de formação durante muito tempo, sendo só na década de quarenta do século XX que o ensino universitário se pode considerar institucionalizado, quer nos Estados Unidos da América, quer na Europa (RIBEIRO, 2004, p. 6-7).

Entretanto, é nesse período dos anos quarenta do século XX, com uma demanda de documentos exponencial, que os Estados Unidos mudam sua linha de pensamento dentro da Arquivística, diferente do modelo europeu, para atender às suas necessidades.

O modelo europeu de ensino, fundamentalmente historicista, não se adaptou a realidade estadunidense. O desenvolvimento tecnológico e o crescimento da produção documental, alavancados pela Segunda Guerra Mundial, provocaram o aparecimento de uma nova linha de pensamento dentro da Arquivística. O fenômeno nomeado por vários autores por “explosão documental” tornou eminente a necessidade do estabelecimento de técnicas para lidar com a grande massa de documentos produzida pelas entidades. Dessa necessidade originou-se a gestão documental (OLIVEIRA, 2010, p. 36).

Nos Estados Unidos, depois de 1950, os cursos são separados em gestão de arquivos históricos e o *records management* (gestão de documentos), inclusive em faculdades ou departamentos diferentes.

Entre os lugares de formação em Arquivística foram identificadas as universidades, as escolas associadas à administração pública, as instituições nacionais de arquivo, as associações profissionais, as organizações (Unesco, CIA etc.) e, mais raramente, o meio de trabalho (ALEGBELEYE, 1994; CARUCCI, 1992; EVANS, 1988; SCADDEN, 1994 *apud* COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 27).

[...] a formação em Arquivística inicia-se no século XIX com a criação de grandes centros especializados: École des Chartes em Paris em 1821, a de Viena em 1854, a de Madrid em 1856 e a de Florença em 1857. A par destas instituições especializadas, encontramos universidades, tanto na Europa como em África e na América, que oferecem uma formação arquivística no primeiro, segundo ou terceiro ciclo universitário, no programa de história, de ciências da informação ou noutros. A criação de uma secção sobre a formação e o aperfeiçoamento dos arquivistas do Conselho Internacional de Arquivos, quando do XII Congresso Internacional de Arquivos em 1992, demonstra a dimensão que a formação em Arquivística adquiriu no mundo inteiro (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 54).

A formação em Arquivística se efetua em três níveis, segundo Rousseau e Couture (1998): o primeiro nível capacita os auxiliares ou técnicos; o segundo, os arquivistas propriamente ditos, e mais frequente na América Latina; e o terceiro, os estudantes de pós-graduação, nos países europeus e anglo-saxões. Os programas de formação para os arquivistas provocaram o surgimento de cinco segmentos, segundo Michel Cook: o europeu, considerado o mais antigo, o ítalo-hispânico, o britânico, o norte-americano e o dos países do denominado Terceiro Mundo (COOK, 1980, in: MONTEIRO; FONSECA, 1987, p. 64 *apud* SOUZA, 2011, p. 83).

Com o reconhecimento da área e a inserção de cursos de graduação e especialização ministrados pelas universidades, o ensino da arquivística foi ampliando e agregando novos espaços.

2.4 A formação em Arquivologia – Cenário nacional

Para entender como a Arquivologia se configurou como campo e o arquivista como profissional no cenário brasileiro é imprescindível conhecer essa trajetória, desde a criação do Arquivo Nacional até os dias atuais com a existência dos 16 cursos de graduação.

Com a vinda da Corte portuguesa ao Brasil em 1808, o Arquivo Público do Império, criado em 1838, teria sob a sua responsabilidade, a guarda dos documentos públicos produzidos

e acumulados pelo governo brasileiro, tendo outras duas denominações – Arquivo Público Nacional (1893) e, em definitivo, Arquivo Nacional (1911).

Ressalta-se, conforme destaca Schmidt, que antes desses acontecimentos, existiam sim registros — seja em arquivos ou bibliotecas — referentes às colônias, mas que ficavam sob a tutela da igreja.

Maia (2006 *apud* MARQUES, 2011, p. 200) analisa a concepção do Arquivo Nacional, afirmando que:

No processo de criação e ordenação da nação brasileira era preocupação latente a recomposição do passado e levar a efeito a construção da história da nação, decorrendo, daí, a necessidade de buscar solução que viabilizasse a preservação do acervo documental produzido através da criação de órgãos ou instituições, das quais destacamos o Arquivo Público do Império e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, ambos criados em 1838. Ao primeiro, de acordo com seu ato constitutivo, são definidas funções de arquivo público para atendimento das demandas do Estado, enquanto que ao segundo são atribuídas funções atinentes à memória e à história brasileiras (MAIA, 2006, p. 46 *apud* MARQUES, 2011, p. 200).

Nas duas primeiras décadas do século XX surge a preocupação com a capacitação dos profissionais para trabalhar nas instituições públicas, principalmente com documentos do governo no Arquivo Nacional. Marques (2011) discorre sobre essa fase:

Quanto à Arquivologia brasileira, identificamos inquietações mais consistentes quanto ao seu desenvolvimento nessa época. Mediante a pesquisa documental realizada no fundo Arquivo Nacional, observamos que em 1911 havia uma preocupação, por parte dessa instituição, quanto à formação especializada dos seus funcionários, tendo em vista o tratamento adequado dos documentos por ela custodiados. Retomando as iniciativas do século passado, o então Ministro da Justiça e Negócios Interiores expede uma circular criando o Curso de Diplomática no AN. Instituído por meio do Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911, esse Curso deveria “proporcionar cultura prática e theorica [*sic*], aos que se destinarem às funções específicas dos cargos desse estabelecimento”. Sua duração seria de dois anos e contemplaria aulas de Paleografia e exercícios práticos; Cronologia e Crítica Histórica; Tecnologia Diplomática; e Regras de Classificação (MARQUES, 2011, p. 203).

Marques (2011) identifica ainda o Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, que criou um curso técnico comum ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Museu Histórico Nacional, mas este não atendeu à necessidade técnica do arquivo e não chegou a funcionar, e, por isso, supõe-se a inexistência de cursos para a formação arquivística no país até o final da década de 1950.

Schmidt atribui à década de 1930 novos olhares para o campo dos arquivos no Brasil. O então presidente Getúlio Vargas introduziu significativas reformas administrativas, criando novas instituições, entre elas o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP em 1938,

subordinado diretamente à Presidência da República, que tinha por dever colaborar com a reforma administrativa nos quesitos funcionalismo e serviço público (SCHMIDT, 2015, p. 114).

O argumento de Silva (2010) aponta o surgimento da área na realização do Curso Avulso de Preparação de Pessoal para Organizações de Serviços, do DASP em 1943, e do Curso de Arquivologia e Administração de Documentos, da FGV em 1947. Assim, destaca o papel dessas instituições na construção de parâmetros de organização dos documentos em diversos arquivos, em todo o território nacional, inclusive na importação do modelo norte-americano que irá privilegiar a gestão de documentos. O Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP foi criado em 1938 com a finalidade de equipar o Estado com racionalidade administrativa. Tratava-se de modernizar a burocracia e estabelecer a avaliação da capacidade no recrutamento do funcionalismo. Ao DASP é atribuído o papel de ter valorizado a função dos arquivos na administração pública, especialmente porque possibilitou a ida de funcionários a outros países com o objetivo de se especializarem no assunto, e de ter criado as carreiras de Arquivologista e de Assistente de Documentação na administração federal em 1944. Nesse período o tema da documentação na administração moderna foi enfatizado no seu periódico, a *Revista do Serviço Público* (SILVA; ORRICO, 2011, p. 6).

No início da década de 1940, o DASP inicia estudos para realizar concursos destinados às carreiras de arquivista e arquivologista (SANTOS, 2014). Conforme descreve Marques (2011, p. 206), em 1941, com a reforma dos quadros ministeriais, essas carreiras são desdobradas em: a) arquivologista, a quem cabia as funções de planejamento, organização e orientação; e b) arquivista, que seria o auxiliar do arquivologista.

Em uma apresentação no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972, Magalhaes (1972, p. 115) ressalta:

Todavia, a lei nº 3.780, de 12-07-1960, do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público extingue o cargo arquivologista, criando em seu lugar o de Documentarista e enquadrado no Grupo ocupacional Documentação e Divulgação, as classes Documentarista e Arquivista.

A qualificação essencial para o exercício do cargo de Documentarista era possuir instrução de nível universitário e ser formado em biblioteconomia.

Com esse critério, o arquivista, que tem formação bem diferente da do bibliotecário, não obstante alguns pontos semelhantes, fica impossibilitado de atingir a níveis mais elevados, por falta de regulamentação dos cursos de arquivo, sem o reconhecimento oficial da importância dos mesmos, para elevá-los a nível superior.

Marques (2011, p. 206-207) explica que:

Em 1960, o arquivologista passaria a ser reconhecido como “documentarista” (Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960) e somente em 1978, as profissões de arquivista e de técnico de arquivo seriam regulamentadas (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979b): este substituiria o antigo arquivista; o arquivista da Lei de 1978 assumiria as funções antes destinadas ao arquivologista. Prevalece, portanto, para o profissional de nível superior, um termo mais relacionado à técnica.

Ainda segundo Marques (2012 *apud* ALVES, 2016), antes de serem criados os cursos universitários de Arquivologia, os profissionais que atuavam no Arquivo Nacional e nos demais arquivos brasileiros eram capacitados, principalmente, pelas instituições arquivísticas.

[...] até a criação desses cursos [universitários], as reflexões sobre a área originavam-se, basicamente, nas instituições arquivísticas e estavam estreitamente vinculadas às necessidades de resolução dos problemas que se impunham no cotidiano dessas instituições quanto ao tratamento dos seus acervos arquivísticos (MARQUES, 2012, p. 22 *apud* ALVES, 2016, p. 50).

Antes do Curso Permanente de Arquivo – CPA começar a funcionar, os funcionários do Arquivo Nacional dispunham, eventualmente, de cursos oferecidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho – IDORT/SP e pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (MARQUES, 2007, p. 86-88).

Bellotto (1994, p. 14 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 38) afirma:

Toda sistematização da informação arquivística não se concretizaria se não houvesse quem organizasse, classificasse, arranjasse, descrevesse e tornasse acessível os documentos aos diferentes interessados em consultá-los. Para tanto foi preciso que se habilitassem pessoas que, inicialmente, aprendiam com a prática, recebendo ensinamentos de profissionais experientes; de outro lado também se contou com os habilitados em profissões cujo objeto fosse similar aos dos arquivistas e que tentavam aplicar aos arquivos instrumentos metodológicos na sua formação de origem. Durante muito tempo não se pode contar com arquivistas cientificamente preparados em cursos universitários específicos (BELLOTTO, 1994, p. 14 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 38).

Segundo Santos (2008 *apud* SILVA; ORRICO, 2011, p. 7), entre 1958 e 1964, os projetos da FGV e do DASP, mais a atuação inovadora de José Honório Rodrigues à frente do Arquivo Nacional têm relações orgânicas e complementares no tocante à experiência prática e ao conhecimento teórico e metodológico do trabalho arquivístico. Crespo (2000) é incisivo, entendendo que, na verdade, a emergência de um pensamento arquivístico estruturado no Brasil se confunde com aquele gestor do Arquivo Nacional.

Desse período em diante a cooperação internacional se intensifica no Brasil, com a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros ao país, com destaque para as contribuições de Theodore Roosevelt Schellenberg,¹⁶ Henri Boullier de Branche¹⁷ e também de brasileiros que procuraram aperfeiçoamento fora do Brasil que complementasse suas formações.

¹⁶ Theodore Schellenberg era vice-diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, estudou com profundidade o problema arquivístico brasileiro e realizou conferências, entre outras atividades.

¹⁷ Henri Boullier de Branche era diretor dos Arquivos de Sarthe (Le Mans). Colaborou em várias ações, como no Curso de Arquivos e na formação dos profissionais do Arquivo Nacional e de outras instituições.

Em decorrência disso alguns cursos de especialização foram oferecidos, aproveitando a presença de Branche, que enfatizava a importância de um curso com duração de dois anos, culminando então no Curso Permanente de Arquivos – CPA.

Em 1960, concretamente, o Arquivo Nacional estabeleceu uma ação regular de ensino em Arquivologia, o Curso Permanente de Arquivos – CPA com dois anos de duração. O projeto era uma Escola Brasileira de Arquivística dentro do programa de reorganização da instituição, buscando se voltar também para os objetivos administrativos dos arquivos. Crespo (2000) concluiu que há uma propulsão da arquivística provocada por conjunturas políticas e atuações dos agentes envolvidos neste campo, fundamentalmente, pela presença de estrangeiros, pelos levantamentos dos problemas arquivísticos e pelas publicações de textos de interesse para área, capitaneados pelo Arquivo Nacional (SILVA, 2013, p. 66).

2.4.1 As conquistas da Arquivologia Nacional a partir da década de 1970

Essa contextualização merece um tópico à parte no texto por se tratar de um período ímpar no avanço da Arquivologia no país, ainda mais levando em consideração muitos acontecimentos importantes em um período político sensível no Brasil.¹⁸ O desenvolvimento dos outros cursos superiores, o início e fortalecimento do associativismo e sua influência, a regulamentação da profissão, a criação dos primeiros cursos superiores nas universidades, os congressos e a elaboração da revista técnica abrem as portas para um caminho sem volta na área.

O CPA, por sua vez, alcança um número recorde de inscritos em 1970. Esse número corrobora a necessidade de formação na área, expressa pelo então diretor do Arquivo Nacional, Raul Lima, na aula inaugural do curso:

O ensino da Arquivística e da Arquivologia deverá passar por uma sensível transformação. De imediato vamos procurar obter o reconhecimento deste próprio Curso de modo a podermos conceder diplomas suscetíveis de registro no Ministério da Educação e Cultura e não apenas certificados de frequência e conclusão. [...] O problema da formação de especialistas necessários aos arquivos está relacionado intimamente com o tratamento aviltante que lhes é dispensado na sistemática das carreiras do serviço público (BRASIL, 1970 *apud* MARQUES, 2011, p. 227)

¹⁸ Essa década é compreendida pelo regime militar, que durou de 1964 a 1985. Os governos militares utilizaram a ideia de patrimônio que resultou a aproximação entre as políticas culturais e os arquivos durante os anos 1970. Outro aspecto ligado à repressão foi a utilização de serviços de espionagem, utilizando práticas de produção e utilização dos documentos, que se constituíram em serviços de arquivo na medida em que os registros eram armazenados e orientavam seus agentes. Esses e outros aspectos existiram nesse contexto, e contribuíram para os acontecimentos na área nesse período, mas não serão tratados nesta pesquisa.

Apesar do interesse de diversas instituições públicas em matricular seus funcionários no CPA, o diretor lamentava a falta de reconhecimento do certificado do curso pelo Ministério da Educação – MEC e pela ausência de perspectiva salarial atraente para a profissão. Lembrava ainda que o andamento do projeto de reorganização do Arquivo Nacional, no qual se criava a Escola Nacional de Arquivística – ENA, encontrava-se parado (BRASIL, 1971 *apud* MARQUES, 2011, p. 227).

Ainda segundo Marques, paralelamente, um grupo de arquivistas, “desejosos de afirmarem cada vez mais a importância de sua profissão”, reúne-se no salão Nobre do Arquivo Nacional, no dia 20 de outubro de 1971, com o propósito de fundar uma entidade representativa, a Associação dos Arquivistas Brasileiros– AAB, cujos objetivos seriam:

- a) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural do arquivista;
- b) **cooperar com o Governo e organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas ou privadas, em tudo que se relacione com arquivos e documentos;**
- c) promover por todos os meios a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, certames, exposições, cursos, seminários e mesas redondas;
- d) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- e) manter e estreitar os vínculos de amizade e sociabilidade entre seus membros;
- f) enaltecer os méritos de seus associados e de pessoas que, sem pertencer a AAB, tenham realizado trabalhos em seu favor e ou da profissão;
- g) pugnar por uma legislação nacional sobre arquivos, tendo em vista a sua importância administrativa e cultural (BRASIL, 1971a, p. 20-23, *apud* MARQUES, 2011, p. 228, grifos originais).

O aluno José Pedro Esposel, formado pelo CPA em 1965, também bacharel em Direito, Geografia e História, chefe do arquivo do Banco Central no Rio de Janeiro, tornou-se a liderança central na criação da AAB, em 20 de outubro de 1971. Souza (2011) reafirma a importância do movimento associativo dos arquivistas, enfatizando seu papel nas conquistas do currículo mínimo da graduação em Arquivologia e da regulamentação da profissão.

A criação da AAB, seguida da constituição de seu instrumento periódico de divulgação — a revista *Arquivo & Administração* — e da organização do seu fórum bianual — o Congresso Brasileiro de Arquivologia — são elementos que revelam as características de um plano coordenado de ações. A finalidade foi dignificar o trabalho arquivístico, delineada estatutariamente em três dimensões: formação para a ocupação nos arquivos, legalização profissional da competência e regulação nacional dos arquivos (SILVA, 2013, p. 68).

Só em 1972 o Conselho Federal de Educação – CFE autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior. Diante do exposto, o parecer do Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC reconhece os cursos do Arquivo Nacional como de nível superior, a exemplo daqueles de Museologia e Biblioteconomia (BRASIL, 1972b, p. 40).

Cumprindo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, quanto à definição de um currículo mínimo para esses cursos, a AAB encaminha ao CFE um projeto de currículo (BOTTINO, 1994 *apud* MARQUES, 2011, p. 232).

Ao final de 1973 a AAB comemorou o acordo entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e o Arquivo Nacional para validar o nível superior dos diplomas do Curso Permanente de Arquivo, conferindo *status* universitário ao ensino profissional ministrado de maneira regular há mais de dez anos. Marques (2011, p. 239) observou “uma convergência de esforços (das associações de arquivistas e das instituições públicas — sobretudo do Arquivo Nacional e das universidades) para a institucionalização da Arquivologia na Academia”.

Somente em março de 1977 o CPA é transferido para a FEFIERJ (atual UNIRIO), com a denominação de *Curso de Arquivologia*. A integração do CPA ao Centro de Ciências Humanas daquela Universidade, com a nomeação de professores, pelo seu presidente, acontece no mesmo ano. Com essa transferência, o curso que funcionava no AN desde 1960 e já reconhecido como curso superior, passa, oficialmente, a funcionar no espaço universitário, como o primeiro de quinze cursos de graduação em Arquivologia que passariam a existir no Brasil (MARQUES, 2011, p. 239).

Sobre a regulamentação da profissão Silva (2013, p. 70) relata:

A regulamentação da profissão ainda significava um ideal a ser perseguido quando, em 1977, o CPA foi absorvido pela federação de escolas que deu origem a atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano implantou-se a graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria, o que aponta para uma repercussão nacional e não restrita ao Rio de Janeiro. O modelo de formação defendido pelo movimento associativo emplacou a Arquivologia no ambiente de ensino e pesquisa da universidade, marco de institucionalização do campo.

Souza (2011) considera o ano de 1972 como o marco da criação do curso de graduação em Arquivologia, quando surgiu a Escola Superior de Arquivo por determinação do Conselho Federal de Educação, pelo Parecer nº 212, de 7 de março de 1972. O curso obteve mandato universitário em 1974, e nele se integraram os cursos ministrados pela UNIRIO, em 1977.

Sobre o exercício legal da profissão, Gomes (2014, p. 117) explana:

Os requisitos para o exercício técnico da atividade arquivística foram estabelecidos pelo currículo mínimo que definiu os conteúdos programáticos necessários à formação do arquivista de nível superior. No mesmo sentido, o Parecer n. 249/72 da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus, que reconhece a formação técnica como habilitação profissional no ensino de 2º grau estabeleceu os requisitos pedagógicos para a formação de nível médio (Segundo Grau) do técnico de arquivo. Para a regulamentação de ambas as profissões foi necessário elaborar um projeto que delimitasse o campo de ação do arquivista e do técnico de arquivo, a partir das competências necessárias ao cumprimento de suas atribuições no mundo do trabalho.

Ainda segundo o autor, tramitando desde 1975 no Ministério do Trabalho, a Exposição de Motivos nº10, de 10 de março de 1978, encaminhada pelo Ministro do Trabalho à Presidência da República, acatou favoravelmente as disposições que foram objeto da proposta encaminhada pela AAB ao Ministério.

As profissões de arquivista e de técnico de arquivo são regulamentadas pela Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, e pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978, como ações sintonizadas ao contexto mundial. A denominação do profissional antes da regulamentação era *arquivologista*, após a regulamentação foi atribuída a denominação *arquivista*. Com as emendas, foi retirada da proposta a criação dos conselhos federais e regionais de Arquivologia, ficando a determinação do registro da profissão no Ministério do Trabalho, deixando uma lacuna no que concerne à fiscalização, ao controle e à regulação do exercício das profissões de arquivista e técnico de arquivo, mas coroando essa década, como um marco na institucionalização do campo arquivístico no Brasil, com destaque para a atuação da AAB (GOMES, 2014, p. 118-119).

Depois desse período de grandes transformações, entre outros acontecimentos, pós-década de 1970, houve a criação do Sistema Nacional de Arquivos – SNA (desdobrado em SINAR), capacitações, eventos dentro e fora do país, visitas técnicas de estrangeiros, promulgação da Lei de Arquivos, desenvolvimento no número de pesquisas e aumento no número de cursos superiores no país, que hoje alcança 16 instituições. São eles: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade de Brasília – UnB, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Universidade Federal do Pará – UFPA.

Quadro 3 – Criação dos cursos superiores em Arquivologia

INSTITUIÇÃO	ESTADO	ANO
UNIRIO	RJ	1977
UFMS	RS	1977
UFF	RJ	1978
UNB	DF	1990
UEL	PR	1997
UFBA	BA	1997
UFRGS	RS	1999
UFES	ES	1999
UNESP	SP	2003
UEPB	PB	2006
UFAM	AM	2008
UFMG	MG	2008
FURG	RS	2008
UFPB	PB	2008
UFSC	SC	2009
UFPA	PA	2011

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Souza (2011).

Interessante notar que a criação dos primeiros cursos se deu anos 1970, porém só na década de 1990 e em meados dos anos 2000 houve uma expressiva extensão dos cursos universitários, que será discutida em específico no próximo capítulo deste trabalho.

Notadamente a proporção de cursos superiores, exclusivamente em universidades públicas, seja estadual ou federal, é insuficiente em comparação ao tamanho do nosso país e das demandas do mercado laboral por profissionais para atuarem nos arquivos do Brasil.

Souza (2011) relata que a criação dos cursos está orientada, fundamentalmente, à capacidade dos profissionais para o exercício laboral.

De acordo com Esposel (1994):

Certamente a formação de um profissional não se esgota apenas no curso de graduação. Os cursos de extensão e especialização, o exercício da atividade, o dia-a-dia, tudo isso consiste em um constante aprendizado extremamente importante e válido. De qualquer forma, os cursos superiores de arquivo conferem ao arquivista o embasamento necessário que lhe permite, sem deformações, entender todo o fluxo documental e executar os serviços que tornam um arquivo eficiente (ESPOSEL, 1994, p. 84).

A formação universitária confere ao arquivista o conhecimento necessário para o desempenho das atividades que lhe são demandadas pelo mercado de trabalho, e a atualização constante é importante para acompanhar as mudanças rápidas desse mercado e dar conta dos

desafios que surgem com o passar do tempo, assim como da evolução natural do contexto de atuação do profissional.

Percebeu-se que o início de todo esse processo no Brasil se deu com o movimento associativo, não no sentido concreto da institucionalização da entidade em um primeiro momento, mas de um grupo diverso e atuante nas diversas frentes, comprometido na defesa do reconhecimento e da regularização da Arquivologia no país. Esse espírito associativo entre os arquivistas é fundamental para a união e consolidação da profissão, fez diferença na década de 1970 e faz diferença hoje.

3 CRIAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG – A CONTEXTUALIZAÇÃO DE UM PERCURSO

A criação de um curso de graduação depende de muitos fatores, que precisam se inter cruzar, para se concretizar: necessidade e demanda social reconhecida, corpo técnico capacitado, estrutura física, política alinhada de decisões, destinação de recursos, entre outros.

“Em meados da década de 1970 a UFMG demonstrou interesse na implantação do Curso de Arquivologia na sua Escola de Biblioteconomia” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975 *apud* MARQUES, 2011, p. 288), cuja implantação só se deu depois de mais de 30 anos.

O curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação – ECI foi autorizado pela UFMG em 2008 e iniciado em 2009, dentro do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Nesse programa do governo viu-se, à época, a possibilidade concreta de viabilização do curso, meta recorrente das pautas de discussões da ECI, que compreendia a ampliação das suas atividades acadêmicas.

3.1 A importância do projeto REUNI

O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, lançado pelo Governo Federal, teve o objetivo de expandir, de forma significativa, as vagas para estudantes de graduação no sistema federal de ensino superior, além de “dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior”.

Em razão da insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de ensino superior, as propostas que visem a correção deste cenário devem ser analisadas. Também é preciso estar atento qualquer procedimento que traga consigo modificações de largo alcance, afim de garantir o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.¹⁹

Segundo consta no site²⁰ do Ministério da Educação – MEC sobre o programa, com o REUNI o Governo Federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da

¹⁹ Site UFMG/REUNI. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/reuni/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

²⁰ Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

iniciativa puderam ser percebidos pelos expressivos números da expansão durante a vigência do programa.

As ações do programa contemplaram o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que tiveram o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e foi uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e no seu item 4.3.1 tratou da expansão da oferta de educação superior no Brasil.

Segundo o primeiro relatório²¹ do Programa, de 2008 (BRASIL, 2009), o REUNI, em sua formulação, teve como principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior.

Das 54 universidades existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao programa. A adesão da quase totalidade das universidades existentes no ano de criação do REUNI atestou o forte interesse despertado pelo Programa, que preconizava, em seu conceito fundador, a ideia da expansão com reestruturação das instituições federais de ensino superior, abrindo espaço para oportunidades de inovação e de aumento da qualidade da educação superior pública, segundo o relatório.

Considerando 2007 como ano referencial, quando o número de vagas em cursos presenciais de graduação totalizava 132.451, os projetos institucionais pactuaram um aumento para 146.762, o que representou um acréscimo de 11%. No entanto, essa meta foi superada e em 2008 as universidades federais ofertaram um total de 147.277 vagas, o que equivale a um aumento de 14.826 novas vagas.

Além do aumento do número de graduações, o Programa corroborou com o aumento de concursos de docentes e técnicos nas universidades. Obras, ampliação e readequação da infraestrutura física das universidades federais também favoreceram o alcance dos objetivos do Programa. O REUNI possibilitou, ainda, a expansão e interiorização das instituições federais

²¹ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Executado por MEC/SESu/DIFES. 30 out. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 abr. 2017.

de educação superior. A preocupação com a qualidade da oferta, para além da ampliação do número de vagas na educação superior pública, levou o REUNI a atuar em outras cinco dimensões: reestruturação acadêmico-curricular; inovação pedagógica; mobilidade intrainstitucional e interinstitucional; compromisso social das universidades; e articulação entre graduação, pós-graduação e os demais níveis educacionais.

Gráfico 1 – Expansão das universidades e institutos federais com o REUNI

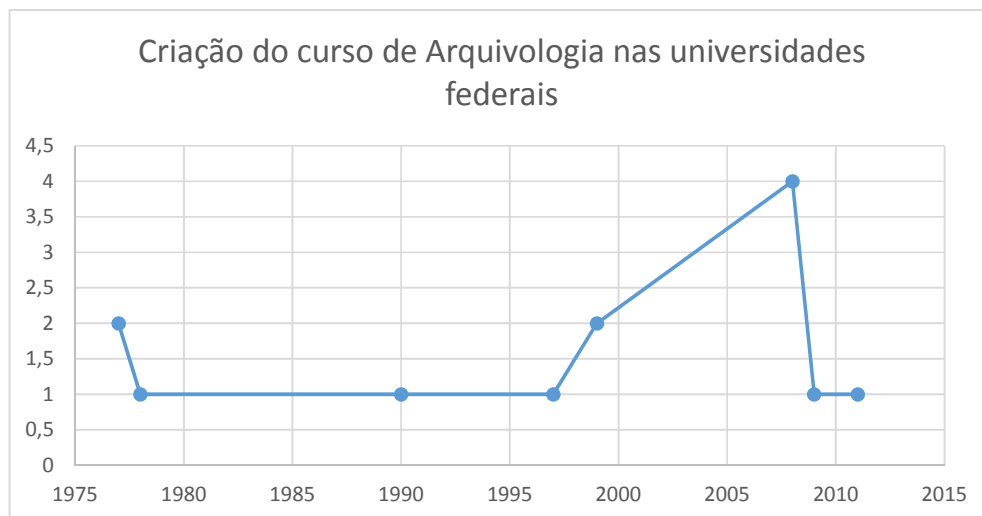


Fonte: Site REUNI/MEC.

Nessa expansão que o REUNI proporcionou às universidades, a Arquivologia também cresceu, tendo em vista a criação de seis novos cursos no período do Programa: FURG, UFPB, UFAM, UFMG, UFSC e UFPA, além dos cursos existentes que utilizaram recursos do REUNI para se reestruturar. Nessa época o curso da UFMA foi aprovado, mas não foi criado.

Fica nítido que o número de cursos de Arquivologia nas universidades federais (foco do REUNI) foi quase duplicado, principalmente no ano de 2009. Esse número, além de expressivo, traz expectativas exponenciais para o campo da Arquivologia no país, seja no campo científico, seja no campo prático — mercado laboral.

Gráfico 2 – Projeção da criação dos cursos de Arquivologia



Fonte: Elaborado pelo autor.

A distribuição geográfica ficou assim configurada dos cursos de Arquivologia:

Quadro 4 – Distribuição dos cursos no Brasil

Região	Estados	Quantitativo de cursos	Universidades
Sudeste	4	5	UFF, UNIRIO, UFES, Unesp, UFMG
Sul	3	5	FURG, UFSM, UFRGS, UEL, UFSC
Nordeste	9	3	UFBA, UEPB, UFPB
Norte	7	2	UFAM, UFPA
Centro-Oeste	3 e DF	1	UnB

Fonte: Souza (2011).

Flores, Pedrazzi e Rodrigues (2012), em um artigo sobre o impacto do REUNI sobre a formação de arquivistas no Brasil, entrevistaram professores e coordenadores sobre a implantação do Programa. Entre os pontos positivos foram elencados:

[...] são fatores positivos para os cursos de Arquivologia, através do Reuni, a criação dos sete novos cursos no país; os recursos financeiros aplicados na Arquivologia, mesmo que de forma parcial, mas utilizado tanto para a criação destes novos cursos, como também para a reestruturação de cursos já existentes; a contratação de novos professores bacharéis em Arquivologia e de áreas afins; a construção de prédios novos, assim como reformas em prédios em geral; reformas em laboratórios e compras

de equipamentos; melhorias na qualidade dos cursos; um aumento de vagas para ingresso nos cursos de Arquivologia, somados as alterações no número de ingressantes nos cursos reestruturados e o número de ingressantes nos cursos novos. São fatores que não só valorizam ainda mais os cursos de Arquivologia, mas abriu mais espaço para novos cursos e de uma forma mais bem dividida no país (FLORES, PEDRAZZI; RODRIGUES, 2012, p. 172).

O REUNI trouxe alguns *deficit* à época, mas seria necessário um novo estudo atual para verificar a situação após anos de implantação do Programa. Realmente o que fica claro é que o REUNI proporcionou a expansão dos cursos, presentes hoje em todas as regiões do país, gerando mais vagas na área, e um conseqüente aumento na procura pelas pós-graduações, o que leva ao incremento da produção científica, à profissionalização e uma maior solidificação das estruturas da Arquivologia (FLORES; PEDRAZZI; RODRIGUES, 2012, p. 178).

De um modo geral, o REUNI compreendeu o período de 2003 até 2014, e, sim, democratizou o ensino superior, expandindo consideravelmente o número de vagas, de universidades, tanto em quantidade quanto em infraestrutura, e de *campi*, inclusive interiorizando vários deles.

O reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita. Entretanto, findo o Programa, é importante ressaltar que os investimentos não podem parar, caso contrário todos os esforços e investimentos serão prejudicados, correndo o risco de se perderem. A educação, de modo geral, não pode ser considerada apenas dentro de um programa de um governo e, sim, pertencente a uma política de Estado, contínua e eficaz.

3.2 O curso de graduação da UFMG

A criação e implantação do curso de graduação de Arquivologia se deu em um momento propício que ensejou também a reestruturação do curso de Biblioteconomia da ECI, a partir do esforço conjunto dos docentes, em um momento político favorável à expansão, balizado por um conjunto de diretrizes e estratégias que visaram fundamentar a prática pedagógica dos cursos.

Nesse período da reestruturação do curso de Biblioteconomia, e também da discussão sobre a criação do curso de Museologia, criado posteriormente, corroborou-se para que a Escola de Ciência da Informação da UFMG abarcasse as três áreas, como forma de

interdisciplinaridade, interlocução e enriquecimento do arcabouço teórico do objeto de estudo da Ciência da Informação — a informação.

A atualização do Projeto Pedagógico²² do curso de Arquivologia teve como “objetivo incorporar novas resoluções do Ministério da Educação, da Universidade, assim como do próprio Colegiado do Curso. Também foi uma oportunidade de incluir os dados dos professores e técnicos contratados para o curso, admitidos no período 2009 a 2011” (ABREU; PAIVA, 2012).

O curso de Arquivologia da UFMG foi autorizado e implantado a partir do Parecer da Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 304, de 2 de outubro de 2008 (CEPE/UFMG). A primeira turma ingressou no primeiro semestre de 2009.

A harmonização entre os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia e outras áreas de documentação não é recente. As discussões no Simpósio Internacional para a Compatibilização da Formação Profissional e Treinamento em Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia, realizado em outubro de 1984 pela UNESCO, tinham esse fim.

A perspectiva harmonizante não significa formação idêntica para todos: a partir dos seus aspectos comuns trata-se de facilitar o intercâmbio de idéias, um uso mais racional dos recursos de ensino, uma melhor organização do trabalho profissional e, se possível, um aumento da influência dessas profissões sobre os governos e a sociedade em geral. A natureza específica de cada profissão deve ser preservada no contexto das características históricas, culturais, econômicas e políticas de cada país (UNESCO, 1987, p. 1).

O projeto pedagógico do curso de Arquivologia da UFMG objetivou um curso que tinha a Ciência da Informação como núcleo comum da formação dos profissionais de informação (arquivistas, bibliotecários e museólogos) e que oferecesse a formação específica nos respectivos cursos, visto que no contexto brasileiro a maioria dos cursos de Arquivologia localiza-se nas escolas ou departamentos de Ciência da Informação. Cabe ressaltar que na tabela de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, essa estruturação está disposta em: Ciências Sociais Aplicada – Ciência da Informação – Arquivologia.

Quanto à formação, em nível de mestrado e doutorado, o projeto destaca o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, que já vinha recebendo, em suas linhas de pesquisa, temáticas na área da Arquivologia. Essa prática pretendia ser intensificada, especialmente

²² A responsabilidade pela redação deste documento é da coordenadora e da subcoordenadora do Colegiado do Curso de Arquivologia, período 2009-2011, respectivamente, professora Vera Lúcia Furst Gonçalves Abreu e professora Marília de Abreu Martins de Paiva.

visando a formação de docentes para atuar nos cursos de graduação desse campo (item importante, tendo em vista o aumento dos cursos de graduação no país, conforme já descrito anteriormente).

Entretanto, vale enfatizar, antes da criação do curso as temáticas relacionadas à Arquivologia eram recorrentes nos debates sobre ensino e pesquisa na ECI, e várias pesquisas foram realizadas e trabalhos *stricto sensu* defendidos, como discorrem Parrela e Arreguy (2015):

As pesquisas ganharam força a partir das orientações de Lucy Gonçalves Fontes e das defesas pioneiras de Vera Maria R. Vasconcellos Motta, em 1993, “Arquivos privados de titulares mineiros: 1930/1983: um estudo sobre a localização, composição e uso dos documentos”, de Maria do Carmo de A. Andrade Gomes, “A produção do conhecimento histórico e o documento: estudo da relação entre a historiografia mineira e as fontes – 1979/1990”, em 1994, de Marta Eloísa Melgaço Neves, “Em busca da organicidade: um estudo do fundo da Secretaria de Governo da capitania de Minas Gerais”, em 1997, sobre um dos acervos fundantes do Arquivo Público Mineiro (APM) e de Cláudia Resende Silva, “Senado da Câmara da Vila de São João Del Rei: da administração colonial à pesquisa histórica”, em 2000 (PARRELA; ARREGUY, 2015, p. 2-3).

Nessa perspectiva, é importante destacar a professora da ECI Vilma Moreira dos Santos, formada em Biblioteconomia, mestre em Ciência da Informação e doutora em Arquivologia pela Universidade de Liverpool, orientada por Michael Cook, um dos grandes nomes da área, em 1998.

Vários outros trabalhos foram defendidos na Escola, anteriores a criação do curso. É importante sinalizar que na graduação em Biblioteconomia a Arquivologia era representada por disciplinas introdutórias. Assim, a criação do curso veio corroborar uma necessidade e uma prática de estudos, já realizadas na ECI desde muito tempo.

Em referência ao curso consta no projeto pedagógico:

O Curso de Arquivologia vem preencher uma lacuna em relação à função social dos arquivos, no que diz respeito à formação de profissionais, pois, grande parte das atividades arquivísticas no Estado de Minas Gerais são desempenhadas por profissionais sem formação específica.

Na própria UFMG, essa lacuna já foi detectada e orientou algumas metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2008-2012 (MINAS GERAIS, 2008b), conforme aspectos a seguir:

a) disseminar, na UFMG, a política de gerenciamento de arquivos; e b) implantar, na UFMG, políticas de organização e gerenciamento dos arquivos de documentos administrativos e acadêmicos (ABREU; PAIVA, 2012, p. 16).

Relevante ressaltar também que além da legislação federal que institui a política de gestão documental e procedimentos arquivísticos, Minas Gerais tem legislação estadual²³ sobre o assunto, o que, teoricamente, é um avanço e ponto positivo na atuação dos futuros profissionais formados pelo novo curso.

O mercado de trabalho do egresso do curso compreende naturalmente toda a estrutura administrativa das organizações públicas nas esferas executiva, legislativa e judiciária, destacando, também, os órgãos voltados diretamente para os arquivos, tais como os arquivos públicos de órgãos municipais, estaduais e federais, assim como organizações privadas. **A demanda da iniciativa privada pôde ser verificada por meio de diversas solicitações feitas, continuamente, à Escola, de estagiários que pudessem trabalhar com gestão de documentos** e, também, de professores que pudessem atuar como consultores em organizações diversas, públicas ou privadas (ABREU; PAIVA, 2012, p. 17, grifos nossos).

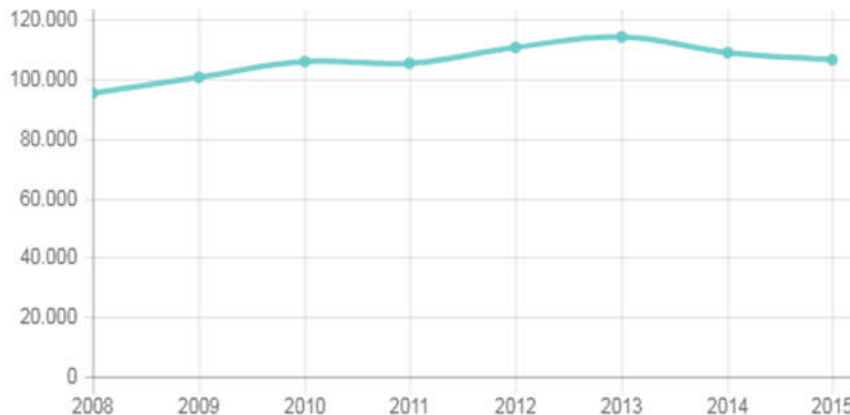
Arreguy, Negreiros e Silva (2015) evidenciam que no município e em cidades próximas ao local onde o curso foi implantado, não há instituições arquivísticas federais. Em contrapartida, a região possui uma instituição arquivística pública estadual e uma municipal. Tal fato apresenta um cenário que proporciona o desenvolvimento de convênios, parcerias, estágios de alunos, visitas técnicas e, até mesmo, possibilidades de inserção no mercado laboral.

Ainda segundo os autores, observa-se que o setor de serviços apresenta a maior empregabilidade. Conseqüentemente, o arquivista teria mais oportunidades de trabalho. Observa-se que o setor industrial está mais concentrado no entorno e no interior do Estado e, por ter uma participação importante na economia, apresenta-se também como uma possibilidade de mercado de trabalho.

Só em Belo Horizonte são 106.160 empresas atuantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2015, o que equivale à terceira colocação do país, ficando atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

²³ Lei Estadual nº 19.420, de 11 de janeiro de 2011 – Estabelece a política estadual de arquivos no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Gráfico 3 – Número de empresas atuantes em Belo Horizonte



Fonte: IBGE, 2015.

Lucy Fontes Hargreaves, em conjunto com sua equipe de pesquisa em um longo trabalho²⁴, cadastrou 2.450 acervos pertencentes a 2.133 instituições com registros anteriores a 1946. Foram estudados 853 municípios mineiros, não a partir do ano de sua emancipação como vila ou cidade, mas desde a data mais remota, de sua elevação a distrito de paz ou a capela curada, quando começaram os registros escritos do cotidiano da população. Em 587 municípios foi encontrado algum tipo de acervo que contém documentação anterior a 1946. Nos outros 266 não foram encontrados documentos anteriores a essa data, ou porque são regiões de povoamento muito recente, ou porque aconteceu alguma catástrofe natural (enchente, por exemplo) ou, mais comumente, humana (incineração ou descarte propositais). O levantamento dividiu-se em seis categorias básicas, referentes à natureza das instituições produtoras da documentação: a) acervos públicos produzidos pelos poderes executivos; b) acervos produzidos pelos poderes legislativos municipais, estadual e federal; c) acervos produzidos pelos poderes judiciários; d) acervos acumulados em função das atividades cartoriais; e) acervos produzidos pelas igrejas e denominados “eclesiásticos”; e f) acervos acumulados por todo tipo de instituição privada ou pessoas físicas.

Libby (2000) fez parte do projeto e relata aquilo que não pôde ser cadastrado, seja pelos acontecimentos de natureza catastrófica ou pelos malefícios, propositais ou não, perpetrados pelo homem:

²⁴ Guia dos Arquivos e Acervos Documentais Históricos do Estado de Minas Gerais (1522-1945), elaborado em parceria com o Centro de Estudos Mineiros, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Fundação João Pinheiro (FJP). Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/cem/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

Muito piores do que a catástrofe, no entanto, são os descasos e os descuidos que quase sempre marcaram a rotina do manuseio e armazenamento dos documentos sem uso corrente. [...]

Designamos tais procedimentos, tão lamentavelmente disseminados, como constituintes de uma verdadeira “cultura do papel velho” (LIBBY, 2000, p. 193).

Libby ainda descreve que no início das visitas a equipe foi surpreendida com as constantes solicitações de orientação para organização e conservação de documentos históricos. Assim sendo, há uma imensidão de possibilidades e territórios a serem explorados, documentados e cuidados no Estado de Minas Gerais. Cabe então à universidade, ao Estado e municípios, às instituições detentoras de arquivos, públicas e privadas, e aos próprios estudantes e egressos pressionarem a inserção e atuação dos profissionais de Arquivologia nesse contexto, inclusive em prol da preservação de um patrimônio histórico esquecido.

O curso da ECI/UFMG é o único curso de graduação em Arquivologia de Minas Gerais. Deu início a suas atividades com o objetivo de formar o profissional capaz de planejar, organizar, avaliar, descrever e preservar conjuntos de documentos, sejam estes impressos, eletrônicos ou digitais, de modo a favorecer as atividades administrativas e de pesquisa, a garantia de direitos e o acesso ético aos documentos arquivísticos em instituições públicas e privadas (ABREU; PAIVA, 2012, p. 17).

A implantação do curso de Arquivologia na Escola de Ciência da Informação integrou o projeto REUNI. A UFMG buscou associar à expansão estratégica das matrículas a construção de currículos e formações inéditas e socialmente relevantes, o uso de novos instrumentos didático-metodológicos e uma crescente integração entre a graduação e a pós-graduação, prevendo, sempre, o uso racional de recursos. A instalação do curso de Arquivologia na ECI é pertinente e sustentada por uma competência acadêmica, capacidade institucional e infraestrutura continuamente aprimoradas.

Desde o início das atividades do curso, as demandas mais recorrentes dos alunos eram a inclusão de mais disciplinas específicas, a partir do primeiro semestre, e o aumento da oferta delas ao longo da formação, em substituição a algumas das disciplinas do tronco comum, muito específicas da Biblioteconomia, como análise de assunto, oferecida logo nos primeiros semestres [...].

[...] o curso passou por um processo de consolidação, que culminou com sua avaliação pelo Ministério da Educação, em 2014. O curso foi muito bem avaliado, tendo recebido a nota máxima: 5. O reconhecimento do curso se deu pela Portaria 615, de 30 de outubro de 2014. Tal processo iniciou-se com sua implementação, passando pela chegada dos professores contratados especificamente para o curso e pela natural reestruturação de seu currículo, conforme previsto no momento de sua criação (PARRELA; ARREGUY, 2015, p. 5-6).

Em relação ao corpo docente, vários professores foram contratados depois de 2009, inclusive de forma exclusiva para o curso. Ainda segundo as autoras, a admissão desses professores impactou fortemente a implementação do currículo inicial, levando a um processo natural e já previsto de reestruturação curricular. Tais professores contribuíram para a construção da nova matriz curricular, aprovada em 2014 e posta em prática em 2015. Com os novos docentes vieram os projetos de pesquisa e extensão, o que ensejou a criação de oportunidades de iniciação à pesquisa e de inserção em outras instituições para os alunos (PARRELA; ARREGUY, 2015, p. 7).

Para além disso, a harmonização curricular tem que considerar o contexto regional, o mercado laboral e os fatores socioeconômicos que influenciam a formação e a atuação dos futuros profissionais pós-academia.

[...] formação discente deve levar em conta, ainda, o contexto acadêmico em que os alunos estão inseridos e todas as características sociais, econômicas, geográficas e políticas que circundam o *locus* de formação. O currículo é, portanto, produto do meio em que é inserido e este local se expande, inclusive, para o entorno da unidade de ensino. [...] É fundamental que se observem essas questões ao se pensar nas disciplinas ou na orientação que terá o currículo a ser operacionalizado em sala de aula. De forma contrária, o aluno teria uma formação alheia às necessidades locais do mercado e às expectativas sociais do contingente que rodeia o seu centro de formação. Além disso, sua instrução para o exercício da Arquivologia estaria desvinculada da tradição histórico-social e regional (ARREGUY; NEGREIROS; SILVA, 2015, p. 175).

Assim, a universidade e o curso, não só na função de ensino, mas como formadores de especialistas para suprir demandas sociais, não podem ficar alheios ao contexto regional que influencia sobremaneira a captação do profissional formado por essa instituição, caso contrário corre-se o risco dessa formação fadar-se à desatualização e ao isolamento perante não só o mercado laboral, mas a sociedade de modo geral, que não reconhecerá a importância e necessidade de tal especialidade.

Em relação ao perfil dos alunos que ingressaram no curso, Paiva, Negreiros e Silva (2012) publicaram um artigo com os dados dos alunos das duas primeiras turmas — anos 2009 e 2010. Segue-se o perfil levantado dos alunos do curso de Arquivologia da ECI/UFMG:

- a) residem na capital mineira ou na sua região metropolitana, essencialmente, e, em grande parte, são mineiros;
- b) há certo equilíbrio no que se refere ao gênero, ou seja, a quantidade de homens e de mulheres é muito semelhante;
- c) são, em sua maioria, solteiros, e têm idade média entre 26 e 36 anos;

- d) vêm de camadas inferiores da sociedade e contribuem expressivamente na renda familiar. Seus pais, na maioria das vezes, têm baixo nível educacional;
- e) declararam-se, em maior número, como pardos e brancos;
- f) são provenientes, geralmente, de escolas públicas e, contrariando algumas expectativas, alguns já cursaram outros cursos de graduação e até mesmo de pós-graduação;
- g) não participam, na maioria dos casos, de outras atividades acadêmicas, como pesquisa, Diretório Acadêmico e Diretório Central dos Estudantes, por exemplo;
- h) são trabalhadores e vêm, em média, de uma carga horária semanal de trabalho de 40 horas. Em grande parte desses casos, o trabalho é realizado em unidades de informação;
- i) mais da metade afirma ter escolhido a profissão pelas possibilidades de inserção no mercado de trabalho;
- j) preferem a internet à leitura de um livro; e
- k) não falam outro idioma além do nativo.

A revisão de literatura aponta para o delineamento de um perfil do aluno de Arquivologia subjugado por realidades sociais, culturais e econômicas, que os levaram a buscar o curso como forma de ascensão na sociedade.

O perfil dos primeiros alunos refletia anos da demanda represada por um curso na área no estado: boa parte dos alunos já possuía outra graduação, vários já atuavam na área e quatro já possuíam mestrado (PAIVA; NEGREIROS; SILVA, 2012). Com tal perfil, os alunos da primeira turma significaram um apoio fundamental para a implantação do curso, tanto que logo no primeiro ano promoveu-se o Seminário de Arquivologia.

Desde antes mesmo da oficialização do curso, a UFMG aparece na atuação dos arquivos, promovendo cursos e publicações. A concretização do curso tardou, mas não falhou, pois a demanda represada é grande e a riqueza dos acervos espera mais e mais profissionais para o seu tratamento. O curso de Arquivologia da UFMG tem esse papel social, vem suprir uma necessidade laboral, profissional e, mais do que isso, histórica e memorial no Estado de Minas Gerais.

Agora, depois de alguns anos de formação, faz-se importante descobrir onde e como estão os primeiros egressos do curso de Arquivologia da UFMG.

4 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A formação é fator preponderante na inserção das pessoas no mercado de trabalho, tornando-as mais competitivas e preparadas, capazes de produzir e utilizar conhecimento.

De acordo com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL (2013) “a prática do estágio é oportunidade inquestionável para os estudantes vivenciarem no dia a dia de uma organização, os desafios do mercado de trabalho e aplicarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Contribui para a formação profissional do jovem”.

Durante a formação o estágio não obrigatório é uma das portas de entrada do estudante para esse mercado, complementado a formação acadêmica com a experiência prática.

Segundo o IEL (2013), o surgimento do estágio no Brasil está ligado à evolução da educação no país, pois este se trata de uma atividade curricular, reconhecida inclusive pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, devido à importância da integração entre estudos e vida profissional por meio da realização do estágio.

O estágio é regulado pela Lei nº 11.788/2008, conhecida como Nova Lei de Estágios, que trouxe avanços e proteção ao estudante, visto que a antiga lei de estágios, Lei nº 6.494/1977, estava ultrapassada e era comumente utilizada para prover mão de obra barata.

Ainda de acordo com o IEL (2013), uma das importantes razões para essa mudança foi a necessidade de transformar o estágio em ferramenta capaz de, verdadeiramente, contribuir para a complementação do ensino do estudante.

A Lei nº 11.788/2008, em seu artigo 1º, define estágio como:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

O estágio tem por finalidade propiciar ao estudante o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, na busca do seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

A experiência tem demonstrado que a prática do estágio tem sido eficaz para o interesse das partes concedentes, das instituições de ensino, dos estagiários e de toda a sociedade, na medida em que os estudantes são inseridos no mundo do trabalho e, não raro, admitidos, após o estágio, nas atividades profissionais da própria parte concedente (IEL, 2013, p. 23).

A lei prevê duas modalidades de estágio: obrigatório e não obrigatório.

O estágio obrigatório é aquele que assim está definido no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária constitui requisito para aprovação e obtenção do diploma. O estágio não obrigatório é o desenvolvido como atividade opcional do estudante, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Deve constar do projeto pedagógico do curso.

No trabalho de pesquisa será estudado o estágio não obrigatório.

[...] se tornou necessário o acompanhamento do aluno por professor da Instituição de Ensino e por profissional do quadro de empregados da empresa concedente, com formação ou experiência profissional em área de conhecimento do curso do estagiário, o que reforça o caráter pedagógico dessa atividade. Valverde (2006) afirma que a supervisão é necessária para que se verifique se o estágio de fato é desenvolvido dentro dos padrões acadêmicos, trazendo benefícios de aprendizagem ao estudante. Segundo esse autor, para que o estágio tenha uma adequação didático-pedagógica, necessariamente deve haver uma orientação acadêmica realizada pela instituição de ensino (LAVALL; BARDEN, 2014, p. 52).

A página eletrônica da Pró-Reitoria de Graduação da UFMG²⁵ – PROGRAD contém todas as informações sobre o exercício de estágio, a Lei do Estágio, uma cartilha explicativa, a Resolução nº 2/2009, que regulamenta o estágio em cursos de graduação da UFMG (ANEXO A), a Portaria nº 104/2006, que determina os instrumentos jurídicos, dos quais se destacam o plano de atividades (ANEXO B) e o modelo de termo de compromisso (ANEXO C), itens obrigatórios conforme discorre a lei, entre outros.

É no estágio que a relação teoria e prática será vivenciada de forma plena. Sobre a relação teoria-prática, Schwartz (2001, p. 5) salienta que:

Embora diferentes, teoria e prática são por natureza inseparáveis, pois é absurda qualquer tentativa de circunscrevê-las em momentos isolados. [...]

A teoria e a prática concebidas como dimensão de um mesmo processo unitário se efetivam, segundo Vasquez, por meio de uma dinâmica em que a teoria orienta a ação, entendida como transformação da realidade, e esta, por sua vez, pode reorientar a própria teoria, fazendo-a avançar e progredir.

Quanto às obrigações, o Quadro 5 sintetiza o papel de cada partícipe, de acordo com a lei.

²⁵ Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/prograd/prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Estudante/Estagio-Infoormacoes>>. Acesso em: 17 set. 2017.

Quadro 5 – Papel dos partícipes, segundo a Lei nº 11.788/2008

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PARTE CONCEDENTE	AGENTES DE INTEGRAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Celebrar o Termo de Compromisso com o estudante ou com o seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar; • Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades do estagiário; • Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades, no qual deverá constar visto do orientador da instituição de ensino e do supervisor da parte concedente; • Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o estagiário para outro local, em caso de descumprimento de suas normas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Celebrar Termo de Compromisso com a instituição de ensino e o estudante, zelando por seu cumprimento; • Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; • Indicar empregado de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até dez estagiários simultaneamente; • Contratar em favor do estagiário Seguro contra Acidentes Pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio; • Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar oportunidades de estágio; • Ajustar suas condições de realização; • Fazer o acompanhamento administrativo; • Encaminhar negociação de Seguro contra Acidentes Pessoais; • Cadastrar os estudantes; e • Selecionar os locais de estágio e organizar o cadastro das partes concedentes das oportunidades de estágio.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em IEL (2013).

Os principais benefícios proporcionados pela referida lei são a limitação da carga horária diária de estágio; a concessão de bolsa-auxílio e auxílio-transporte; a concessão de recesso remunerado; a determinação do número máximo de estagiários em relação ao quadro de empregados das concedentes; a aplicação de legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho; a destinação de 10% das vagas oferecidas pela empresa concedente às pessoas com necessidades especiais; a duração do tempo de estágio por unidade concedente. O estágio não caracteriza vínculo empregatício.

4.1 O estágio não obrigatório e o projeto pedagógico do curso de Arquivologia da UFMG

Para garantir uma flexibilização dos currículos de graduação, o Colegiado de Arquivologia, por meio da Resolução nº 001/2012 (MINAS GERAIS, 2012), estabeleceu o total de créditos:

A resolução supracitada estabelece: a possibilidade de aproveitamento de atividades acadêmicas, desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso, para integralização de créditos na carga optativa, sendo aproveitados no máximo 12 (doze) créditos; que toda atividade acadêmica curricular **deverá ficar sob a responsabilidade de pelo menos um professor, ter autorização prévia do Colegiado do Curso e incluir procedimentos de avaliação do rendimento do aluno**; e atribuir, no máximo, 4 (quatro) créditos para cada grupo de atividades. Serão aproveitadas as seguintes atividades: atividades de iniciação à docência, à pesquisa ou à extensão; artigos, capítulos e livros publicados; discussões temáticas e seminários; elaboração de monografia; **estágio Curricular de enriquecimento**; participação em eventos da área com apresentação de trabalho; e vivência profissional complementar. A solicitação de aproveitamento de créditos será efetuada no Colegiado de Graduação do Curso, condicionada à apresentação e aprovação de documentação exigida para cada tipo de atividade desenvolvida (ABREU; PAIVA, 2012, p. 52, grifos nossos).

O estágio curricular de enriquecimento ao qual se refere a Resolução nº 001/2012 supracitada é o estágio não obrigatório em organizações que, direta ou indiretamente, contribuam para o enriquecimento curricular e que está inserido no projeto pedagógico, conforme normativos que regulam a atividade de estágio.

4.2 O estagiário de Arquivologia – Função de arquivista, técnico de arquivo ou estagiário?

O arquivista é o profissional de nível superior, reconhecido por lei, responsável por todo o planejamento e coordenação das ações voltadas à gestão documental, desde a sua produção até sua destinação final, seja eliminação ou guarda permanente. Ao arquivista cabe a elaboração e implantação de políticas arquivísticas, capacitação e coordenação de equipes, disseminação das técnicas, da cultura e preservação arquivística e acesso aos documentos.

Instituído pela Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, são atribuições do arquivista, de acordo com a lei:

- I – planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;

IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;

V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;

VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;

VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;

VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;

IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;

X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;

XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;

XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

O profissional técnico de arquivo também é instituído pela Lei nº 6.546/1978, entretanto, algumas nuances cercam essa profissão, pois o que está descrito na lei não pode ser aplicado na prática, o que gera algumas incertezas e desentendimentos no mercado de trabalho.

Segundo a referida lei só poderão exercer as atribuições de técnico:

III – aos Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau;

IV - aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, na data de início da vigência desta Lei, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo;

V - aos portadores de certificado de conclusão de curso de 2º grau que recebam treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.110 hs. nas disciplinas específicas.

Entretanto, quase 40 anos depois da regulamentação da lei, não existem cursos especializados na formação de técnico em arquivo, apenas algumas iniciativas ainda por se concretizar. Mas seja na esfera pública ou privada a demanda por esses profissionais e a consequente contratação crescem. Exemplos são alguns concursos para técnico em arquivo das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, que preveem, na Lei nº 11.091/2005 (que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação), o cargo de técnico em arquivo, cujo requisito é a escolaridade de ensino médio profissionalizante ou médio completo mais curso técnico, o que levou o Ministério de Trabalho e Emprego a emitir nota, conforme discorre Lima e Flores (2016):

Além disso, como diversos concursos para o cargo de técnico de arquivo vêm ocorrendo recentemente, o Ministério do Trabalho e Emprego emitiu documento (Memorando Circular nº 15 CIRP/CGSAP/DES/SPPE/MTE, de 11 de outubro de 2013) sobre a emissão de registro profissional para a categoria técnico de arquivo,

direcionado às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego alegando que, se até o momento nenhum curso fora criado, então não poderia ser negado o reconhecimento da profissão, ou seja, o registro profissional de técnico de arquivo poderia ser expedido a pessoas com apenas 2º grau completo (ensino médio), o que negligencia totalmente as exigências e determinações da legislação regulamentadora de 1978 (LIMA; FLORES, 2016, p. 62).

Essa situação gera alguns problemas, tais como: profissionais de qualquer formação, inclusive arquivistas formados, ou sem qualquer formação, atuando como técnicos nos arquivos, inexistência de um conselho de classe que fiscalize a atuação profissional, falta de cursos profissionalizantes e a mudança necessária na legislação que não obriga essa qualificação; predominância de técnicos de arquivos atuando como arquivistas, tendo em vista o menor custo financeiro ou mesmo a confusão de entendimento sobre a atuação de um e de outro; e a falta de reconhecimento e prestígio, gerando negligências.

De acordo com a lei, são atribuições do técnico:

I - recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação;

II - classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos;

III - preparação de documentos de arquivos para microfilmagem e conservação e utilização do microfilme;

IV - preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados.

Assim fica evidente na lei a diferenciação de atribuições entre o arquivista, voltado para o nível intelectual e gerencial, e o técnico de arquivo, voltado para o nível operacional. Para o técnico exercer suas funções o arquivista tem de estar presente, e vice-versa, para não haver desvio de função e complemento das atividades.

E ao estagiário cabe a função de trabalhar juntamente e sob a supervisão do arquivista e do técnico de arquivo, no desenvolvimento das funções arquivísticas que fazem parte do projeto pedagógico do curso e que contribuem para sua formação como futuro profissional. Não é sua atribuição assumir quaisquer funções de planejamento, assessoramento, ou ter qualquer responsabilidade no arquivo sem a supervisão e orientação do profissional da área. Na realidade, segundo a Lei de Estágio, “o supervisor do estagiário da parte concedente deve ser funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário” (inciso III do artigo 9º da Lei nº 11.788/2008). Caso contrário, o objetivo do estágio e a formação do aluno estarão comprometidos e a instituição, em desacordo com a lei.

É consenso para a maioria dos autores, que se dedicam à questão dos programas de formação de arquivistas, a importância da realização de estágios em situações reais ou simuladas. Richard Cox, por exemplo, entende que toda profissão é centrada no conhecimento da prática e da teoria (s.d., p. 33). Heloísa Bellotto acredita que, se na maior parte das profissões a teoria não pode prescindir da prática, na Arquivologia é absolutamente vital a presença do exercício efetivo. A autora complementa indicando que teria pouca utilidade um curso que não proporcionasse pelo menos 40% de treinamento efetivo sobre as horas totais do curso (BELOTTO, 1992, p. 15). Jean-Yves Rousseau e Carol Couture entendem que o estágio no local de trabalho deve ser um componente de todo programa de formação. Para os autores canadenses, trata-se de um elemento essencial na formação, permitindo ao estudante confrontar a teoria e a prática profissional e preparar também sua integração à profissão (1994, p. 262-269) (SOUSA, 1999, p. 170).

Importante ressaltar que muitas dessas contradições e problemas decorrem da falta de políticas públicas e mais especificamente políticas públicas arquivísticas. As políticas públicas abrangem conjuntos de recursos humanos, infraestrutura e recursos técnicos-científicos e de formação, integrados de forma sistêmica em programas e projetos para alcançar objetivos quanto a um fim social, através de estratégias que são realizadas pelos poderes públicos, destacando que a política não se confunde apenas com a criação de leis.

Quando os poderes públicos, representados por suas instituições, são omissos nas suas ações ou atuam de forma isolada, problemáticas do campo dos arquivos podem ser percebidas tais como ausência de uma formação necessária para o técnico de arquivo, falta de clareza e/ou fiscalização nas funções/atribuições entre os profissionais da área, desobediência aos preceitos legais sobre gestão documental, ações descoordenadas no âmbito da formação e treinamento desses recursos humanos e técnicos, entre outros.

Mediante a legislação que regula as atividades de estágio e também as profissões de arquivista e técnico de arquivo e os estudos apresentados sobre o assunto, constata-se que o estagiário não deve exercer função de arquivista ou técnico, deve vivenciar ser estagiário, nas suas obrigações, deveres e direitos para uma melhor formação como profissional e como cidadão.

5 O PERFIL DE MERCADO A PARTIR DE DOIS NICHOS: AS INSTITUIÇÕES CONTRATANTES DE ESTAGIÁRIOS E OS EGRESSOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

A pesquisa se caracteriza por ser qualitativa de natureza básica, de caráter exploratório, e utilizou como procedimento a pesquisa de campo como forma de melhor atingir seus objetivos.

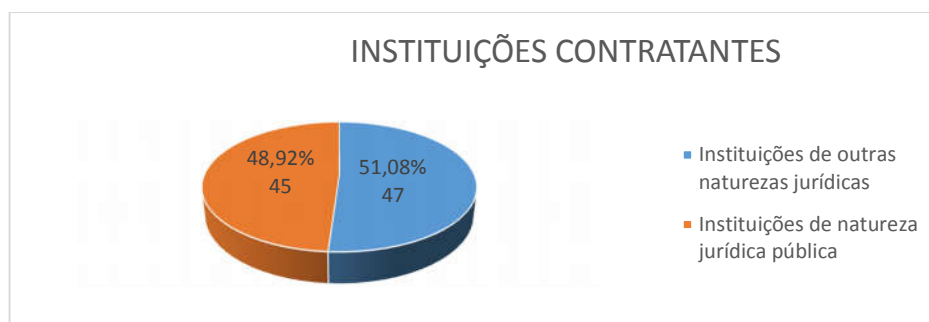
Por ser qualitativa-exploratória, buscou-se descrever características observadas em determinada situação, pouco explorada. A pesquisa utilizou-se de entrevistas e aplicação de questionários para o levantamento das informações, a fim de investigar uma realidade inexplorada: o perfil de mercado dos egressos e das instituições contratantes de estagiários, pois a abordagem do fenômeno leva o pesquisador a conhecer mais a seu respeito, possibilitando a interpretação do objeto estudado.

5.1 As instituições contratantes

Para alcançar o primeiro objetivo, levantar as instituições que contrataram estagiários do curso de Arquivologia no período 2009-2017, foi solicitado ao colegiado de graduação em Arquivologia da UFMG uma relação das instituições contratantes de estagiários nos anos 2009, quando o curso foi iniciado, até o mês de março de 2017, data da solicitação.

Gentilmente o secretário do colegiado prontamente disponibilizou tais dados, dos quais foi possível extrair as primeiras análises.

Gráfico 4 – Total de instituições cadastradas que contrataram estagiários de 2009 a março de 2017

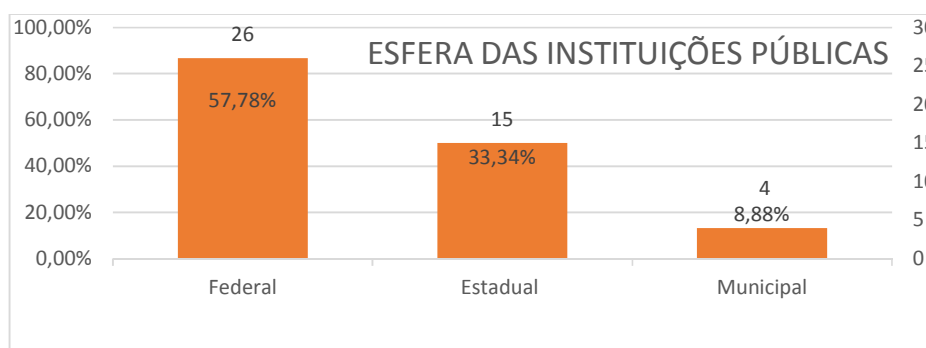


Fonte: Elaborado pelo autor.

No período determinado, 92 instituições em algum ano contrataram estagiários, sendo 45 instituições provenientes do setor público, ou 48,92%, e 47 instituições de outras naturezas jurídicas, o que equivale a 51,08%, quase igualando em número as duas naturezas.

No âmbito público, percebe-se que a maioria das instituições é da esfera federal, com 57,78%, destaque para uma universidade federal, que teve 15 unidades contratantes de estagiários no período levantado, contabilizando então 26 instituições na soma total. Na esfera estadual evidencia-se um órgão do Judiciário e um do Legislativo, que têm registro de contrato de estagiários em todos os anos, somando 33,34% das instituições. E com uma porcentagem de 8,88% estão as instituições municipais.

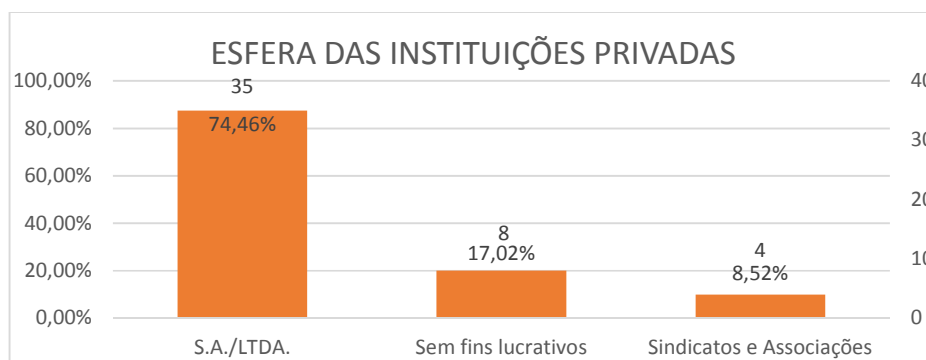
Gráfico 5 – Quantidade de instituições contratantes por esfera pública



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que as instituições privadas tiveram interesse na contratação de estagiários. Destaque para uma empresa de advocacia, que manteve a contratação de modo contínuo durante todo o período pesquisado.

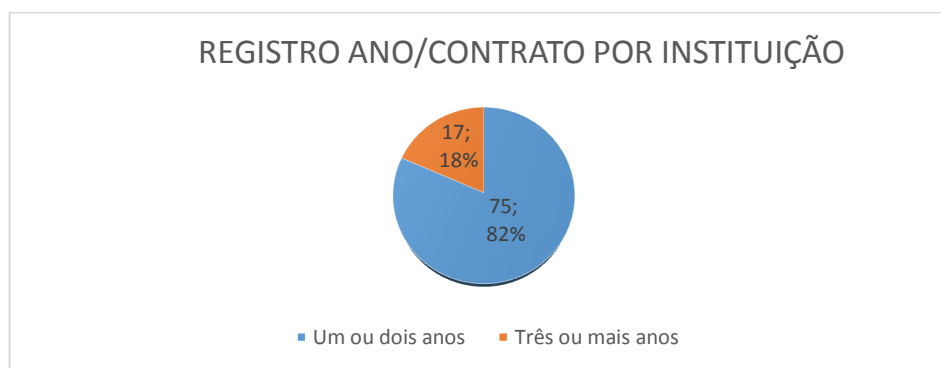
Gráfico 6 – Quantidade de instituições de outras naturezas contratantes



Fonte: Elaborado pelo autor.

Entretanto, apesar do interesse das instituições pela contratação de estagiários e do número expressivo em um primeiro momento, percebe-se a oscilação e descontinuidade de grande parte delas no período pesquisado. Cerca de 82% dessas instituições só tem registro de contrato por um ou dois anos, e só 18% apresentaram registros por três anos ou mais.

Gráfico 7 – Registro das instituições por ano de contrato



Fonte: Elaborado pelo autor.

Importante frisar que das instituições para as quais consta registro de contrato de um ou dois anos, 24% contrataram em 2016 e/ou 2017, portanto, não está descartada a hipótese de continuidade da contratação.

Como os dados estão relacionados por empresa e por ano, não foi possível ter uma estimativa de estagiários contratados. Por exemplo: um estágio que iniciou em 2009 e terminou em 2010 estará listado nos anos de 2009 e 2010, mas, nesses mesmos anos pode o aluno ter saído de uma instituição e ter ido para outra. Outro exemplo: em determinada instituição, constam uma vaga em 2009 e uma vaga em 2010, mas ambas as vagas podem ser do mesmo contrato, portanto os dados não são confiáveis para a contabilização do número de estagiários contratados.

Pelas entrevistas também não foi possível aferir esse quantitativo de estagiários contratados por instituição, porque a maioria dos entrevistados não tinha essas informações no momento da entrevista.

Para atingir os dois próximos objetivos —investigar nas instituições o motivo de tais contratações e suas percepções sobre o arquivo, arquivista e seu trabalho e documento de arquivo; e levantar como se deu a atuação desses estagiários nessas instituições—, foi escolhido o procedimento de entrevista semiestruturada, na qual o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva,

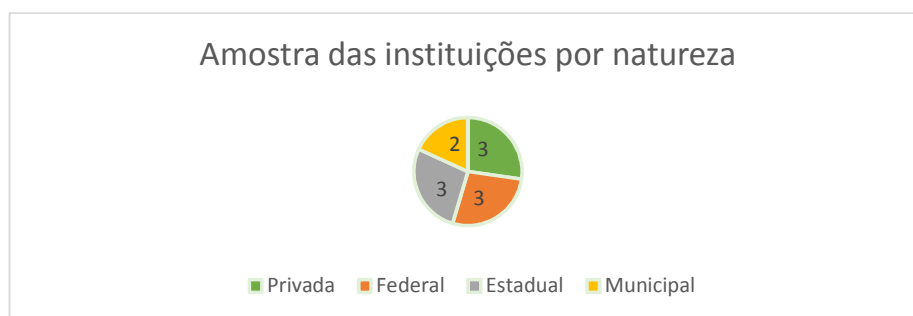
que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. O modelo do instrumento encontra-se no Apêndice A.

Devido ao grande número de instituições contratantes e à inviabilidade de entrevistar todo esse universo, a amostra foi escolhida pelos seguintes critérios:

- Instituições contratantes tanto de natureza pública quanto privada;
- Instituições com contratos vigentes e não vigentes, ou seja, que tenham ou não estagiários contratados no momento da pesquisa;
- Diversidade da natureza jurídica das instituições, considerando os diferentes ambientes.

A amostra foi composta por 11 instituições entrevistadas, e acreditamos que ela representa a variedade de instituições do universo e as possíveis versões da realidade que se objetivou pesquisar.

Gráfico 8 – Amostra das instituições pesquisadas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na amostra das instituições constam: três instituições de natureza privada, sendo um grande escritório de advocacia, uma instituição sem fins lucrativos, uma empresa específica em consultoria e organização de arquivos; três instituições de natureza pública federal, sendo uma universidade, uma autarquia federal com representação estadual e um órgão autônomo; três instituições de natureza pública estadual, sendo uma instituição vinculada ao Executivo, uma instituição do Legislativo e um órgão do Judiciário estadual, além de duas instituições de natureza pública municipal, uma ligada ao Executivo e outra ao Legislativo.

Inicialmente pensou-se em escolher uma amostra com um percentual igual ou maior de instituições de natureza privada, tendo em vista a maior autonomia da esfera privada na contratação tanto de estagiários quanto de arquivistas em relação à pública (item pesquisado também) e ao universo ter um maior percentual. Entretanto houveram dificuldades no contato

com a maioria das instituições privadas pré-selecionadas, seja por não conseguir um retorno, pela recusa em dar entrevista, pela dificuldade de não ter mais estagiários no local, ou por ser a empresa um agente de integração.

Assim a amostra acabou ficando com predominância no número de instituições de caráter público, o que não interferiu na qualidade da coleta de dados e da análise desse perfil de mercado, pois, de certa forma, analisando o contexto, são os órgãos públicos que mais dão continuidade ao processo de contratação de estagiários, estando em número maior no quesito contratação por três ou mais anos.

Levando ainda em consideração os dados do gráfico 7, em que apenas 18% das instituições contrataram por três ou mais anos, na nossa amostra isso equivale a 47% das instituições entrevistadas.

5.1.1 As entrevistas

A marcação das entrevistas foi feita via correio eletrônico e contato telefônico, e realizadas no período de 28 de julho a 31 de agosto de 2017. A modalidade semiestruturada segue o roteiro, mas dá liberdade para que o entrevistado fale além do que foi perguntado, gerando mais informações sobre o objeto pesquisado.

As informações advindas dos entrevistados foram compiladas de modo a garantir o anonimato da instituição e do entrevistado. O discurso do entrevistado foi respeitado de forma verídica, tendo em vista a riqueza de informações e o caráter subjetivo das perguntas. Nas questões mais objetivas as respostas foram agrupadas em conjunto por meio de gráficos ou outras formas de representação.

Em relação ao perfil dos entrevistados, são as pessoas que estão à frente no trabalho com arquivo e/ou estão na coordenação do setor da qual o arquivo faz parte, conforme Quadro 6:

Quadro 6 – Perfil dos entrevistados

Instituição	Formação	Cargo/Setor
A – Pública	Arquivista Arquivista	Gerência de Gestão Documental Diretoria de Gestão da Informação Documental
B – Pública	Bibliotecária	Gerente de Memória Institucional
C – Pública	Bibliotecária com Formação em Arquivologia	Responsável pelo Arquivo
D – Privada	Bibliotecário	Coordenador de Documentação
E – Pública	Bibliotecária Bibliotecária com Especialização em Arquivos	Departamento de Gestão Documental Departamento de Tratamento, Pesquisa e Acesso

F – Pública	Historiador com Especialização em Arquivos	Coordenador Técnico Geral
G – Pública	Bibliotecária	Núcleo de Gestão de Documentos e Arquivos
H – Privada	Arquivista	Coordenadora de Arquivo
I – Pública	Arquivista	Vice-diretora da Diretoria de Arquivos
J – Pública	Arquivista	Diretoria de Gestão Documental
K – Privada	Administradora com Especialização em Gestão de Documentos	Diretora/Fundadora

Fonte: Elaborado pelo autor.

O primeiro aspecto abordado aos entrevistados foi sobre o entendimento da instituição sobre os conceitos de arquivo e de documento de arquivo e sua importância para a instituição. Essa pergunta remete ao entendimento que a instituição que reconhece a importância de seus arquivos consequentemente reconhece e dá respaldo ao trabalho e ao profissional à frente dessa função. Se não tem esse entendimento, então o arquivo é visto simplesmente como um depósito, que pode ser assumido por qualquer pessoa.

Quadro 7 – Entendimento da instituição sobre o conceito de arquivo e sua importância

A – A instituição se preocupa com a área, existem duas gerências para a área de arquivo, mas de modo geral não tem familiaridade com a terminologia, mas está em construção. O fator legislação e a grande produção documental foram fatores para iniciar o trabalho, mas a mudança teve total relação com a entrada das arquivistas, que estão consolidadas pelo trabalho que vêm desempenhando, e com equipe engajada, perceptíveis pelo aumento das demandas, alcance de resultados, economia de tempo e dinheiro.

B – Há dificuldade nos trabalhos pela característica política da instituição. Foi estudada e elaborada a política de arquivos para a instituição, mas na prática não avançou. Os setores mostram resistência pois não aceitam que os documentos da gerência não são dela, são da instituição. Mas quando falta espaço, procuram a gerência para recolher e tratar os documentos.

C – No começo a instituição não tinha noção do que era o arquivo, tinha massa documental, mas não localizava os documentos, com espaços inapropriados. Houve um projeto e investimento em sala, material, mobiliário e autonomia para realizar o trabalho. Atualmente mantêm-se os recursos, mas como a gestão muda, quem está hoje não sabe como foi antes, e essa visão vai depender da cultura de cada gestão.

D – Setor arquivo é consolidado desde que nasceu, sempre esteve com no mínimo um profissional da Biblioteconomia, que entende de documentação. Com a digitalização pensou na redução do espaço físico, deu importância e investimento para usar como setor estratégico para a instituição. Interação com a TI e existe uma comissão que discute os trâmites e gosta da área de documentação e informação.

E – Os servidores e a instituição superior não entendem o que é documento de arquivo, não têm cultura sobre preservação, conservação. É dado curso, orientação, mas falta apoio político, equipe pequena sobrecarregada, falta recurso, servidor. Não é órgão central, não tem destaque no organograma, não tem poder de cobrança. Não visualiza o arquivo como estratégico. É lembrado só quando não tem mais espaço físico.

F – Tem uma comissão de avaliação permanente que faz levantamento e avaliação, vira rotina, faz todo o trâmite, e outro órgão competente que, por meio de convênio, faz a gestão e o recolhimento deste. Estão em elaboração os instrumentos.

G – Até este ano não tinha formalizado um setor de arquivo, eram competências da biblioteca as questões de arquivo, conforme constava no estatuto. Este ano conseguiu formalizar na estrutura o setor de arquivo, que foi uma vitória e tem comissão de arquivo atuante. Esse setor é que recebe demandas de auditoria. Com a estrutura criada agora pode pedir um profissional no concurso. São nove anos sensibilizando as pessoas, porque as pessoas não davam importância, mas agora já conhecem, já demandam e têm respeito.

H – Hoje já evoluiu bastante nesse sentido. O arquivo já passou pela fase de preconceito. Ainda tem preconceito de algumas pessoas, mas a maior parte olha de forma diferente, o arquivo já tem abertura para emitir opinião. Se dá instrução, eles acatam e entendem, ganhou espaço na parte gerencial, os gestores têm muito clara a importância do arquivo, mas não foi fácil, dependeu de um gerente que comprou a briga da área de arquivo e hoje está mais forte, já conhecem termos de arquivo e cobram, e os gerentes ajudam a ratificar com os funcionários o que o arquivo demanda.

I – Há nove anos na instituição e é preciso matar um leão por dia para realizar o trabalho. Houve uma melhora em relação ao conhecimento de arquivos, hoje existe uma diretoria de arquivos, mas vários diretores não sabem ou pensam não saber da importância dos arquivos, mas o papel da diretoria é sensibilizar os gestores da importância do documento de arquivo, que muitos acham que é a mesma coisa de informação, ou que o documento é só histórico e deixam de lado a gestão. Já avançou, mas ainda falta muito a fazer.

J – Entrevistado não se sentiu à vontade para responder pela instituição.

K – (Nota: essa instituição trabalha organizando arquivos das outras instituições, então é uma visão do mercado.) As empresas estão evoluindo. O processo de gestão documental é uma célula que está sendo descoberta. Mas as empresas não têm conhecimento da gestão, da produção — são os arquivos mortos. Preocupação da empresa em implantar metodologia arquivística e conscientizar dentro dos padrões.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas entrevistas.

Sobre o motivo da contratação de estagiários de Arquivologia, cada instituição teve seu motivo e seu momento oportuno para isso, conforme respostas a seguir (QUADRO 8):

Quadro 8 – Motivos para contratação de estagiários

A – Foi um processo de construção, como não tinha arquivista anteriormente, então a ideia era contratar alguém minimamente com conhecimento técnico. Mão de obra com familiaridade arquivística, troca intelectual, senão contratava auxiliar de arquivo, se fosse só operacional. Além de formar bons arquivistas, teoria aplicada de fato.

B – A contratação começou com um direcionamento estratégico, um grande projeto de criação do centro de memória, prioritário, conseguiu estagiário de arquivologia, depois com o projeto do arquivo central continuou contratando, gira em torno de projetos.

C – A contratação foi feita pelo volume dos documentos a serem organizados, e com o custo alto de funcionário foi lucrativo contratar estagiário.

D – Primeiro, são pessoas que sabem o que estão fazendo, é o mais importante. Segundo, mostrar para o mercado qual a necessidade desse profissional, pois a maioria das empresas não sabem que existe o curso e para que serve. Importância de trazer profissional minimamente capacitado ou que está se capacitando, que sabe lidar com a atividade.

E – Quando surgiu o curso já se pensou nisso, para ter o profissional da área. Importância pela troca de conhecimento.

F – São os profissionais que desde o início sempre se imaginou para a instituição e já implantar a cultura de arquivos e de entendimento de arquivos quando tiver concurso.

G – Trabalha com arquivo corrente, caminhando para o intermediário e fica mais fácil conversar por ser da área, está estudando, trocar ideias, planejar, muito mais fácil por ter essa visão.

H – A instituição contratou estagiário de 2010 a 2012, a equipe do arquivo era basicamente de estagiários e a proximidade com o curso favoreceu a contratação. Mas a rotatividade não favorecia a dinâmica do setor, então substituiu estagiário por celetista, mas foi uma política geral da instituição, não só do arquivo.

I – Estagiário de arquivologia na instituição é disputado, porque o que oferecem financeiramente fora é mais alto e precisa de mão de obra, uma vez que a equipe é pequena para toda a instituição, precisa dos estagiários para auxiliar nas atividades.

J – Em 2011 a instituição tentou contratar, mas não conseguiu, falaram que a maioria estava na área privada com chance de contratação e que o valor da bolsa não compensava e agora está retomando o processo de contratação de estagiários de Arquivologia.

K – Já teve estagiários, mas atualmente não tem. A própria disciplina que o curso oferece dá respaldo de conhecimento para aquele profissional, então espera-se que ele vá trazer conhecimento para o trabalho com gestão de documentos, está preparado para isso, ainda mais pela especificidade da empresa.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas entrevistas.

Sobre a seleção, em relação ao período mínimo cursado pelo aluno para contratação, cada instituição estabelece o que melhor lhe convém ou que o mercado lhe oferece. Algumas preferem alunos que já tenham cursado o terceiro ou quarto período, normalmente são as que oferecem uma bolsa mais atrativa financeiramente e têm uma maior facilidade na contratação; outras optam por alunos já a partir do primeiro período, ou não fazem exigências, pois isso pode tornar um fator dificultador na contratação. As seleções incluem concurso ou prova teórica, e a maior parte faz análise de currículo e entrevista.

Na próxima questão, três pontos foram abordados: se a instituição continuou contratando, se teve dificuldade em contratar e se tem estagiários de outros cursos na função do estagiário de Arquivologia.

Gráfico 9 – Continuação na contratação de estagiários



Fonte: Elaborado pelo autor.

O motivo das instituições que não continuaram contratando foi porque optaram por outras mãos de obras, como contratação de celetistas de nível médio, ou pelo corte de verba.

Gráfico 10 – Dificuldade em contratar estagiários



Fonte: Elaborado pelo autor.

As dificuldades listadas pelos entrevistados, relacionadas à contratação, são:

- A forma de seleção de algumas instituições públicas por meio de concurso, e o estágio ser de seis horas, e não de quatro horas, desinteressando possíveis candidatos a conseguir dois estágios simultâneos;
- Diminuição do número de interessados;
- Dificuldade no processo de contratação demorado por parte do colegiado;
- Exigência na qualidade do estagiário — o perfil requisitado para trabalhar na instituição é muito específico;
- Quantidade cada vez menor de candidatos — acredita-se que é por ter uma turma ingressante por ano, resultando em poucas turmas em relação a outros cursos;
- Valor da bolsa não é atrativo em relação à oferta de mercado;
- Corte de verbas;
- Demanda baixa de candidatos.

Gráfico 11 – Contratação de estagiários de outros cursos



Fonte: Elaborado pelo autor.

A razão pela contratação de estagiários de outros cursos se dá pela dificuldade de contratação de estagiários de Arquivologia. Entre os estagiários de outros cursos são contratados de Biblioteconomia, História e Conservação e Restauração.

Quanto ao acompanhamento sistemático das atividades, em todas as instituições tem/teve acompanhamento aos estagiários, sob a supervisão de arquivistas, bibliotecários, técnicos especialistas ou servidor do órgão, dependendo do quadro técnico da instituição.

O Quadro 9 descreve em qual âmbito e quais atividades são/foram desempenhadas pelos estagiários:

Quadro 9 – Âmbito e atividades dos estagiários nas instituições

Instituição	Âmbito	Atividades
A	Corrente/Intermediário/Massa documental	Produção documental, classificação, avaliação, conservação
B	Intermediário/Permanente	Organização, armazenamento, descrição
C	Intermediário/Permanente	Conferência, higienização, classificação, avaliação
D	Corrente/Permanente	Organização e digitalização
E	Corrente/Permanente	Levantamento, descrição inicial da documentação recolhida
F	Intermediário	Conservação, digitalização, recolhimento, processamento técnico, descrição
G	Corrente/Intermediário/Massa documental	Análise, classificação, avaliação, assessoramento
H	Massa documental	Atendimento ao público, higienização, identificação superficial
I	Corrente/Permanente/Massa documental	Identificação, classificação
J	Massa documental	Identificação, ordenação, classificação
K	Depende do projeto de gestão	Varia de acordo com o projeto de gestão

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na próxima pergunta foi questionado se os estagiários trabalham com outros servidores, que não da equipe técnica.

Gráfico 12 – Estagiário trabalha com outros servidores que não da equipe técnica



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi perguntado se os estagiários participam/participaram nas decisões de organização e planejamento das atividades, e a maioria disse que sim, que os estagiários podem participar do planejamento das atividades, opinar, trocar ideias, pois isso também contribui na formação e complementação do processo de estágio.

Gráfico 13 – Estagiário participa do planejamento das atividades



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre realizar atividades de outras áreas, apenas duas instituições disseram que já foi prática, mas agora não mais, o que é profícuo, visto que os estagiários devem realizar atividades só em sua área de atuação.

Referente às habilidades/competências técnicas requeridas, as instituições de modo geral observam algumas características positivas: boa vontade em aprender, desejo de contribuir, conhecimento em informática, perfil coerente com o ambiente, habilidade para trabalhar em equipe.

Um fator interessante, com exceção de uma instituição para a qual a experiência do estagiário é importante, com um mínimo de conhecimento técnico, a maioria não exige muita técnica ou experiência, prefere ir moldando o estagiário de acordo com a especificidade do trabalho.

Destaca-se entre os pontos positivos elencados pelos entrevistados sobre os estagiários: é uma mão de obra “qualificada”, pois já têm noção de alguns conceitos da área para um trabalho operacional, oferecem qualidade, cuidado no serviço e curiosidade com foco no setor privado. Os estagiários têm objetivo, discutem no nível que a pessoa sabe o que está falando, são da área, trocam experiência, fazem ponte com a escola, têm facilidade de conversar, são pessoas para colaborar na área, têm a parte prática do que veem na sala de aula, estimulam a busca pelo conhecimento, têm interesse em aprender, têm interesse em buscar experiência.

E entre os pontos negativos do processo de estágio foram elencados: pela característica do vínculo, não permite que o estagiário desenvolva um trabalho contínuo, investimento em mão de obra temporária, a própria característica da legislação, que limita a duração do estágio a dois anos, a diminuição de candidatos, a burocracia do colegiado e do processo de contratação, baixo valor da bolsa, os estagiários veem o estágio como emprego e não como aprendizado, priorizando bolsas maiores em detrimento do conhecimento, colaborador ter que parar para explicar, vulnerabilidade do processo de estágio.

Em relação à rotatividade de estagiários pelo tempo máximo permitido por lei, dois anos no máximo, a maioria disse que não atrapalha, que para os estagiários é importante ter outras experiências, ou que o rodízio é necessário e salutar, mas para alguns atrapalha, conforme elencado entre os pontos negativos.

Foi perguntado também às instituições se já contrataram arquivistas.

Gráfico 14 – Contratação de arquivista



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas instituições entrevistadas um número expressivo de arquivistas foi contratado. Em uma delas já houve contratação, mas atualmente não tem o profissional, devido à dificuldade em encontrar candidatos. Em outra tem arquivistas, mas o número é insuficiente para o tamanho do órgão. Outra mantém arquivista em função comissionada, mas pretende abrir vaga em um próximo concurso. Uma outra possui arquivistas terceirizados, pois é uma tendência esse quadro no órgão.

Entre as que não contrataram arquivistas, duas instituições já pensam em abrir vagas em um próximo concurso, em outra foi contratado um auxiliar em administração com formação em Arquivologia, mas avalia-se no futuro contratá-lo como arquivista. Em outro órgão houve concurso em 2007, mas ninguém assumiu e desde então não abriu outro concurso.

E na última pergunta foi questionada qual a visão da instituição sobre a área, Arquivologia, e sobre o profissional arquivista.

Quadro 10 – Visão da instituição sobre a área, Arquivologia e o profissional arquivista

A – Cada vez melhor, conquistou um lugar ao sol, o diretor reconheceu a importância do arquivista no órgão.

B – A instituição não está muito preocupada, vê apenas como um lugar para abrir espaço e não como um lugar estratégico.

C – Já tem proposta do perfil arquivista para o novo concurso.

D – A intenção do responsável pelo setor é separar no futuro a área de arquivo da biblioteca, a instituição quer uma pessoa capacitada, então a tendência é uma independência de áreas, mostrando o benefício e o resultado do trabalho.

E – Política existe, mais sobretudo pelo esforço dos servidores e não da administração. Faltam recursos, mão de obra, sede própria.

F – Não registrado.

G – Já melhorou muito com reconhecimento do trabalho e com apoio de recursos.

H – Desde o início do curso a instituição teve interesse em contratar o profissional para assumir a gestão.

I – Alguns anos atrás a visão era que qualquer pessoa poderia trabalhar no arquivo, desempenhando o papel de arquivista. Hoje mudaram a visão, pelas reuniões. Hoje alguns diretores estão procurando, poucos, mas está evoluindo, conseguindo realizar trabalhos interessantes.

J – Entrevistado não se sentiu à vontade de responder pela instituição.

K – Área fantástica, o profissional arquivista pode trilhar por várias áreas, conhecimento rico e pode ser aplicado em várias áreas, área com informação estratégica, tem mercado para isso, mas a formação tem que ser interdisciplinar.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas dos entrevistados.

5.2 Os egressos

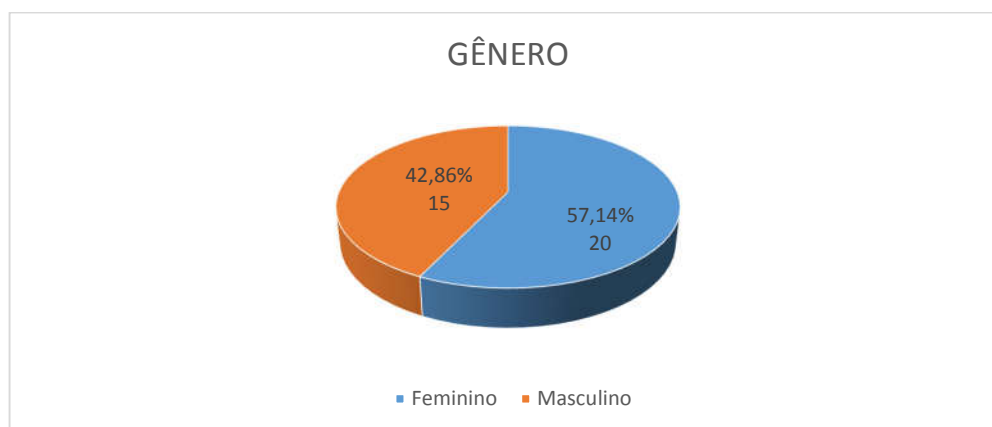
No objetivo: verificar se os egressos das três primeiras turmas foram estagiários, e com qual(is) situação(ões) se depararam nas instituições e na pós- formação, em relação ao contexto profissional do mercado de trabalho. Por motivos de sigilo das informações pessoais não foi possível o colegiado repassar o contato dos egressos, mas foi enviado, pelo próprio colegiado, via e-mail institucional, o questionário a todos os egressos registrados, das três primeiras turmas, no total de 95, segundo o colegiado, sobre o contexto a ser pesquisado, além de sua divulgação nas redes sociais. O modelo do instrumento encontra-se no Apêndice B.

O questionário ficou disponível para preenchimento *on-line*,²⁶ entre os dias 1 e 31 de agosto de 2017. Nesse período 35 egressos responderam ao instrumento, o que equivale a 37% do universo, um número abaixo do esperado, mas que não invalida os dados sobre o perfil do mercado em que se encontram atualmente.

O questionário foi dividido em três partes: Parte 1 – Perfil; Parte 2 – Atuação como arquivista; e Parte 03 – Atuação como estagiário. Assim como nas entrevistas, a tabulação dos dados foi feita por meio de agrupamento para as respostas objetivas, e nas subjetivas foram respeitados os discursos dos egressos.

Na Parte 1, em relação ao gênero dos egressos respondentes, a maioria é do sexo feminino com 57,14%, e 42,86% do sexo masculino.

Gráfico 15 – Gênero dos egressos

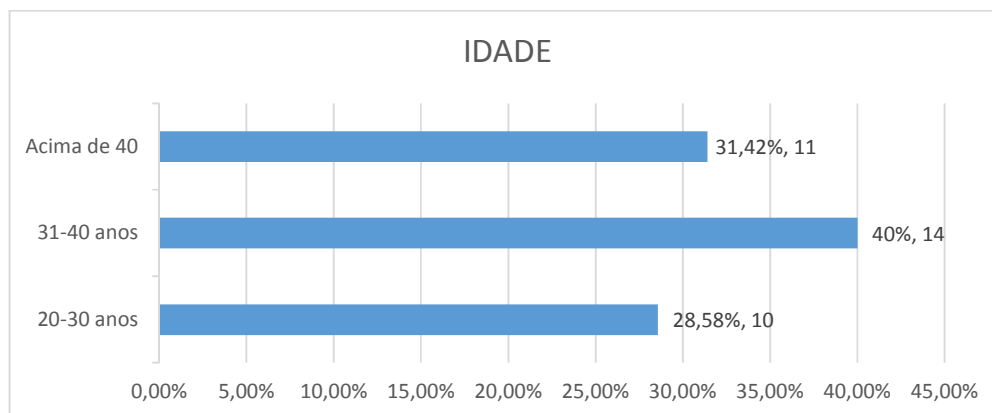


Fonte: Elaborado pelo autor.

²⁶ Questionário “Contexto de atuação dos egressos de Arquivologia da UFMG”. Disponível em: <<https://goo.gl/forms/ROH6BrFo4J8sz9aD3>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

Em relação à idade, a maioria está na faixa etária de 31 a 40 anos, seguida da faixa acima de 40 anos e depois na faixa entre 20 e 30 anos, o que demonstra que a maioria entrou no curso já com idade madura.

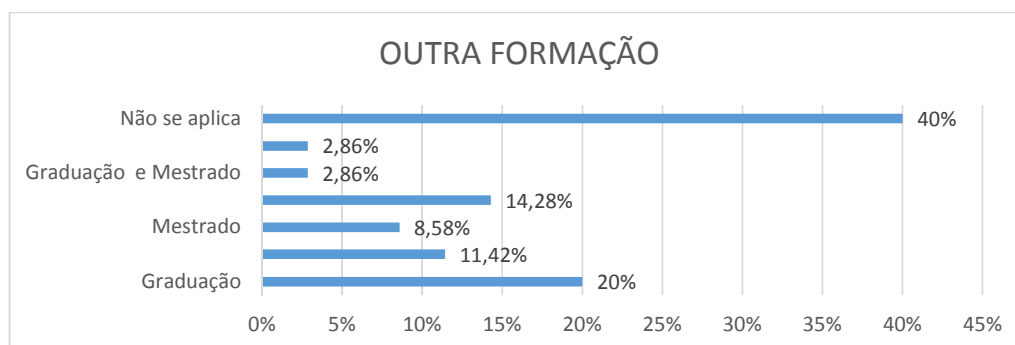
Gráfico 16 – Idade média dos egressos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à formação, foi perguntado se o egresso tem outra formação, além do curso de Arquivologia, e os números impressionam:

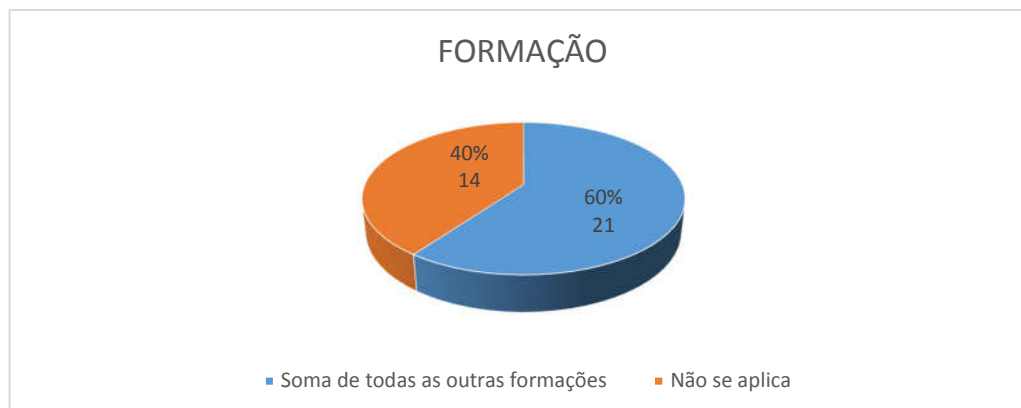
Gráfico 17 – Outra formação, além da graduação em Arquivologia



Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que 20% têm outra graduação e 14% têm outra graduação e especialização; alguns já se enveredaram para pós-graduação, cursando mestrado e doutorado. Analisando o gráfico, a opção não se aplica é maior, com 40%, mas se somadas todas as outras formações dos egressos, esse número supera, em 60%, os que só têm graduação em Arquivologia, o que mostra que os egressos são bem especializados.

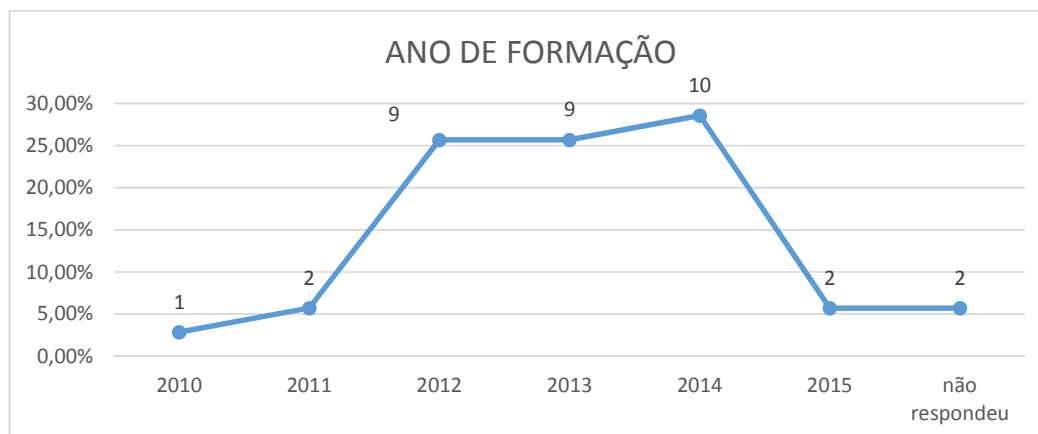
Gráfico 18 – Soma das outras formações



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao ano de formação, há predominância dos três primeiros anos de formação de turmas, 2012, 2013 e 2014, com algumas variações.

Gráfico 19 – Ano de formação

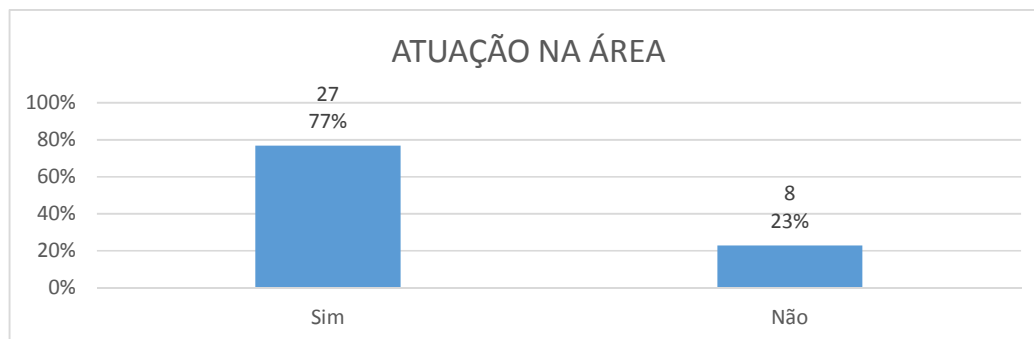


Fonte: Elaborado pelo autor.

A Parte 2 refere-se à atuação dos egressos na área e permite traçar o perfil desse egresso e o mercado em que ele atua.

Dos respondentes, 77% atuam ou já atuaram na área. Inicialmente a pergunta estava direcionada para a atuação apenas como arquivista, mas como houve respostas de atuação como técnico de arquivo, então considerou-se a atuação na área, seja como arquivista ou técnico de arquivo (colocação de nível médio).

Gráfico 20 – Atuação na área



Fonte: Elaborado pelo autor.

Desses declarantes que atuam/atuaram na área, 11% trabalham como técnico. Aos que não atuam/atuaram na área, foi questionado o motivo.

Quadro 11 – Motivo de não atuarem na área

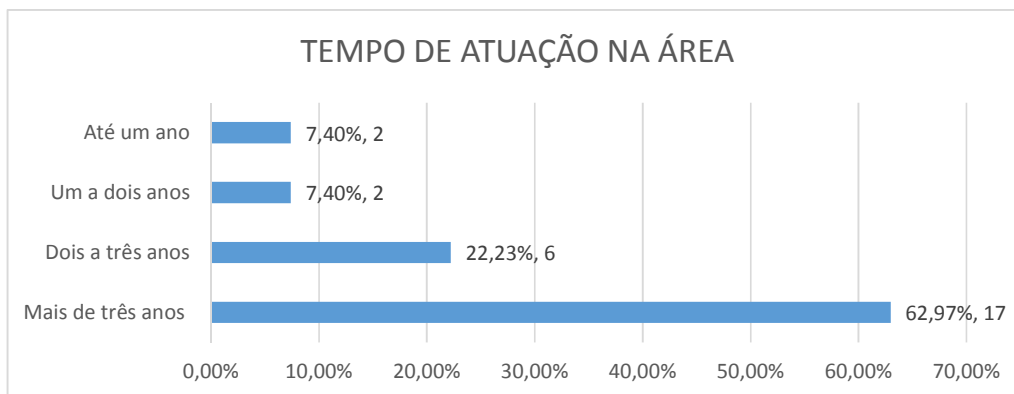
Passei em um concurso com a minha primeira graduação.
Trabalhava na área, mas me repositionei por ser mais rentável.
Sou bancário e profissionalmente estabilizado.
Salário de mercado abaixo do que eu ganho.
Falta de oportunidade.
Ainda não aprovado em concurso público e não conseguiu emprego na iniciativa privada.
Sou concursada em outra área de formação.
Não justificou.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas repostas dos egressos.

Observa-se que o motivo da maioria não atuar na área é já estar posicionado no mercado com sua outra profissão ou formação.

O tempo de atuação na área para quem está exercendo ou exerceu a profissão teve 62,97% na faixa de mais de três anos, o que indica que houve uma inserção rápida no mercado após a formação na graduação.

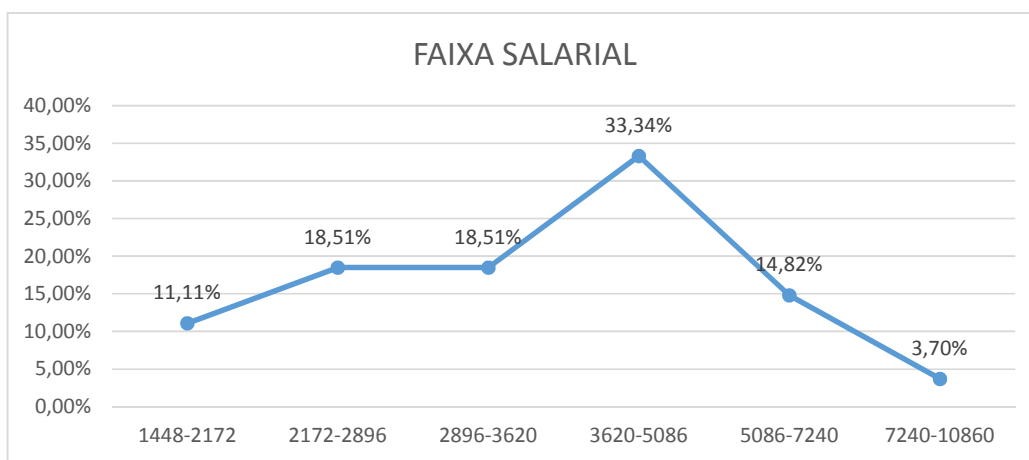
Gráfico 21 – Tempo de atuação na área



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à faixa salarial, temos uma média entre R\$ 3.620,01 a R\$ 5.086,00, com 33,34% dos entrevistados nessa faixa, seguida de 14,86% ganhando entre R\$ 5.086,01 a R\$ 7.240,00.

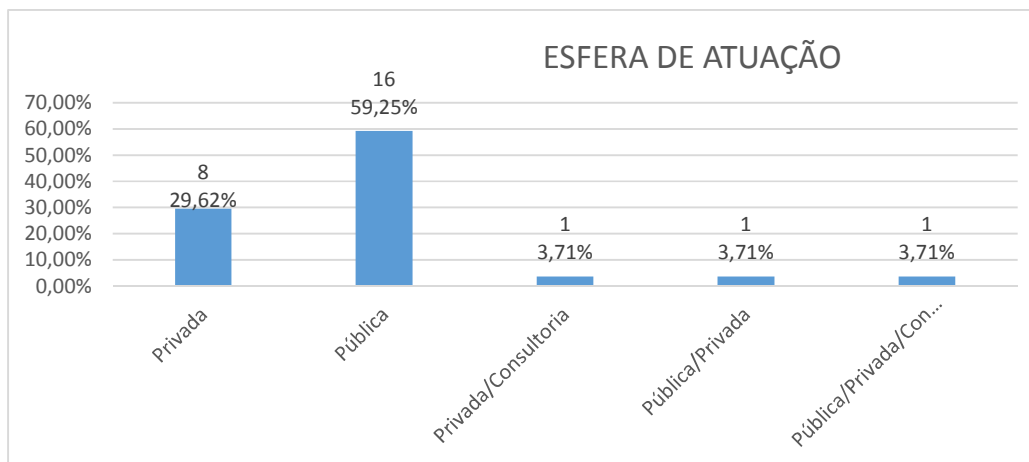
Gráfico 22 – Faixa salarial média



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à atuação, a maioria atua na esfera pública. Alguns marcaram mais de uma opção, pois atuaram em mais de uma esfera, como mostra o Gráfico 23:

Gráfico 23 – Esfera de atuação



Fonte: Elaborado pelo autor.

As duas próximas questões abrangem várias perguntas relacionadas ao cargo, ao tipo de função exercida, se operacional ou gerencial, ao vínculo empregatício e ao setor e posicionamento hierárquico na instituição. Essas questões foram fundamentais para traçar o perfil do profissional está exercendo a profissão, bem como seu posicionamento e do seu setor na instituição. São questões centrais para perceber o grau de visibilidade e reconhecimento que essas instituições atribuem aos seus profissionais e ao objeto e a visão do mercado em que estes estão inseridos. Infelizmente nem todos os egressos responderam todas as informações solicitadas.

Para uma melhor visualização das repostas foi elaborado o Quadro 12:

Quadro 12 – Visão geral da inserção dos egressos no mercado de trabalho na área

CARGO²⁷	FUNÇÃO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO	SETOR	ESFERA	FAIXA SALARIAL R\$
Arquivista	-	-	Gerência de Recursos Humanos	-	2.172 – 2.896
Auxiliar de Arquivo	-	CLT	Arquivo	Privada	1.448 – 2.172
Arquivista	Operacional	CLT	-	Privada	1.448 – 2.172
Analista de Documentação	-	CLT	Recursos Humanos	Privada	2.896 – 3.620
Arquivista	-	CLT	Arquivo	Privada	2.896 – 3.620
Coordenador de Arquivo	-	CLT	Departamento Pessoal	Privada	2.172 – 2.896
Arquivista	Gerencial	CLT	Arquivo Permanente	Privada	2.896 – 3.620

²⁷ O nome do cargo foi atribuído pelo respondente de acordo com sua atuação no mercado, por isso a variação de nomenclatura.

CARGO	FUNÇÃO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO	SETOR	ESFERA	FAIXA SALARIAL R\$
Arquivista	Operacional	CLT	-	Privada	1.448 – 2.172
Analista de Documentação Coordenador de Projeto Analista Administrativo	-	CLT	Centro de Memória e Pesquisa Histórica – Ligado ao Instituto de Ciências Humanas	Privada Pública	1.448 – 5.086
-	Gerencial	CLT	Vínculo direto com a presidência da instituição	Privada	3.620 – 5.086
Arquivista	Gerencial	CLT	Diretoria de Gestão da Informação Documental	Pública	3.620 – 5.086
Técnico em Gestão Arquivística	-	CLT	-	Pública	2.172 – 2.896
Arquivista	Gerencial	CLT	Gerência de Gestão Documental – vinculada à segunda vice-presidência da instituição	Pública	3.620 – 5.086
Gestor Ambiental	-	-	Arquivo de Recursos Humanos	Pública	3.620 – 5.086
Arquivista	Gerencial	-	Diretoria	Pública	3.620 – 5.086
Arquivista	-	Estatutário	Arquivo Central – vinculado ao Gabinete do Reitor	Pública	5.086 – 7.240
Técnico em Arquivo	-	Estatutário	Arquivo Intermediário	Pública	2.172 – 2.896
Arquivista	Gerencial	Estatutário	Arquivo subordinado à Diretoria de Logística	Pública	3.620 – 5.086
Arquivista	Operacional	Estatutário	Arquivo – vinculado à Gerência Administrativa	Pública	7.240 – 10.860
Arquivista	Gerencial	Estatutário	Diretoria de Arquivos – órgão auxiliar à Reitoria	Pública	3.620 – 5.086
Arquivista	Operacional	Estatutário	Arquivo Legislativo – vinculado ao diretor parlamentar	Pública	2.896 – 3.620

CARGO	FUNÇÃO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO	SETOR	ESFERA	FAIXA SALARIAL R\$
Arquivista	Operacional	Estatutário	Gabinete do Diretor da Instituição	Pública	5.086 – 7.240
Arquivista	Gerencial	Estatutário	Gabinete do Diretor Geral	Pública	5.086 – 7.240
-	Operacional	Estatutário	Coordenação de Arquivo	Pública	2.896 – 3.620
Arquivista	-	Estatutário	Centro de Documentação e Informação	Pública	3.620 – 5.086
Arquivista	-	Estatutário	Setor de Protocolo	Pública	5.086 – 7.240
Coordenador de Arquivo	Gerencial	Estatutário	Arquivo	Pública	2.172 – 2.896

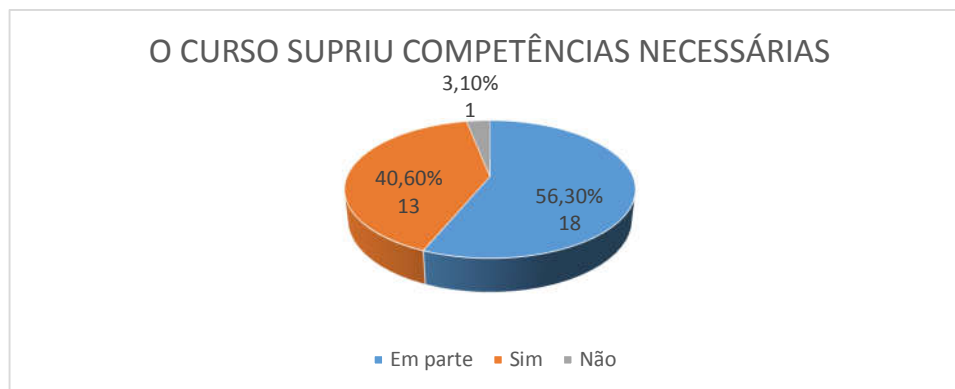
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em análise do quadro acima, as seguintes ponderações foram observadas:

- Percebe-se que a maioria dos egressos, 63% (17) atuam na esfera pública, contra 33% (9) na esfera privada e um egresso não registrou sua esfera de atuação;
- Situação não muito recorrente, mas que pode ser uma tendência, é a terceirização nos órgãos públicos, com três casos em que o arquivista e técnico têm vínculo CLT, mas atuam na esfera pública. Nos demais casos são celetistas com vínculo no privado e estatutários;
- Com relação à faixa salarial, as instituições públicas, em média, oferecem uma faixa salarial mais alta do que as instituições privadas, ou seja, paga-se melhor na maioria das instituições públicas;
- Na análise da função, das respostas obtidas, há um equilíbrio entre a função operacional e gerencial. Teoricamente a função do arquivista deveria ser gerencial, mas a função operacional ainda é comumente exercida.
- Nem todos informaram o posicionamento hierárquico do seu setor. Para os citados, ou estão lotados ou se vinculam diretamente à diretoria, presidência ou gabinete da instituição, o que é extremamente positivo, pois indica um posicionamento hierárquico de destaque dos arquivistas ou dos seus setores perante a instituição. Alguns setores ou profissionais estão ligados ou lotados a outros setores, como gerência de recursos humanos, departamento pessoal, logística, administração.

Foi perguntado aos egressos se o curso supriu as competências necessárias para sua atuação no mercado, a maioria respondeu que supriu em parte.

Gráfico 24 – Competências necessárias supridas pelo curso



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para os que comentaram sobre a questão, eis o que disseram:

Quadro 13 – O curso supriu as competências necessárias para a atuação no mercado

Faltou mais formação/conteúdo em tecnologia, tão presente nos arquivos hoje.
Nem sempre você terá liberdade para aplicar tudo que aprendeu.
Faço vários cursos complementares para suprir as carências de formação.
O curso é novo e por isso muitas matérias foram vistas de forma superficial.
Faltou, na época, o curso aprofundar mais em matérias específicas, em especial a gestão dos documentos eletrônicos.
Defasagem em termos teóricos e práticos em temáticas como restauração, GED e SIGAD, mudança de suporte (digitalização e microfilmagem), sistemas de apoio à gestão documental etc.
Deveria ter havido mais diálogo com a administração, mais conteúdo sobre sistemas de gestão de documentos eletrônicos e mais sobre conservação de documentos físicos.
Poderia ser um pouco mais prático.
O curso de Arquivologia oferecido pela UFMG foi primordial para que eu realizasse as minhas atividades. Eu até citaria nomes de professores que foram muito importantes para minha formação, mas correria o risco de esquecer-me de algum nome, o que seria uma injustiça. O corpo docente é muito bem qualificado, imbuído do dever de ensinar. Sou extremamente grato aos professores e à ex-coordenadora Vera Furst, e ao Guilherme, servidor que trabalha na coordenação.
Muito do que aprendi não tenho a oportunidade de executar.
O campo de atuação possui muitas especificidades, não sendo possível para o curso suprir todas as demandas que venham a aparecer.
Um pouco na parte de arquivo eletrônico.
Ausência de aplicação prática da teoria.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas respostas dos egressos.

Percebe-se que a demanda por estudos na área de gestão de documentos digitais/eletrônicos é destaque, além da necessidade de aliar mais a teoria com a prática, segundo os egressos.

Sobre a visão da instituição sobre a área, o profissional arquivista e seu objeto, infelizmente pelos relatos ainda há muito a evoluir esse reconhecimento pelos órgãos, mas é um trabalho lento, quase imperceptível aos olhos dos outros, mas que, à medida que o arquivista vai conquistando espaço e apoio ao seu trabalho, o cenário tende a mudar.

Quadro 14 – Visão da instituição do egresso sobre a área e sobre o profissional

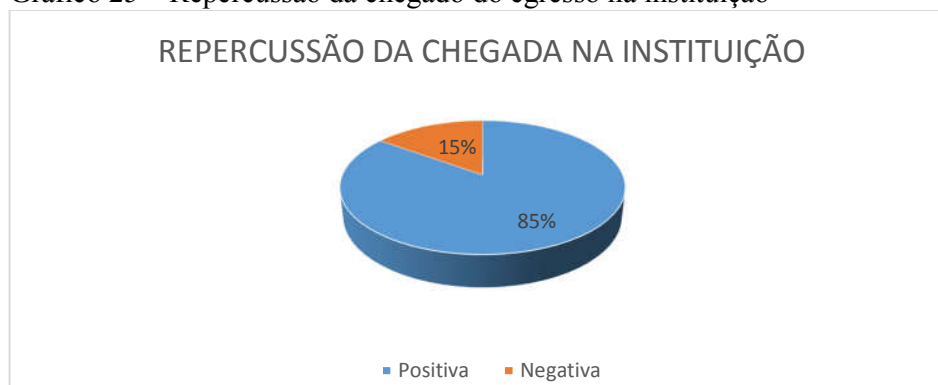
VISÃO NEGATIVA	VISÃO POSITIVA
<p>A instituição possuía experiência relacionada à área, porém um projeto exigiu um arquivista, mas ao longo do tempo a mesma não se esforçava para compreender as medidas adotadas, interferindo no trabalho. Com relação ao arquivista, a instituição começou aceitando as sugestões dele, mas depois passou a opinar na parte técnica, que era responsabilidade do profissional contratado, se tornou então complicado adequar as necessidades, o custo do projeto e a intransigência dos gestores. A instituição acreditava que por trabalhar há alguns anos com documentos de arquivo possuía know-how para lidar com qualquer trabalho, sendo que se utilizava de práticas adquiridas com experiências anteriores e não embasadas por conhecimento arquivístico, quando sabemos que cada arquivo possui suas particularidades e, conseqüentemente, formas distintas de execução de trabalho.</p>	<p>Reconhece a importância da preservação da informação e da memória, valorizando o profissional arquivista.</p>
<p>Desvalorizada.</p>	<p>Atuo como Arquivista há cerca de dois anos e já percebi uma mudança na percepção do órgão sobre Arquivos. É notório que nomearam os Arquivistas para atuarem na instituição somente como pessoas com o objetivo de organizar fisicamente os arquivos, por esse motivo, propor mudanças é complicado. Com o tempo, consegui mostrar que, mais do que organizar fisicamente, o Arquivista tem papel essencial na definição de políticas de Arquivos do órgão. Percebi também que os gestores públicos consideram os Arquivos um grande gerador de custos e não levam em conta a importância dos documentos. Porém, um novo cenário está surgindo, os Sistemas que prometem um gerenciamento eficiente dos documentos e a extinção de documentos no suporte papel, elevou um pouco a posição dos Arquivistas no órgão, pois agora eles buscam algumas informações com os profissionais, porém, as consultas realizadas nem sempre são levadas em consideração nas tomadas de decisão.</p>
<p>Ainda é uma visão muito ligada à história. Não possuem visão de que o arquivista pode trabalhar na gestão de documentos (arquivos correntes e intermediários). Muito tradicionais ainda com o arquivo apenas na fase permanente associado com o valor dos documentos no contexto histórico e não administrativo.</p>	<p>Tem consciência da importância dos arquivos e do profissional, porém falta investimento em todos os processos que envolve o arquivo.</p>
<p>Profissional pouco valorizado na instituição, ainda visto como um profissional que atua somente para arquivar documentos. O documento é visto como um papel que serve apenas para exercer sua função administrativa.</p>	<p>Nos dias atuais estamos tendo uma maior visibilidade e respaldo para desenvolver nossas atividades, devido às demandas que têm aparecido.</p>
<p>Na instituição em que trabalho eles não dão muito valor no profissional de arquivo nem nos documentos.</p>	<p>A instituição valoriza muito o trabalho realizado pelo arquivista e a importância da preservação documental.</p>
<p>A instituição não valoriza o arquivista como profissional de nível superior.</p>	<p>Atualmente a instituição vem cada vez mais aumentando a participação e as atuações das arquivistas e das competências referentes nas atividades.</p>

<p>Os gestores não possuem conhecimentos arquivísticos e sobre as atribuições do profissional. Reconhecem a importância do setor de Arquivo principalmente no que concerne à guarda e à eliminação de documentos. Não veem o setor como estratégico, e não o consideram uma prioridade para alocar recursos humanos e materiais. Possuem demandas de gestão de documentos, mas não sabem formulá-las e nem sempre consultam a Arquivista, o que resulta em ações equivocadas.</p>	<p>Fundamental dentro das organizações, para a preservação da memória institucional e na gestão informacional.</p>
<p>A importância dada era apenas pelo coordenador, mas superiores que não vivem a realidade e a problemática diária não sabem valorizar nem o profissional e muito menos os documentos de arquivo.</p>	<p>Há apoio às práticas que se fazem necessárias.</p> <p>O arquivo tem grande visibilidade, porém pouco poder de decisão.</p>
<p>Ainda relacionam o arquivista à função custodial. Alguns têm apenas noção da importância de manutenção dos documentos e arquivos.</p>	<p>Acredito que a área pública é um campo ainda muito atraente, em termos financeiros. Creio que a gestão eletrônica de documentos arquivísticos será cada vez mais procurada pela área pública.</p>
<p>Espera que iremos resolver o problema de décadas de acúmulo de documentos.</p>	<p>A coordenadora não é arquivista, mas sabe tudo de arquivo sem precisar ter a graduação. Estou em um cargo para nível médio e venho lutando para mostrar meu potencial, sem muito sucesso. O presidente da empresa entende muito da importância dos arquivos que ela produz e investe no setor.</p>
<p>Antes não tinha conhecimento do curso e do profissional e a maioria vê a importância do documento apenas quando tem problemas comprovatórios.</p>	<p>A instituição como um todo não possui arquivista e está começando a entender a necessidade de contratação agora. O Centro de Memória sentiu essa necessidade e contratou o profissional.</p>
<p>Relevante para a instituição, muito embora, ela, a instituição, não se preocupe nem se organiza para elaborar Gestão Documental. O profissional que atua neste momento é dedicado na conscientização e propõe cursos e distribuição da informação arquivística no ambiente, mas a aplicação prática deste aprendizado não recebe atenção devida por parte dos servidores. A gestão de documentos é praticamente inexistente nesta secretaria por motivos vários e sua aplicabilidade demanda uma sistemática que norteie toda a trajetória documental, e, na minha opinião, os servidores públicos têm uma resistência em aplicar conceitos “novos” no seu ambiente de trabalho. Servidores públicos são pouco suscetíveis a mudanças do jeito de se fazer a coisa burocrática. Mesmo as mudanças no sistema eletrônico de documentos recebem críticas e são de difícil assimilação por parte dos servidores usuários.</p>	<p>Aprendendo a importância do Arquivo para a instituição.</p>
	<p>Reconhece a área e algumas competências. Ainda não há familiarização com os conceitos arquivísticos. Contudo, a normatização arquivística contribui efetivamente para aquisição de espaço da gestão documental no órgão.</p>
	<p>Área importante. Necessária.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nas respostas dos egressos.

Em complementação à pergunta anterior, foi questionado aos egressos sobre a repercussão da sua chegada na instituição:

Gráfico 25 – Repercussão da chegada do egresso na instituição



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com uma taxa alta de repercussão positiva na instituição, o que falta é um conhecimento do poder de atuação desse profissional e é justamente o agir do arquivista que vai mudar o cenário do arquivo como lugar de acúmulo de papel, da ideia que o arquivista só guarda papel, que o arquivo é só histórico e não estratégico e importante administrativamente, fundamental na tomada de decisão, enfim é um processo lento, mas que tem que evoluir em um conjunto de ações.

Ainda sobre a questão acima, alguns comentaram a respeito:

Quadro 15 – Comentários sobre a chegada do egresso na instituição

REPERCUSSÃO NEGATIVA	REPERCUSSÃO POSITIVA
A instituição <i>a priori</i> resolveu contratar um Arquivista para atuar em um projeto, no entanto, com o passar do tempo, começou a interferir no trabalho, pois se preocupava com os custos.	Sim, houve um reconhecimento por parte da instituição, os gestores e alguns colegas de trabalho esperavam que o arquivista pudesse melhorar o setor de trabalho. Em contrapartida, houve resistência de pessoas que não queriam mudanças, principalmente aqueles profissionais que estavam no setor de arquivo há muitos anos.
Quando cheguei não sabiam do que se fazia um arquivista, não queriam nem deixar eu trabalhar no arquivo, queriam que ficasse na telefonia, tive que batalhar muito para começar no arquivo.	Positiva, porém salário insatisfatório.
Aparentemente no início, porém com o passar do tempo, não se importa.	De modo geral, a minha chegada teve mais apoio do que reconhecimento. Mas a repercussão foi positiva, pois em um lugar que carece de recursos humanos qualquer novo servidor é bem-vindo. Precisei ser bem enfática sobre as minhas atribuições e iniciar rapidamente meu trabalho como Arquivista, mesmo sem estruturas físicas e materiais adequados, para evitar um possível desvio de função. Ao longo do desenvolvimento do meu trabalho venho conquistando, aos poucos, o reconhecimento.
Entretanto não temos apoio da instituição, pois existem outras prioridades.	
Ainda não tive tempo de mostrar minha atuação como arquivista ativamente na gestão pois há uma coordenadora que já faz tudo. Eu, como auxiliar, faço a parte operacional.	
Algumas sugestões, localizadas, em meu próprio ambiente de trabalho, receberam elogios por parte da chefia direta. Mas	

importante deixar claro que as sugestões alcançam apenas um ambiente mínimo.	Fui bem recebido. A instituição tem carência de profissionais da área.
50% positiva e 50% negativa tive alguns problemas de aceitação no início.	O profissional de arquivo era muito aguardado na instituição.
O serviço Público Estadual é bem mal estruturado.	Positiva, mas o apoio efetivo ocorreu apenas nos últimos 18 meses.
	Estou auxiliando, atualmente, na implantação do SEI na minha Instituição
	Todas as instituições por onde passei notaram melhorias nos processos de trabalho e na organização de sua documentação.
	A instituição era carente de profissional com formação superior. Muitos projetos não eram bem conduzidos ou descontinuados por falta do conhecimento arquivístico e como empregar a teoria à prática. O setor de gestão documental adquiriu maior competência para assumir suas atribuições e passou a ganhar lugar de destaque no que compete à gestão documental e gestão de arquivos.
	O profissional de arquivo era muito aguardado na instituição

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas dos egressos.

Na última questão da Parte 2 foi perguntado aos egressos qual o impacto do curso de Arquivologia da UFMG no mercado de trabalho, na opinião deles:

Quadro 16 – Impacto do curso no mercado de trabalho

IMPACTO NÃO RELEVANTE	IMPACTO RELEVANTE
Pouco.	Atualmente o cenário vem mudando bastante, quando me formei não havia tantas oportunidades como hoje, as empresas públicas, principalmente em âmbito federal, já se conscientizaram sobre a importância do profissional Arquivista, no estado de Minas Gerais a situação ainda é crítica, poucos concursos foram abertos e há ainda muitos bibliotecários ou terceirizados atuando na área. A prefeitura também vem modificando a visão, mas ainda é insuficiente. Empresas privadas vêm buscando consultorias, e se informando sobre a necessidade de contratação de um Arquivista, o salário não é dos melhores, mas já há muito avanço. Creio que o impacto da inserção do profissional Arquivista no mercado de trabalho vem crescendo nas esferas público e privada, isso contribui para que haja de fato uma gestão de documentos qualificada e eficiente.
Ainda é uma profissão desvalorizada.	
O curso gerou a possibilidade de garantir a gestão da informação nas instituições, porém, o arquivista ainda é pouco atuante no mercado de trabalho, principalmente em instituições privadas.	
Muito tem que ser feito e conquistado. A maioria dos salários são horríveis; as empresas preferem contratar estagiário. Não há reconhecimento profissional.	
Quando começou o curso em Belo Horizonte o impacto foi bom, porém, de um tempo pra cá, acho que não estão dando muito valor ao profissional.	
O mercado de trabalho procura por estagiários (mão de obra barata), mas, no geral, ainda não dá o devido valor ao profissional já formado (baixos salários — geralmente compatível	

<p>com os de nível médio). Acredito que falta uma organização de classe (associação, conselho, sindicato) que pressione os empregadores a valorizar mais o profissional.</p>	<p>Vejo cada vez mais o mercado melhorando com o curso em Minas, mas ainda acho a evolução muito lenta, em especial no que diz respeito às questões salariais.</p>
<p>A profissão ainda é pouco reconhecida no mercado de trabalho, porém, quando as pessoas são informadas que existe um curso superior focado em Arquivos elas se interessam e consideram uma boa oportunidade para a melhoria dos trabalhos com documentos no órgão.</p>	<p>Existe uma demanda. Serviu para evidenciar o profissional e a área. Impacto positivo, mas com pouco reconhecimento institucional e também de remuneração.</p>
<p>Mesmo sendo uma área que todos precisam, o retorno financeiro não supre as expectativas do profissional, causando muitas vezes a frustração</p>	<p>Promissor.</p>
<p>O mercado não está preocupado se há curso, mas sim no resultado. O mercado não reconhece a regulamentação da profissão arquivista.</p>	<p>Creio que foi um grande impacto, acrescentando mais um profissional neste campo já servido por bibliotecários e historiadores. Fui formado por grandes profissionais destas áreas, que, apesar de não carregarem o título de bacharel em arquivologia, detêm o know-how da área e compartilham esse saber com seus discípulos.</p>
<p>Em relação ao total da população formalmente empregada no Brasil, os Arquivistas possuem pouca representatividade numérica e outros profissionais (que poderiam atuar apenas em colaboração) exercem as atribuições do Arquivista no mercado de trabalho. Os avanços da sociedade brasileira na área da transparência administrativa e os desafios das novas tecnologias realçam a necessidade de o Arquivista definir e defender seu campo de atuação; para isto é importante a adequação curricular e o fortalecimento das organizações profissionais.</p>	<p>Foi positivo. Muitas instituições descobriram a existência e importância do profissional e começaram a solicitar a contratação. Mas ainda há muito desconhecimento sobre a existência do curso e o que faz o profissional.</p>
<p>No mercado privado, ainda há pouca valorização. No ramo público tem havido concursos.</p>	<p>Positivo.</p>
<p>Falta mais conhecimento em relação ao profissional e à profissão.</p>	
<p>A área não é valorizada. Qualquer instituição ou empresa contrata pessoas sem especialização na área. O fato de não termos um Sindicato e leis que exijam a presença de um profissional graduado desfavorece ainda mais a inserção no mercado de trabalho.</p>	
<p>Ainda carecemos de uma formação mais robusta para estarmos aptos às novas práticas vigentes.</p>	
<p>O mercado, principalmente em empresas privadas, ainda não oferece oportunidades para a área, pois nos cargos ocupados há pessoas com certo conhecimento de arquivo.</p>	

Mínimo, uma vez que o próprio mercado não valoriza e inclusive as instituições públicas. Quando um arquivista é chamado, quase sempre é para o desenvolvimento de trabalho de massa acumulada, ou mesmo pra apagar um “incêndio” nas relações trabalhistas.

Muito pequena.

Em minha opinião, as exigências do mercado para o profissional arquivista são demasiadamente menores do que as competências/valores que ele pode agregar às instituições, tendo em vista que, na grande maioria das instituições, o arquivista ainda é reconhecido como o responsável pelo empréstimo, digitalização ou mero cuidador de caixas, exigindo apenas nível médio. Observo que no mercado há espaço para a atuação, mas ele não se preparou para valorizar a mão de obra do arquivista com formação superior e, muitas das vezes, a parte intelectual das tarefas é suprida por bibliotecários. Cabe aos arquivistas lutarem por normas mais exigentes, que valorizem sua atuação e rejeitem propostas inadequadas a sua profissão.

Existe uma grande diferença entre público e privado, o mercado de trabalho na minha opinião não deu o merecido retorno financeiro-estrutural aos profissionais de arquivo.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas dos egressos.

A Parte 3 – Atuação como estagiário foi direcionada para quem fez estágio remunerado (não obrigatório), foco da pesquisa.

Foi perguntado aos egressos se estes estagiaram na área, e quase a totalidade fez estágio remunerado.

Gráfico 26 – Atuação como estagiário

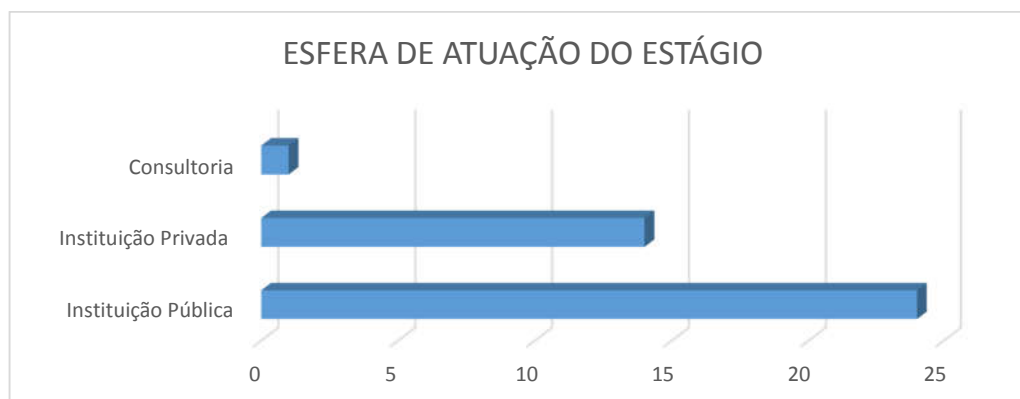


Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação à quantidade de estágios realizados, houve um certo equilíbrio, com a opção mais de três estágios ter 39,3% dos egressos, seguida de dois a três com 32,1%, e com 28,6% a opção de um estágio na área.

Quanto à esfera de atuação, houve uma predominância de estágios nas instituições públicas, seguida das instituições privadas e uma consultoria.

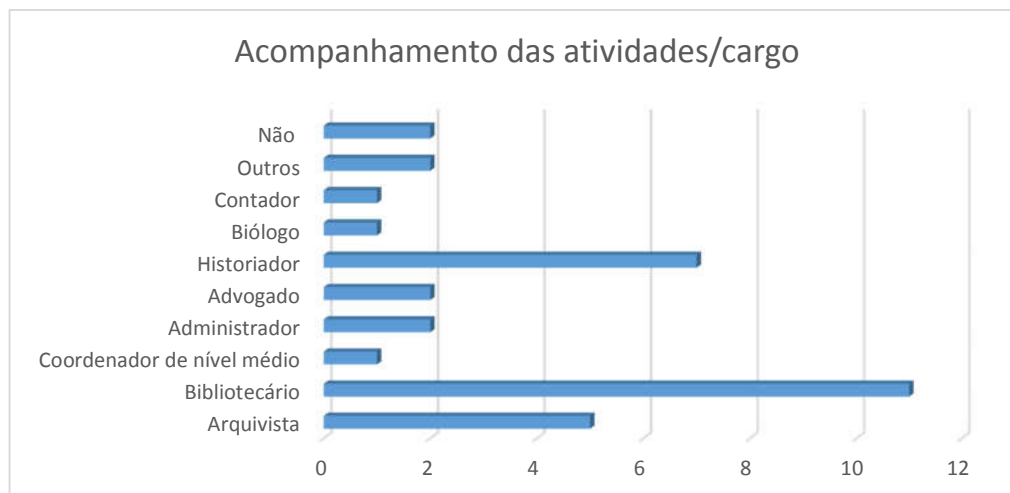
Gráfico 27 – Esfera de atuação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à supervisão do estágio, com a orientação/acompanhamento nas atividades e o cargo do responsável, uma constatação — poucos arquivistas e muitos outros profissionais orientam estagiários de Arquivologia em atividades de arquivo.

Gráfico 28 – Acompanhamento das atividades



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à qual etapa documental os egressos atuaram, como estagiários, foram marcadas as seguintes opções, na ordem decrescente de maior marcação, sendo permitido marcar mais de uma opção:

1. Arquivo permanente;
2. Arquivo corrente;
3. Massa documental acumulada;
4. Arquivo intermediário;
5. Protocolo;
6. E dois marcaram a opção “Outra” — biblioteca e faturamento.

Complementando a questão acima, foi perguntado em quais funções o egresso atuou, enquanto estagiário, sendo a sequência por ordem decrescente (também sendo possível marcar mais de uma opção):

1. Avaliação e conservação empataram como função mais escolhida;
2. Classificação;
3. Planejamento e/ou elaboração de instrumento/normas/procedimentos estratégicos;
4. Descrição;
5. Difusão;
6. Produção documental;
7. Outras atividades — registro em banco de dados, gestão documental, avaliação e organização de massa documental e atividades relacionadas à parte administrativa da empresa (RH e jurídico).

Foi questionado se exerceram outras atividades não arquivísticas no estágio, e 69% marcaram não, 31% afirmaram que sim, o que é um número razoável de estagiários fazendo outras atividades não arquivísticas, distorcendo o objetivo e a função do estágio.

No Quadro 17 os respondentes descreveram os pontos fortes e fracos considerados no exercício do estágio:

Quadro 17 – Pontos fortes e fracos do estágio

Pontos fortes: Vivenciar na prática o que foi aprendido em sala de aula. Aquisição de conhecimentos e desenvoltura profissional. Troca de experiências com os funcionários das instituições, bem como o intercâmbio de novas ideias, conceitos, planos e estratégias. **Pontos fracos:** Aprender a lidar com o conflito entre a prática correta e o que a realidade permite.

Pontos fortes: Autonomia para o desenvolvimento de ferramentas que pudessem auxiliar para a organização dos documentos; Apoio da supervisora do estágio; **Pontos fracos:** A localização do arquivo era em um ambiente inadequado, que não possuía condições de ventilação, limpeza adequadas.

Aprendi como articular a aprovação de normas e uma série de benefícios para o acervo.

Ponto forte: conhecimento prático em arquivos. **Ponto fraco:** não há perspectiva de continuar na empresa contratante (ser contratado depois de formado).

Positivos: Aproximação com a área e com os profissionais que atuam nela; oportunidade de exercer atividades práticas. **Negativos:** Normalmente os estágios não são focados no aprendizado, isso seria alcançado se o aluno acompanhasse um profissional capacitado e realizasse com ele as atividades. Os estagiários já chegam na instituição propondo algumas ações e realizando todo o trabalho, muitas vezes sem supervisão, eles acabam se tornando mão de obra qualificada de baixo custo.

Forte: aprendizado na prática. **Fraco:** pouco tempo de prática.

Oportunidade de atuar na área; **ponto fraco:** pouco tempo para a realização do trabalho proposto.

Pontos fracos: bolsa de valor baixo, massa acumulada, falta de investimentos nos locais de guarda e armazenamento. **Pontos fortes:** oportunidade de desenvolver suas próprias metodologias de trabalho, lidar de forma criativa com escassez de recursos.

Forte: Aplicação de conhecimentos adquiridos e novos aprendizados. **Fraco:** Geralmente a situação está no extremo quando da contratação.

Aprendizado na prática com a orientação de pessoas competentes e atuantes.

A pouca importância dada aos arquivos pelo meu superior.

Aprendizado.

Não aplicável.

Colocar em prática a teoria.

Aprendizado, poder levar dúvidas para professores.

Ponto Forte: Orientadores capacitados. **Ponto fraco:** falta de investimento dos órgãos em pessoal, material.

Pontos fortes: Projetos arquivísticos, interesse na formação dos estagiários, difusão da importância de um arquivista na instituição. **Pontos fracos:** Projetos a curto prazo, pouco investimento, atividades inacabadas.

Pontos fortes: vivência do conteúdo na prática. **Ponto fraco:** falta de um arquivista para orientar de maneira correta a aplicação dos princípios.

Forte: Oportunidade de exercer na prática o aprendizado teórico. Oportunidade de discutir com alguns professores o exercício do estágio. Conhecimento do local onde desenvolvia o estágio e reconhecimento por parte da instituição da importância de seu trabalho desenvolvido naquele ambiente. **Fracos:**

coordenação por gente que não era da área. Pouco apoio e reconhecimento por parte dos outros servidores e/ou funcionários. Quase nenhuma autonomia.

Ajuda a se preparar para o mercado de trabalho.

Pontos fortes: contato com o trabalho e profissionais de outras áreas. **Ponto fraco:** não poder executar de forma plena boa parte do conhecimento adquirido no curso de Arquivologia no que diz respeito às práticas arquivísticas.

Pontos fracos: falta de conhecimento de alguns contratantes no exercício da área. **Pontos positivos:** vivência do trabalho em si, confrontando a teoria e prática em alguns momentos.

Todos os meus estágios só tiveram pontos fortes, porque todos eram desafios, então nada para mim era um ponto fraco, eu procurava eliminar os que apareciam e trabalhar neles por etapas.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas dos egressos.

Sem dúvida o entendimento de aliar a teoria estudada na universidade e a prática vivenciada no estágio e o contato com esse mercado de trabalho é ponto de destaque entre os egressos, o que mostra que a função do estágio é realmente essa.

Na última questão do questionário, a intenção era conhecer a visão da instituição contratante do estagiário sobre a área, Arquivologia, o profissional arquivista e seu objeto, para saber se realmente a instituição sabia o porquê de estar contratando o estagiário e sua atividade, ou só queria mão de obra barata. Seguem as respostas:

Quadro 18 – Visão da instituição contratante de estagiários sobre a área e o arquivista

VISÃO NEGATIVA	VISÃO POSITIVA
Não era valorizado, ainda que sofriam muitos processos trabalhistas pelo fato de não localizar os documentos em tempo hábil.	O primeiro local de estágio já tinha chegado à conclusão que o Arquivista era necessário, então apesar de não contarem com esse profissional, participavam de vários eventos da área e dentro da instituição tentaram de todas as formas promover um concurso para Arquivista, até o momento não foi possível infelizmente, tinham total conhecimento da importância estratégica dos arquivos, e mesmo sem o profissional adequado, buscavam meios para salvaguardar os mesmos. O segundo local de estágio tinha muito boa vontade em lidar com Arquivo, apesar de não ter o conhecimento, via o profissional com bons olhos e o deixava fazer o melhor, desde que estivesse dentro das possibilidades, via os arquivos como essenciais e recorria a eles por diversas vezes, conseqüentemente, sabiam da sua importância.
Profissional sempre é visto apenas para “arquivar” documentos.	Todas as instituições que contratam estagiários de Arquivologia sabem da importância da área e de seus profissionais, porém, me causa estranheza eles não proporem a contratação de um Arquivista, somente estagiários. Os documentos também são considerados um importante patrimônio da instituição.
Em algumas, total desconhecimento da importância do arquivista.	
A instituição contratante procura por estagiários com conhecimento na área e baixos custos com bolsas. Assim, contrata vários estagiários, mas, geralmente, não tem um profissional formado na área para orientar os estudantes.	
Não existe o cargo de arquivista na instituição.	
Não sei, pois não tive contato com a alta cúpula da Instituição.	
Que os profissionais poderiam ajudar muito as empresas.	
As instituições viam a importância do estagiário, mas possuíam outros profissionais concursados exercendo a rotina do arquivo.	
Reconhecimento da necessidade mediano em razão do desconhecimento legal da profissão.	

<p>A maioria das instituições contratantes não tem o conhecimento da área e do profissional, muitas vezes confunde o profissional de Biblioteconomia com o Arquivista, mas depois da aplicação da metodologia e dos primeiros resultados vê positivamente o trabalho e o profissional.</p>	<p>Uma área promissora.</p> <p>Muito boa.</p> <p>Instituição com massa acumulada e profissionais atuantes na área. Reconhecimento do profissional para realizar as atividades arquivísticas.</p> <p>Todas as instituições contrataram devido à necessidade de se recuperar informações contidas nos documentos produzidos ou guardados por elas.</p> <p>Nas duas em que estagiei, percebi interesse na preservação e conservação dos documentos e atenção em sua localização. O profissional de arquivologia era valorizado e tinha autonomia para realizar os procedimentos que julgasse necessário. Os profissionais com quem tive contato foram extremamente acolhedores, respondendo aos meus questionamentos e me ensinando e orientando em minhas dúvidas.</p> <p>Positiva.</p> <p>Valorização do profissional.</p> <p>Visão bem positivista. Ambos os estágios hoje possuem arquivistas.</p> <p>Em meu estágio a arquivologia era primordial.</p> <p>Como um profissional imprescindível para o alcance dos resultados no que diz respeito à organização e recuperação dos documentos, tanto na plataforma digital quanto física.</p> <p>Bem reconhecido, uma visão moderna do que significa a profissão, e a importância dos documentos de arquivo.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas dos egressos.

Nas respostas percebeu-se uma variação entre instituições que não têm conhecimento da área, que não têm arquivistas e contratam estagiários para suprir uma demanda que sabem que existe, mas não da forma como deveria ser. Em contrapartida é perceptível que muitos egressos discorreram sobre instituições que reconhecem a importância da área e do profissional, e relatam até uma certa satisfação em ter vivido essas experiências nessas instituições como estagiários, tal como deve ser, assim todos ganham.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral conhecer o contexto de atuação dos estagiários do curso de Arquivologia da UFMG, sob a ótica das instituições contratantes no que concerne a alguns conceitos e práticas; e dos egressos do curso, bem como traçar possíveis implicações no mercado de trabalho, que serão discutidas nestas considerações finais.

Para isso alguns objetivos específicos foram desenvolvidos, entre eles, levantar as instituições que contrataram estagiários do curso de Arquivologia no período 2009-2017.

Os dados revelam uma grande procura das instituições — tanto públicas quanto de outras naturezas, com uma diferença de 3% a mais no caso das últimas, em um primeiro momento — em contratar estagiários de Arquivologia, desde a implantação do curso da UFMG, mas o interesse em continuar contratando estagiários foi de poucas, levando-nos a pensar se essa descontinuidade se reflete no trabalho com arquivos iniciados pelos estagiários contratados ou a substituição por outros tipos de mão-de-obra.

Nas instituições que contrataram estagiários, a coleta de dados por meio de entrevistas foi feita como forma de saber seu entendimento sobre alguns conceitos e práticas arquivísticas. Esses conceitos dizem respeito à compreensão da instituição sobre o que é arquivo e documento de arquivo, sobre a área e o profissional arquivista e a importância desses conceitos. Esses entendimentos impactam diretamente o reconhecimento e a visibilidade dos arquivos nas instituições. As práticas estão relacionadas ao agir dos estagiários, suas atividades e a finalidade de sua contratação. Assim, dois objetivos foram traçados: investigar nessas instituições o motivo de tais contratações e suas percepções sobre o arquivo, arquivista, documento de arquivo; e levantar como se deu a atuação dos estagiários nessas instituições: onde, como, fazendo o que.

Nota-se que as instituições estão em processo de entendimento sobre o conceito de arquivo. Ainda é incipiente a visão sobre a importância da gestão documental; o arquivo e o documento de arquivo não são vistos como estratégicos dentro das organizações, na realidade, na maioria das vezes, eles só são lembrados quando o caos já está instalado, falta espaço no setor de trabalho, e então a área de arquivos é lembrada para “apagar incêndios”.

Percebe-se um esforço contínuo dos responsáveis por essas áreas para mudar essa realidade e, de fato, estão mudando. É um processo lento, mas com profissionais competentes e responsáveis, o sistema começa a girar.

A visão sobre a área da Arquivologia e do profissional arquivista está evoluindo, à medida que a visão sobre os arquivos também evolui. Quando se dá importância aos seus

arquivos, se investe em infraestrutura, a gestão começa a funcionar e, conseqüentemente, se apreende o quão preponderante é ter profissionais competentes para exercer esse papel estratégico, elaborar os instrumentos corretos de gestão como plano de classificação e tabela de temporalidade, fazer avaliação dos documentos, preservar a memória institucional, entre outras atividades. Para isso é fundamental ter o arquivista, que é o profissional preparado e capacitado para essas ações, portanto o mercado tende a abrir as portas, seja por meio de contratação celetista ou de realização de concurso, dependendo da instituição.

Mas antes desse pano de fundo, muita massa documental acumulada precisa ser tratada e muita avaliação precisa ser feita, em um trabalho minucioso, ingrato e quase imperceptível aos olhos dos outros funcionários, para que o gestor comece a enxergar seus arquivos e conceda um mínimo de condições de trabalho para então se configurar o cenário relatado.

Cada instituição contratante analisada neste estudo teve um motivo para admitir estagiários em seus quadros, mas no geral entende-se que ter o graduando como mão de obra no momento em que ele estuda os conceitos aliados à prática é um ponto positivo para a troca de conhecimento, além do custo de um estagiário ser menor do que de um servidor ou contratado.

Mas é preciso ficar atento para que o estagiário não sirva como opção mais barata e prática em substituição aos profissionais competentes para atuar nos arquivos, seja o arquivista ou o técnico de arquivo. O estagiário tem que vir complementar esse quadro com a troca de conhecimento da academia e a prática exercida, mas não como opção de mão de obra para as instituições.

No entanto, a dificuldade de contratação em alguns órgãos pela demanda diminuta acaba atrapalhando o andamento das atividades. Só que esse contexto pode ser um fator negativo, haja vista que o estagiário não pode ser a substituição de servidores, técnicos, arquivistas: ele tem que atuar nessa troca de conhecimento com o corpo técnico da instituição.

Nessa questão da diminuição de estagiários no mercado, alguns pontos podem ser levantados. Um deles, apontado pelas instituições, é o fato de ter apenas uma turma por ano, quer dizer, em média 40 novos alunos ingressando no curso por ano, enquanto outros cursos têm duas turmas por ano, com média de 60 a 80 alunos anual. Desses 40 alunos, ainda há a possibilidade de alguns já terem emprego, ter outra formação, tendo em vista o curso ser noturno e esse ser um perfil recorrente do aluno do curso de Arquivologia da UFMG. À medida que vão ocupando as vagas vai se esgotando a demanda. Como consequência, algumas instituições acabam contratando estagiários de outros cursos, como História, Biblioteconomia e Conservação e Restauração.

Assim, como a demanda cada vez menor de estagiários de Arquivologia, também foi possível perceber pelos relatos que muitas instituições ainda desconhecem o profissional arquivista e o curso de Arquivologia. Muitas demandas de estágio são direcionadas ao colegiado de Biblioteconomia, e muitos bibliotecários, na maioria, além de outros profissionais, atuam na área, seja por carência de profissionais arquivistas no mercado, seja ainda por desconhecimento, ocupando uma lacuna que o curso ainda não dá conta de suprir.

No campo das instituições privadas isso parece ser ainda mais difícil. Segundo um dos entrevistados, os profissionais não chegam nessas instituições pois uma média considerável já tem uma graduação ou emprego, outros vão direcionar os estudos para concursos e apenas uma pequena parcela vai se direcionar para o mercado privado.

São necessárias atividades de divulgação do curso pela universidade e pelos alunos para esse mercado por meio de eventos como workshops, cursos de extensão para atualização dos egressos e outros com foco na comunidade em geral, disciplinas voltadas para esse campo, a fim de estimular os alunos ao olhar empreendedor, despertando o interesse dos futuros profissionais para essa *expertise*, tendo foco tanto no privado quanto no público. Ações de estímulo às empresas tendem a ter como contrapartida o reconhecimento do profissional, proposição de boa carreira, salário justo e boas condições de trabalho, expandindo mais esse setor.

Intervenções como essas podem ajudar a desmistificar a ideia que ainda se tem de que arquivista é aquele profissional de nível fundamental ou médio, com funções técnicas e operacionais, de no mínimo 40 anos atrás, cujos nome e perfil eram atribuídos a esses profissionais. Talvez se a regulamentação da lei, em vez de arquivista, que era o auxiliar ou técnico, tivesse adotado o termo arquivologista, a quem cabia as funções de planejamento, organização e orientação, conforme era antes da lei, o entendimento até hoje não seria tão confuso.

Em Belo Horizonte este cenário fica bem claro, tendo em vista um questionamento feito nesta pesquisa sobre a existência do cargo de arquivista na administração direta do poder municipal, via Ouvidoria-Geral do Município de Belo Horizonte e a resposta foi: “Informamos a V. Sa. que, de acordo com a SMARH – Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos, atualmente, não existe na Administração Direta da Prefeitura de Belo Horizonte cargo de Arquivista. Conforme verificado no histórico da legislação municipal, já houve um cargo com esta nomenclatura, porém ele foi enquadrado como Agente de Administração II pela Lei Municipal nº 2.840/1977. Cumpre informar que o referido cargo exigia apenas segundo grau

completo e que, desde a publicação da citada lei, não foi criado novo cargo com mesmo nome ou características”. A resposta completa encontra-se no Anexo D.

Isso quer dizer que quase 40 anos depois da promulgação dessa lei e muitas alterações, coincidentemente quase o mesmo tempo da regulamentação da profissão arquivista, a prefeitura do Município de Belo Horizonte não reconhece a profissão arquivista, muito menos como profissional de nível superior, em seu quadro de cargos e empregos da administração direta, ocasionando não só na prefeitura, mas em vários órgãos públicos, a ausência de concursos ou a publicação de editais para cargos de arquivista com exigência de nível médio, superior de qualquer outra área, ou atribuições de arquivista com outro perfil profissional não condizente.

Em consulta ao canal de acesso à informação do Poder Executivo estadual de Minas Gerais, também não existe um cargo específico de arquivista dentro da estrutura dos órgãos do Poder Executivo estadual, mas já houve concurso SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 01/2013, que exigiu o nível de escolaridade em Arquivologia, o que já é um avanço no campo profissional e no Estado. Mas ainda houveram alguns concursos em que o perfil da área exigiu mais de uma formação para atividades específicas de arquivo, tal como o concurso SEPLAG/TV MINAS nº 03/2013, que discorre no edital: “Atividade: executar atividades de arquivo. Escolaridade mínima exigida para ingresso: ensino Superior em formação em Arquivologia ou Ciência da Informação ou Biblioteconomia”. O que mostra falta de clareza ou conhecimento entre as áreas e as atividades específicas de cada campo. No Anexo E consta resposta completa.

Se Estado e Município não reconhecem oficialmente o profissional arquivista, de nível superior, responsável pelo planejamento e gestão de documentos e não o tem em seus quadros, toda a gestão e a história/memória de seus órgãos estão comprometidas, salvo as ações de alguns profissionais, como já discorrido anteriormente, que tentam fazer esse trabalho com muito esforço e conseguir algum apoio para suas atividades, mas até esse trabalho é comprometido pelo não reconhecimento do Governo.

Em um conceito mais técnico sobre a profissão, Cunha e Crivellari (2004) comentam que o que distingue o termo *profissão* é a existência de um corpo de saberes científicos. Segundo as autoras, a profissão, do ponto de vista da Sociologia das Profissões, possui dimensão cognitiva, ligada a saberes específicos apenas acessíveis ao grupo profissional que os detém.

Nesse sentido, a formação profissional assume papel crucial, pelo fato de o diploma constituir-se no principal fundamento do direito à autoridade. A profissão possui, ainda, uma dimensão normativa e valorativa, que define o seu papel social e hierárquico no conjunto da sociedade e em relação a outras profissões. São as associações profissionais, os sindicatos e o Estado que desempenham esse papel normalizador (CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p. 39).

A regulamentação da profissão em 1978 no Brasil foi só o começo para formalizar a profissão com caráter de saberes científicos ainda em formação, conforme discutido no Capítulo 2, ratificado o direito à autoridade pelo diploma. Entretanto, a falta de mais cursos superiores em um país de dimensão continental com a formação de mais profissionais, a falta de um conselho de classe que possa fiscalizar e cobrar certas ações em prol da atuação profissional e até a fragilidade das associações existentes, por falta de associados e pelas dificuldades de representar a força dos profissionais, também são fatores que contribuíram e contribuem para o não reconhecimento e visibilidade na área.

Abbott explica que cada profissão se dedica a um conjunto de tarefas profissionais às quais está ligada pelo que chama laços da jurisdição (jurisdição é a relação entre a profissão e a sua prática profissional, ou seja, o espaço de trabalho que é sua reserva de mercado na sociedade). A resistência ou fragilidade desses laços são consequência da prática diária do trabalho profissional (ABBOTT *apud* MUELLER, 2004, p. 29). Aí vão surgir as novas lutas por espaço, as novas lutas de poder profissional, de influência e de legitimidade para formar novas jurisdições.

No quarto objetivo específico, a fim de verificar como arquivistas egressos das três primeiras turmas estão em seu campo de jurisdição, se foram estagiários e com qual(is) situação(ões) se depararam nas instituições e na pós-formação, em relação ao contexto profissional do mercado de trabalho, foi disponibilizado um questionário, com perguntas de relevância para levantar tal situação.

O perfil de formação dos egressos com outras formações, além da graduação em Arquivologia, é destaque. O dado interessante a considerar é que boa parte dos alunos das três primeiras turmas já possuíam outra graduação e/ou experiência de trabalho na área. Essa situação corrobora a situação, apresentada anteriormente, de demanda acumulada por formação acadêmica em Arquivologia e espaços de trabalho que pedem a presença de um profissional habilitado a tratar dos documentos arquivísticos.

A maioria atua ou já atuou na área e os que não atuaram é por ter se colocado no mercado a partir de sua outra formação ou profissão.

A atuação desses profissionais na esfera pública é bem maior; e esta oferece, na maioria dos casos, uma faixa salarial também maior que na esfera privada. Houve uma proximidade de ação gerencial e operacional na atuação dos profissionais. Em relação ao curso de graduação da UFMG, grande parte afirmou que este supriu em parte suas competências, com destaque à pouca ênfase no conteúdo de documentos digitais à época.

A visão das instituições dos egressos sobre arquivos remete à visão das instituições entrevistadas — falta de conhecimento, reconhecimento, valorização, importância. Mas alguns relatam que com muito trabalho o cenário começa a mudar.

Mesmo com a chegada do arquivista nas instituições é preciso um trabalho de conscientização, de mudança de cultura sobre o que esse profissional faz, como faz. O desconhecimento gera a não aceitação, resistência e o não apoio à amplitude das ações. E se uma chance de mostrar a que veio surgir ao arquivista, é necessário aproveitar a oportunidade para avançar nessa luta, buscando sempre a “luz no fim do túnel”.

Segundo os egressos, o impacto do curso no mercado é pequeno, principalmente no setor privado. Os baixos salários e a preferência por estagiários também foram aspectos levantados. O não conhecimento/reconhecimento do profissional formado pelo mercado, a falta de sindicato/conselho que fiscalize e cobre a atuação também foram destaques.

O curso e os alunos precisam se preocupar em desenvolver um *marketing* profissional, pois as empresas precisam saber que existe o curso e o profissional arquivista de nível superior como profissão reconhecida por lei, e que o seu trabalho precisa ser valorizado com remuneração justa e infraestrutura condizente para desenvolvimento de um bom trabalho.

É preciso instigar nos futuros profissionais, ainda dentro da academia, um perfil profissional de orgulho do seu curso e da sua carreira; preparar o arquivista para ser, como diz Luís Carlos Lopes (2014), um arquivista hermenêutico, curioso, questionador de seus problemas e pesquisador de seus desafios, que não fique sentado repetindo o que os manuais dizem, se contentando em realizar ações operacionais ou se maldizendo por que não é visto; é preciso vestir a camisa, se unir, se associar, se atualizar sempre, caso contrário outros profissionais tomarão seu lugar, no seu campo de jurisdição.

O mercado de trabalho em Belo Horizonte, por meio de suas instituições públicas e privadas, precisa evoluir e avançar no que concerne aos conceitos e práticas relacionadas aos arquivos e aos arquivistas, pois o entendimento hoje é incipiente de modo geral sobre gestão documental, políticas arquivísticas, sobre a importância de ter o profissional formado na área e sobre a relevância da preservação da história/memória nas instituições.

O curso de Arquivologia da UFMG exerce um papel estratégico para essa mudança de cenário, mas, para isso, é preciso incentivar seus alunos a trabalhar com a visibilidade do trabalho arquivístico, mostrar a que vieram os novos profissionais nesse mercado laboral.

A eliminação de documentos irregulares é crime no Brasil, uma vez que a proteção à documentação pública e a sua gestão estão previstas na Constituição (art. 23, inciso III, e art. 216, incisos III, IV e V, parágrafos 1º e 2º) e em diversas leis e decretos federais (como a Lei

nº 8159, de 08.01.1991, art. 3º) e a má gestão compromete o patrimônio documental e a memória institucional. A contratação de profissional com formação e perfil adequado para gerir, preservar, dar acesso aos documentos e informações é um caminho para garantir a autenticidade dos documentos arquivísticos e seus valores, seja no suporte analógico ou digital, e constitui bom argumento para mudar esse contexto.

Neste trabalho não foi levantado como ocorre as ações do colegiado de graduação de Arquivologia no processo de contratação de estágio, mas espera-se dele, juntamente com o professor orientador do estágio, acompanhar a qualidade dos relatórios de atividades apresentados pelos estagiários e os planos de atividades desenvolvidos para que estejam condizentes com a função do estágio; observar o perfil do supervisor do estágio nas instituições e orientar o estagiário para outro local, caso ocorra descumprimento das normas e objetivos do estágio, conforme determina a legislação própria; pensar em requisitos mínimos para os alunos estagiarem como por exemplo um período mínimo cursado (assim o aluno teria um mínimo de conhecimento técnico para absorver as ações práticas que o estágio exige); tentar conscientizar os alunos da importância de que um estágio bem supervisionado é fundamental para sua formação e que realizar funções que deveriam ser de servidor/empregado, não força as instituições a contratar o profissional formado; enfim pensar em otimizar o processo de estágio é pensar em uma melhor formação para os alunos e futuros profissionais tanto quanto pensar na estrutura curricular do curso.

E, para finalizar, como sugestão para futuras pesquisas, em continuidade ao tema tratado nesta pesquisa, os dados indicam alguns questionamentos, levando-nos a pensar se essa descontinuidade de contratação de estagiário se reflete no trabalho relativo aos arquivos iniciados pelos estagiários contratados. Eles não teriam trabalhado bem? O entendimento do contratante é que basta organizar as massas documentais acumuladas uma vez e não cuidar da gestão de documentos regularmente? Indo mais além, se a falta de contratação se estende ao profissional arquivista, responsável pela gestão e orientação das atividades dos estagiários nos arquivos, este trabalho nos aponta para a necessidade da continuidade destes estudos no Brasil e para importância de estudos comparados com outros países.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Andrew. **The system of professions**: an essay on the division of expert labor. Chicago: The University of Chicago Press. 1988.
- ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves; PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Projeto pedagógico do curso de arquivologia**. Belo Horizonte, maio 2012. Disponível em <<http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/o-curso/projeto-pedagogico>>. Acesso em: 26 abr. 2017.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. Formação e treinamento. In: FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. **Estrutura e organização do Poder Executivo**. Brasília: Centro de Documentação, Informação e Difusão Graciliano Ramos, 1993.
- ALEGBELEYE, Gabriel O. Designing the archival education curriculum; what experiences from what disciplines, why and how? **Archivum**, Paris, v. 39, p. 284-296, 1994.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Formação, formatação: profissionais da informação produzidos em série. In: VALENTIM, Marta Lúgia (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 133-148.
- ALVES, Thiara dos Santos. **A família ocupacional “arquivistas e museólogos”**: posicionamento na classificação brasileira de ocupações e perfil de emprego. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; NEGREIROS, Leandro Ribeiro; SILVA, Welder Antônio da. Influências na estruturação de currículos de Arquivologia: as configurações acadêmico-institucionais, o contexto regional, o mercado laboral e o perfil docente. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 172-197, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2344/1606>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, abr. 1975.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, ago. 1979.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Prefácio. In: ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos**: uma questão de ordem. Niterói: Muiiraquitã, 1994.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 12-18, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das Universidades Federais: 2003 a 2012.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é Reuni.** Brasília, 25 mar. 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais: Reuni 2008: relatório de primeiro ano.** Brasília, 30 out. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005a. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.091**, de 12 de janeiro de 2005b. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6389/Lei%2011.091_2005.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jan. 1991a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Presidência da República; Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.546**, de 4 de julho de 1978a. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 82.590**, de 6 de novembro de 1978b. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, abr/1972.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, dez/1971a.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, maio/1971b.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, maio/1970.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CARUCCI, Paola. **Place de la formation dans le developpement de la profession**. In: COLLOQUE INTERNACIONAL SUR LA FORMACION PROFESSIONNELLE, 4., Montreal, 12-14 sept. 1992.

COOK, Michael. **Directrices para la preparación de programas de estudios sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos: um estudio del Ramp**. Paris: Unesco, 1982.

COOK, Michael. Formação profissional de arquivistas: problemas de modernização y de armonización. **RUCIBA**, v. 2, n. 3, p. 156-166, jul.-sept. 1980.

COSTA, Larissa Cândida. **Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução de Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

CRAIG, Barbara L. Outward visions, inward glance: archives history and professional identity. **Archival Issues**, v. 17, n. 2, p. 113-124, 1993.

CRESPO, Cláudio Dutra. **O campo da arquivística e os arquivos setoriais**: conhecimentos e práticas. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) – IACS, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

CUNHA, Mirian Vieira; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 39-54.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DELMAS, Bruno. L'enseignement de l'archivistique fondamentale: une approche actuelle de l'archivistique théorique. In: THÉORIE et pratique dans l'enseignement des sciences de l'information. Montréal: Université de Montréal; École de Bibliothéconomie et des Sciences de L'information, 1988. p. 33-38.

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos**: uma questão de ordem. Niterói: Muiraquitã, 1994.

EVANS, Frank B. The organization and status of archival training: an historical perspective. **Archivum**, v. 34, p. 75-91, 1998.

FLORES, Daniel; PEDRAZZI, Fernanda Kieling; RODRIGUES, Sérgio Ricardo da Silva. Impactos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na formação de arquivistas no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, Jose L. Maria; SILVA, Sergio Conde de Albite (Org.). **Novas Dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; AAERJ, 2012.

FONSECA, Maria Odila. Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9060862-Formacao-e-capacitacao-profissional-e-a-producao-do-conhecimento-arquivistico.html>>. Acesso em: 17 maio 2017.

FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. Trad. Celso Mauro Paciomik. São Paulo: Edusp, 1998. 280p.

GERHARDY, Tatiana Engel *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Yuri Queiroz. A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil: 1971-1978. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha *et al.* (Org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. p. 101-122.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. 2015.

Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/belohorizonte/pesquisa/19/29761?detalhes=true&tipo=grafico&indicador=29762&ano=2015>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Lei de estágio**: tudo o que você precisa saber. Instituto Euvaldo Lodi: Brasília, 2013.

JARDIM, José Maria. Ampliação do campo da Arquivística: implicações na política, economia e sociedade. Perfis e metas profissionais. **Revista de Investigación em Archivística – RIA**, n. 1, 2001. (La formación archivística a debate – Universidad Carlos III).

LAJEUNESSE, Marcel. L'archivistique: une science de l'information à larecherche d'unmilieu de formation. **Archives**, v. 18, n. 3, p. 35-47, 1986.

LAVALL, Jaqueline; BARDEN, Júlia Elisabete. Estágio não obrigatório: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da Univates. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 47-68, maio 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n2p47/26828>>.

Acesso em: 25 set. 2017.

LIBBY, Douglas Cole. Inventário de acervos documentais históricos do Estado de Minas Gerais: metodologia, resultados e diagnóstico preliminares. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 22, p. 183-206, jan. 2000.

LIMA, Eliseu dos Santos; FLORES, Daniel. O cargo de técnico em arquivo nas instituições federais de ensino superior (IFES) da região sul do Brasil: uma reflexão necessária.

Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 49-89, jan./jun. 2016.

LOPES, Luís Carlos. Nota do tradutor. In: COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução de Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

LOPES, Luís Carlos. **A Nova Arquivística na Modernização Administrativa**. 3. ed. Brasília: Annabel Lee, 2014.

MAGALHAES, Vivaldo Lima de. A formação e a profissão do arquivista no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA. AAB, 1., 15-21 out. 1972, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 1972.

MAIA, Augusto Moreno. **A construção do curso de Arquivologia da UNIRIO**: dos primeiros passos à maturidade universitária? 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A Arquivologia no Brasil: Algumas Considerações Históricas e sua Configuração Atual. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; COSTA, Marli Guedes da (Org.). **Arquivologia**: configuração da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012. p. 21-36.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARTÍN-POZUELO, M. Paz. Los entornos y documentos electrónicos: efecto para la Archivística? **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 6-33, abr. 2009. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 25 dez. 2016.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 19.420**, 11 de janeiro de 2011. Estabelece a política estadual de arquivos no âmbito do estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=19420&ano=2011>>. Acesso em: 24 maio 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINTEGUI, Evelin Melo. **Arquivistas: uma análise sob o viés da sociologia das profissões**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

MONTEIRO, Norma de Góes; FONSECA, Maria Odila. Uma reflexão sobre a formação do profissional de arquivos: o caso brasileiro. **Revista da Asociación Latinoamericana de Archivos**, México, n. 1, p. 64-67, ene./mar. 1987.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott: proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Profissionais da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 23-54. (**Estudos avançados em ciência da informação**, v. 3). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-doconhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 22 maio 2016.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Tradução brasileira de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1973.

MUNDET, Ramon Cruz. **Qué es um archivero**. Espanha: Trea, 2009.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. **A formação do arquivista na Universidade de Brasília frente às demandas profissionais e de mercado da capital federal**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de; NEGREIROS, Leandro Ribeiro; SILVA, Welder Antônio. O perfil dos alunos do curso de graduação em Arquivologia da Escola de Ciência da

Informação da UFMG. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbilie; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 251-268.

PARRELA, Ivana Denise; ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas. O curso de Arquivologia da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. esp., p. 1-13, out./dez. 2015.

PETERSON, Trudy Huskamp. Reflections on the record. **Government Information Quarterly**, v. 13, n. 2, p. 196-200, 1996.

RIBEIRO, Fernanda. **O perfil profissional do arquivista na sociedade da informação**. Porto, abr. 2004. Intervenção oral, proferida na Universidade Portucalence. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

RIBEIRO, Fernanda. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras: Ciência e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. 1, p. 97-110, 2002a. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

RIBEIRO, Fernanda. **O desafio da formação profissional**: novo paradigma, novo modelo formativo. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002b. p. 419-440. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1241.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Les fondements de la discipline archivistique**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1994.

ROUSSEU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha *et al.* (Org.). **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. p. 17-48.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCADDEN, Ken. Smaller institutions. **Archifacts**, p. 1-4, Oct. 1994.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2015.

SCHWARTZ, Maria A. M. Contribuição do estágio supervisionado no desenvolvimento de aptidões e formação de competências. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 2, n. 4, p. 105-111, jul./dez. 2001.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. 2013. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Estado da arte na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2., Rio de Janeiro, nov. 2011. Disponível em:
<<https://docs.google.com/a/arquivistica.org/viewer?a=v&pid=sites&srcid=YXJxdWl2aXN0aWNhLm9yZ3xyZXBhcnF8Z3g6NDQ0ZmQyOGYzMTJmYmIzNg>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Welder Antônio; CROMACK, Victor Schreiber. O conceito de arquivo e suas múltiplas facetas no cenário brasileiro: as dimensões de um quebra-cabeça. **RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 29-44, jul./dez. 2012.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Os desafios da formação de arquivista no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.aag.org.be/anaisxvcb/a/conteudo/resumos/plenaria2/renatotarciso.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In: JARDIM, José Maria (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Eduff, 1999.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

TALLAFIGO, Manuel Romero. **Historia del documento em La Edad Contemporánea: la comunicacion y la representación del poder de la nación**. Carmona: S & C Ediciones, 2002.

UNESCO. General Information Program. **Harmonization of training in librarianship, information science and archives**. Paris: [s.n.], 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Colegiado de graduação de Arquivologia. 2013. Disponível em: <<http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/o-curso/arquivologia>>. Acesso em: 10 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Ciência da Informação. **Resolução nº 001/2012**, de 22 de março de 2012. [Colegiado do curso de Arquivologia]. Belo Horizonte, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Reuni. 05 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/reuni/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CEPE. Câmara de Graduação. **Parecer n. 304/2008**. Belo Horizonte, 2 out. 2008a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2008-2012. Belo Horizonte, 2008b. Disponível em: <https://www.ufmg.br/dai/textos/PDI_UFMG%202008_2012.pdf> Acesso em: 25 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). **Resolução nº 2/2009**. Regulamenta o Estágio em cursos de Graduação da UFMG e revoga a Resolução nº 03/2006 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2009. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/estagio/resEstagio.pdf>> Acesso em: 25 set. 2017.

VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A INSTITUIÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos os(as) senhores(as) a participar da pesquisa Entre a teoria e a prática: o contexto de atuação nas instituições contratantes de estagiários e dos egressos do curso de Arquivologia da UFMG realizada pelo curso de mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela mestrandia Maria Juliana Nunes da Silva, com orientação da Profa. Dra. Ivana Denise Parrela.

O objetivo desta entrevista é conhecer com qual contexto de atuação se deparam os estagiários, na visão da instituição, além de levantar seu conhecimento sobre algumas percepções relacionadas a área. A relevância desta pesquisa e da sua participação consiste no campo pouco explorado de informações pós-criação do curso de Arquivologia sobre a atuação dos estagiários nas instituições, a visão desta sobre o profissional e a área e obter subsídios para melhora do processo.

O público-alvo desta entrevista são algumas instituições contratantes de estagiários no período 2009-2017 registradas no colegiado de graduação de arquivologia da UFMG.

Os resultados da pesquisa serão utilizados apenas em trabalhos científicos publicados ou apresentados oralmente em congressos e palestras, sem revelar a identidade dos respondentes. Os dados obtidos durante a pesquisa são confidenciais e não serão usados para outros fins, portanto, o risco de participação nesta pesquisa é mínimo.

Sua participação é voluntária, portanto, o(a) sr(a) não terá qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação. O(a) sr(a), como voluntário(a), pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização ou prejuízo.

Dados os esclarecimentos acima, o participante da pesquisa a seguir declara que aceita ser pesquisado de forma esclarecida e voluntária.

Caso haja concordância em participar desta pesquisa, solicito que assine esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias de igual teor, informando os dados solicitados abaixo:

Eu, _____, portador(a) do RG _____ e do CPF _____ declaro que entendi todas as informações recebidas pela pesquisadora Maria Juliana Nunes da Silva a respeito da pesquisa. Declaro ainda estar ciente de que sou voluntário(a) na pesquisa e que não receberei qualquer tipo de pagamento pela participação, assim como a qualquer momento poderei pedir anulação da minha participação na pesquisa sem sofrer nenhuma penalidade ou custo.

Nome completo do participante

Pesquisadora

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas e para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, por favor entre em contato com a pesquisadora do trabalho – Maria Juliana Nunes da Silva (mariajulianasilva.js@gmail.com). Agradecemos o seu tempo para concluir a entrevista.

INSTITUIÇÃO:

NATUREZA JURÍDICA:

NOME:

CARGO/FUNÇÃO:

- 1) QUAL O ENTENDIMENTO DA INSTITUIÇÃO SOBRE O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO DE ARQUIVO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A INSTITUIÇÃO?
- 2) QUAL O MOTIVO DO INTERESSE PELA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE ARQUIVOLOGIA?
- 3) QUANTOS ESTAGIÁRIOS FORAM CONTRATADOS (PERÍODO DE CONTRATAÇÃO/ PERÍODO DO ALUNO)?
- 4) CONTINUOU CONTRATANDO?
SIM ()
NÃO (). POR QUE?
TEM DIFICULDADE DE CONTRATAR ESTAGIÁRIOS DE ARQUIVOLOGIA? TEM ESTAGIÁRIOS DE OUTROS CURSOS?
- 5) O ESTAGIÁRIO TEM/TEVE ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO NAS ATIVIDADES? SE SIM, QUAL CARGO/FUNÇÃO/ FORMAÇÃO (TEM EXPERIÊNCIA NA ÁREA)?
- 6) QUAL/QUAIS O ÂMBITO E AS ATIVIDADES/FUNÇÕES EXERCIDAS PELO ESTAGIÁRIO?

<input type="checkbox"/> ARQUIVO CORRENTE <input type="checkbox"/> ARQUIVO INTERMEDIÁRIO <input type="checkbox"/> ARQUIVO PERMANENTE <input type="checkbox"/> MASSA DOCUMENTAL ACUMULADA <input type="checkbox"/> PROTOCOLO <input type="checkbox"/> OUTRO	<input type="checkbox"/> PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS <input type="checkbox"/> CLASSIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> AVALIAÇÃO <input type="checkbox"/> DESCRIÇÃO <input type="checkbox"/> CONSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> DIFUSÃO <input type="checkbox"/> AQUISIÇÃO
---	---

OUTRO: _____

ATIVIDADES: _____

- 7) OS ESTAGIÁRIOS TRABALHAM JUNTO COM OUTROS SERVIDORES? (QUAL CARGO/FUNÇÃO?)
- 8) OS ESTAGIÁRIOS PARTICIPAM/PARTICIPARAM NAS DECISÕES DE ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES?
- 9) OS ESTAGIÁRIOS REALIZAM/REALIZARAM ATIVIDADES DE OUTRAS ÁREAS?
- 10) QUAIS HABILIDADES/COMPETÊNCIAS TÉCNICAS SÃO REQUERIDAS AOS ESTAGIÁRIOS?

- 11) QUAIS OS PONTOS FORTES E FRACOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO?
- 12) A ROTATIVIDADE DE ESTAGIÁRIOS PELO TEMPO MÁXIMO PERMITIDO POR LEI ATRAPALHA A CONTINUIDADE DOS TRABALHOS?
- 13) SE FOR O CASO, JÁ CONTRATOU OU PENSA EM CONTRATAR O PROFISSIONAL ARQUIVISTA?
- 14) QUAL A VISÃO DA INSTITUIÇÃO SOBRE A ÁREA, ARQUIVOLOGIA, E SOBRE O PROFISSIONAL ARQUIVISTA?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS EGRESSOS

CONTEXTO DE ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

Convidamos o(a)s senhor(a) a participar da pesquisa de mestrado em andamento, do PPGCI/ECI-UFMG.

O objetivo deste questionário é conhecer qual o contexto de atuação se deparam os egressos tanto enquanto estagiários, quando for o caso, quanto pós- formação no mercado de trabalho.

Os dados obtidos durante a pesquisa são confidenciais e não serão usados para outros fins, que não seja pesquisa.

O participante da pesquisa declara que aceita ser pesquisado de forma esclarecida e voluntária.

Em caso de dúvidas e para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, entre em contato com pesquisadora do trabalho – Maria Juliana Nunes da Silva (mariajulianasilva.js@gmail.com).

Agradecemos o seu tempo para concluir este questionário.

PARTE 01 – PERFIL

GÊNERO

- MASCULINO
 FEMININO

IDADE

- ENTRE 20 E 30 ANOS
 31 A 40 ANOS
 ACIMA DE 40 ANOS

FORMAÇÃO

- GRADUAÇÃO EM OUTRA ÁREA, ALEM DA ARQUIVOLOGIA
 ESPECIALIZAÇÃO
 MESTRADO (MESMO EM ANDAMENTO)
 DOUTORADO (MESMO EM ANDAMENTO)
 NÃO SE APLICA

ANO DE FORMAÇÃO:

PARTE 02 – ATUAÇÃO COMO ARQUIVISTA

VOCÊ ATUA/ATUOU NA ÁREA?

- SIM
 NÃO
 SE NÃO, POR QUE?

SE SIM, QUANTO TEMPO?

- ATÉ UM ANO
 UM A DOIS ANOS
 DOIS A TRÊS ANOS
 MAIS DE TRÊS ANOS

QUAL A FAIXA SALARIAL?

- DE R\$362,01 ATÉ R\$724,00
 DE R\$724, 01 ATÉ R\$1.086,00
 DE R\$1.086,01 ATÉ R\$1.448,00
 DE R\$1.448,01 ATÉ R\$2.172,00
 DE R\$2.172,01 ATÉ R\$2.896,00

- DE R\$2.896,01 ATÉ R\$3.620,00
- DE R\$3.620,01 ATÉ R\$5.086,00
- DE R\$5.086,01 ATÉ R\$7.240,00
- DE R\$7.240,01 ATÉ R\$10.860,00
- ACIMA DE R\$10.860,00

QUAL A ESFERA DE ATUAÇÃO?

- INSTITUIÇÃO PÚBLICA
- INSTITUIÇÃO PRIVADA
- CONSULTORIA
- OUTRA

QUAL CARGO, FUNÇÃO EXERCIDA (OPERACIONAL OU GERENCIAL)? E O SEU VÍNCULO EMPREGATÍCIO (CLT/RJU/OUTRO)?

QUAL O SEU SETOR E O POSICIONAMENTO HIERÁRQUICO NA INSTITUIÇÃO?

O CURSO SUPRIU AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SUA ATUAÇÃO?

- SIM
 - NÃO
 - EM PARTE
- COMENTE (OPCIONAL)

QUAL A VISÃO DA SUA INSTITUIÇÃO SOBRE A ÁREA E SOBRE O PROFISSIONAL ARQUIVISTA E O SEU OBJETO (DOCUMENTO DE ARQUIVO)?

QUAL A REPERCUSSÃO DA SUA CHEGADA NA SUA INSTITUIÇÃO?

- POSITIVA, TEVE RECONHECIMENTO E APOIO DA INSTITUIÇÃO
 - NEGATIVA, NÃO TEVE RECONHECIMENTO E APOIO DA INSTITUIÇÃO
- COMENTE:

NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DO CURSO NO MERCADO DE TRABALHO?

PARTE 03 – ATUAÇÃO COMO ESTAGIÁRIO

ESTAGIOU NA ÁREA (ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO)?

- SIM
- NÃO

SE SIM, QUANTOS ESTÁGIOS FEZ NA ÁREA?

- UM
- DOIS A TRÊS
- MAIS DE TRÊS

QUAL ESFERA DE ATUAÇÃO?

- INSTITUIÇÃO PÚBLICA
- INSTITUIÇÃO PRIVADA
- CONSULTORIA
- OUTRA

TEVE ORIENTAÇÃO/ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO NAS SUAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO? SE SIM, QUEM ERA O RESPONSÁVEL (CARGO/FORMAÇÃO)?

MARQUE EM QUAIS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS E QUAIS ÂMBITO VOCÊ ATUOU?

- CORRENTE

- ARQUIVO INTERMEDIÁRIO
 - ARQUIVO PERMANENTE
 - MASSA DOCUMENTAL ACUMULADA
 - PROTOCOLO
 - OUTRA
- SE OUTRA, QUAL?

MARQUE EM QUAIS FUNÇÕES VOCÊ ATUOU?

- PRODUÇÃO DOCUMENTAL
 - CLASSIFICAÇÃO
 - AVALIAÇÃO
 - DESCRIÇÃO
 - CONSERVAÇÃO
 - DIFUSÃO
 - AQUISIÇÃO
 - PLANEJAMENTO E/OU ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS/ NORMAS/ PROCEDIMENTOS ESTRATÉGICOS
 - OUTRAS ATIVIDADES
- SE OUTRAS ATIVIDADES, QUAIS?

EXERCEU OUTRAS ATIVIDADES NÃO ARQUIVÍSTICAS NO ESTÁGIO?

- SIM
- NÃO

RELACIONE PONTOS FORTES E FRACOS DO EXERCÍCIO DO ESTÁGIO.

COMO ESTAGIÁRIO, QUAL A SUA VISÃO DA INSTITUIÇÃO CONTRATANTE SOBRE A ÁREA, O PROFISSIONAL ARQUIVISTA E SEU OBJETO?

ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 02/2009 CEPE/UFMG**RESOLUÇÃO Nº 02/2009, DE 10 DE MARÇO DE 2009**

Regulamenta o Estágio em cursos de Graduação da UFMG e revoga a Resolução nº 03/2006 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando o que determina a Lei nº 11.788, de 25/09/2008, bem como os estudos realizados pela Pró-Reitoria de Graduação, subsidiados por reuniões sobre a matéria, realizadas com todas as Unidades Acadêmicas da UFMG, resolve:

Art. 1º Conceituar como Estágio a atividade acadêmica, obrigatória ou não, configurada como vivência profissional complementar à formação acadêmica, destinada a propiciar ao graduando a aprendizagem de aspectos essenciais, importantes ou que contribuam para sua formação profissional.

Parágrafo único. O Estágio será realizado em Instituição pública ou privada ou em instituição da sociedade civil organizada, ou mesmo em Unidade ou Órgão da própria UFMG, que desenvolva atividade propícia ao aprendizado do graduando, conceituado nesta Resolução como Campo de Estágio.

Art. 2º Serão admitidos os seguintes tipos de Estágio na UFMG:

- I - Estágio como atividade curricular obrigatória;
- II - Estágio como atividade curricular optativa;
- III - Estágio como atividade de enriquecimento curricular.

Art. 3º O Estágio como atividade curricular obrigatória e/ou optativa deverá observar os seguintes requisitos:

I - constar do projeto curricular do curso aprovado pela Câmara de Graduação, com especificação do número de créditos correspondentes, bem como da instância universitária – Colegiado, Departamento ou Unidade – responsável pelo seu acompanhamento;

II - ser realizado sob orientação de Professor Orientador, designado pela instância universitária responsável pelo seu acompanhamento, e sob supervisão de um Supervisor designado pelo Campo de Estágio;

III - Incluir Plano de Atividades referente às atividades a serem realizadas no Campo de Estágio, aprovado pelo Professor Orientador e

devidamente protocolado, por este, junto à instância universitária responsável pelo acompanhamento do Estágio;

IV - Estar devidamente registrado no Sistema de Registro das Atividades Acadêmicas Curriculares da UFMG;

V - Incluir a obrigatoriedade da existência de relatório final da atividade de Estágio, para avaliação pelo Professor Orientador.

§ 1º Quando a instância universitária responsável pelo acompanhamento do Estágio não for a mesma responsável pela atribuição de encargos ao Professor designado como Orientador de Estágio, esta designação deverá ser comunicada à instância universitária responsável pela atribuição de encargos ao Professor, solicitando-se sua aprovação para este ato.

§ 2º Findo o Estágio, de atividade curricular obrigatória ou optativa, o estudante deverá elaborar Relatório Final das atividades realizadas, que será apresentado ao Professor Orientador até 30 (trinta) dias após o término do Estágio, acompanhado da devida avaliação de seu Supervisor no Campo de Estágio.

§ 3º O Professor Orientador emitirá parecer sobre o Estágio, no prazo de 15 (quinze) dias após receber o Relatório Final, manifestando-se conclusivamente pela sua aprovação ou não, segundo os parâmetros vigentes na UFMG para avaliação das atividades acadêmicas.

§ 4º Imediatamente após emitir o parecer mencionado no parágrafo anterior, o Professor Orientador o encaminhará, para as devidas providências, à instância universitária responsável pelo acompanhamento do Estágio.

§ 5º Ao elaborar seu parecer sobre o Relatório Final do Estágio, o Professor Orientador deverá considerar a avaliação realizada pelo Supervisor do Campo de Estágio.

Art. 4º - O Estágio como atividade de enriquecimento curricular, a juízo do Colegiado do Curso a que se vincula o estudante, poderá contar crédito ou apenas constar do Histórico Escolar do aluno, sem atribuição de créditos.

Parágrafo único. Em quaisquer das hipóteses previstas no *caput* deste artigo, o estudante deverá apresentar relatório das atividades realizadas, acompanhado da devida manifestação de seu Supervisor no Campo de Estágio, para avaliação pelo Colegiado de Curso, conforme procedimentos internos definidos por este, e segundo os parâmetros vigentes na UFMG para avaliação das atividades acadêmicas.

Art. 5º - Para a realização do Estágio serão celebrados, entre a UFMG e o Campo de Estágio, instrumentos jurídicos específicos, adequados a cada situação, conforme regulamentação a ser estabelecida por Portarias do Reitor.

§ 1º Nos casos de Estágio como atividade curricular obrigatória ou optativa, o instrumento jurídico específico será firmado, em nome da UFMG, pelo Diretor da Unidade Acadêmica a que se vincula a instância universitária responsável pelo acompanhamento do Estágio.

§ 2º Nos casos de Estágio como atividade de enriquecimento curricular, o instrumento jurídico específico será firmado, em nome da UFMG, pelo Diretor da Unidade Acadêmica sede do Colegiado de Curso a que se vincula o Estagiário.

§ 3º Nos casos em que se propiciem estágios para estudantes vinculados a dois ou mais cursos, sediados em mais de uma Unidade Acadêmica, o Pró-Reitor de Graduação poderá firmar, em nome da UFMG, os respectivos instrumentos jurídicos.

§ 4º Só poderão ser celebrados os instrumentos jurídicos específicos que forem encaminhados ao Diretor de Unidade Acadêmica ou ao Pró-Reitor de Graduação pelos Colegiados de Curso pertinentes ou pelas correspondentes instâncias universitárias responsáveis pelo acompanhamento do Estágio, conforme seja o caso.

§ 5º Não será celebrado instrumento jurídico específico, quando o Campo de Estágio for Unidade ou Órgão da própria UFMG.

Art. 6º - O início das atividades de Estágio pelo estudante será precedido de Termo de Compromisso, a ser celebrado entre o Estagiário e o Campo de Estágio, com a interveniência da UFMG, de modo a configurar a inexistência de vínculo empregatício entre as partes, conforme determina a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 1º O Termo de Compromisso fará referência ao instrumento jurídico ao qual se vincula, firmado entre a UFMG e o Campo de Estágio, salvo quando o Campo de Estágio for a própria UFMG, bem como informará o número da apólice de seguros contra acidentes pessoais que protege o Estagiário.

§ 2º O Termo de Compromisso será firmado, em nome da UFMG, na qualidade de interveniente, pelo Coordenador do Colegiado de Curso a que se vincula o Estagiário ou pelo Diretor da instância universitária responsável pelo acompanhamento do Estágio.

§ 3º No caso de Estágio realizado na própria UFMG, o Diretor da Unidade ou Órgão em que o estagiário desenvolverá suas atividades firmará o Termo de Compromisso em nome do Campo de Estágio.

Art. 7º A jornada semanal do Estágio deverá ser compatível com o projeto curricular do Curso a que se vincula o Estagiário.

Art. 8º - As Fundações de apoio à UFMG, devidamente reconhecidas pelo Conselho Universitário, ficam autorizadas a captar, supervisionar administrativamente e atuar no gerenciamento financeiro das atividades de Estágio.

Parágrafo único. A Universidade poderá valer-se também dos serviços de agentes de integração públicos ou privados, entre os sistemas de ensino e os setores de produção, serviços, comunidade e governo, requerendo-se para tal a celebração de Termo de Cooperação, firmado entre a UFMG, representada pelo Pró-Reitor de Graduação e o Agente de Integração, que estabelecerá os parâmetros a serem observados na cooperação.

Art. 9º - É facultado ao Colegiado de Curso, ou à instância universitária responsável pelo acompanhamento do Estágio, o estabelecimento de normas específicas, válidas para um determinado Curso ou grupo de Cursos, em adição às previstas nesta Resolução, para regulamentar a atividade de Estágio.

Art. 10 - Os Colegiados de Curso deverão informar à Pró-Reitoria de Graduação quais são as instâncias responsáveis pelo acompanhamento do Estágio no âmbito dos Cursos por eles coordenados.

Art. 11 - Decorridos 120 (cento e vinte) dias da aprovação desta Resolução, todos os Estágios que se iniciarem deverão observar as normas nela estabelecidas, facultando-se a adoção destas normas a partir da vigência das Portarias previstas no Art. 5º.

Art. 12 - Revogadas disposições em contrário, a presente Resolução entra em vigor nesta data.

Professor Ronaldo Tadêu Pena
Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ANEXO B – MODELO DE PLANO DE TRABALHO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO OU NÃO OBRIGATÓRIO

PLANO DE ATIVIDADES

Instituição de Ensino: (Escola, Faculdade ou Instituto ... da UFMG)

1. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

2. OBJETIVOS

3. JUSTIFICATIVA

4. METAS A SEREM ATINGIDAS

5. METODOLOGIA/ETAPAS

5.1. PLANEJAMENTO

5.2. EXECUÇÃO

5.3. RELATÓRIO FINAL

6. FORMA DE ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

7. RESULTADOS ESPERADOS

8. CRONOGRAMA

Belo Horizonte, de de 2006

Supervisor de Estágio:
(Campo de Estágio)

Orientador de Estágio:
(UFMG) Prof(a).

APROVADO: Em, / /2007

COORDENADOR(A) :
(Colegiado de Curso) Prof(a).

Obs.: O **Plano de Atividades** deverá ser elaborado, no que couber, com fundamento na disposição do § 1º, do art. 116, da Lei nº 8.666/93, e em conformidade com as especificidades do Curso, e, ainda, deverá estar acompanhado de **minuta de Termo de Compromisso**, após sua aprovação pelo Colegiado de Curso ou pela autoridade competente.

ANEXO C – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO

Termo de Compromisso que entre si celebram o(a) (Pessoa Jurídica)..... e o(a) estudante com a interveniência da Universidade Federal de Minas Gerais, para a realização de estágio curricular (obrigatório ou não obrigatório).

O(A), pessoa jurídica de direito (público/privado), inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominado CAMPO DE ESTÁGIO, com sede na Rua, nº, CEP nº, Bairro, Município de, Estado de, neste ato representado por seu (Presidente/Diretor), Sr. CI nº, CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº, CEP nº, Bairro, Município de, Estado de e, de outro lado, o(a) estudante, CI nº, CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº, CEP nº, Bairro, Município de, Estado de, Telefone nº, cursando o período do Curso de, matrícula nº, doravante denominado(a) ESTAGIÁRIO(A), acordam em firmar o presente Termo de Compromisso, com a interveniência e anuência da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 17.217.985/0001-04, com sede na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 6.627, CEP nº 31270-901, Pampulha, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, doravante denominada UFMG, neste ato, por intermédio de sua (Escola/Faculdade ...), sendo representada por seu Coordenador de Colegiado de Curso de Graduação, Prof., CI nº, CPF nº, sujeitando-se os partícipes, ao disposto na Lei nº 11.788/08, e nas demais disposições aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo de Compromisso a formalização da relação entre o CAMPO DE ESTÁGIO e o(a) ESTAGIÁRIO(A), visando, unicamente, possibilitar a realização da atividade de estágio curricular (*definir estágio obrigatório ou não obrigatório*).

Parágrafo único. Este Termo de Compromisso vincula-se para todos os efeitos legais ao Protocolo Estágio nº/200..., celebrado no dia de, de 200..., conforme consta no Processo nº

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Planejamento, Acompanhamento e Execução

Para proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, o estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico planejado em conformidade com as especificidades do Curso, deverá ser acompanhado e executado de acordo com a programação estabelecida no Plano de Atividades, que será incorporado ao presente Termo, por meio de aditivos, à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do ESTAGIÁRIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Seguro

O(A) ESTAGIÁRIO(A) estará segurado(a) contra riscos de acidentes pessoais pela Apólice de Seguro nº, que a UFMG mantém com a Seguradora(Contratação desse seguro só poderá caber à UFMG no caso de estágios obrigatórios).

CLÁUSULA QUARTA – Do Vínculo Empregatício

Nos termos do disposto no art. 3º, da Lei nº 11.788/08, o estágio curricular não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o(a) ESTAGIÁRIO(A), o CAMPO DE ESTÁGIO e a UFMG.

CLÁUSULA QUINTA – Da Bolsa de Estágio

O CAMPO DE ESTÁGIO concederá ao ESTAGIÁRIO uma bolsa no valor de R\$..... (.....) que será paga mensalmente e terá por base de cálculo o número de horas efetivamente dedicadas às atividades de estágio curricular.

Parágrafo Único – Além da bolsa referida no caput, o ESTAGIÁRIO receberá, do CAMPO DE ESTÁGIO, auxílio-transporte, no valor de(R\$.....) (na hipótese de estágios não obrigatórios)

Ou

O ESTAGIÁRIO não receberá qualquer valor a título de bolsa, nem qualquer outra forma de retribuição pecuniária. (No caso de estágio obrigatório)

CLÁUSULA SEXTA – Do Prazo do Estágio

Fica comprometido que o estágio curricular terá duração de (.....) meses, tendo início em / / e término em / /

Parágrafo 1º O prazo de duração do estágio poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, não podendo, contudo, sua duração exceder a 04 (quatro semestres letivos, exceto quando se tratar de ESTAGIÁRIO portador de deficiência).

Parágrafo 2º Fica assegurado ao (a) ESTAGIÁRIO (A) que desenvolva estágio com duração igual ou superior a 1 (um) ano, recesso remunerado de 30 (trinta) dias ou proporcional nos casos de estágio inferior a 1 (um) ano, preferencialmente no período de férias escolares. Esse recesso só será remunerado quando o (a) ESTAGIÁRIO (A) receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Carga Horária da Jornada de Atividades

O(A) ESTAGIÁRIO(A) deverá cumprir (.....) horas de jornada de atividades de estágio curricular por semana, de segunda a sexta-feira, com carga de (.....) horas por dia, em período compatível com o seu horário escolar, salvo o estágio realizado no período de férias, desde que previsto no projeto pedagógico do curso.

Parágrafo único. A carga horária diária e semanal para a realização do estágio curricular poderá ser alterada, quando não prejudicar o horário escolar do (a) ESTAGIÁRIO(A), conforme as normas pertinentes e de acordo com a conveniência da UFMG e do CAMPO DE ESTÁGIO.

CLÁUSULA OITAVA – Do Local e Horário do Estágio

As atividades a serem cumpridas serão realizadas nas dependências do CAMPO DE ESTÁGIO e deverão ser desenvolvidas no(a) (local) , e, em conformidade com os termos da Cláusula Sétima, o(a) ESTAGIÁRIO(A) deverá prestar (.....) horas de estágio curricular por semana, de segunda a sexta-feira, com carga de (.....) horas por dia, no horário de às horas.

CLÁUSULA NONA – Supervisão, Acompanhamento e Avaliação

I – Do CAMPO DE ESTÁGIO

- a) acompanhar e supervisionar o(a) ESTAGIÁRIO(A) na execução de atividades, no ambiente de trabalho, por intermédio do(a) Sr(a)., Profissional de seu quadro de pessoal com a função de Supervisor de Estágio;
- b) proporcionar todas as oportunidades e condições necessárias para o pleno cumprimento das metas previstas no Plano de Atividades;
- c) enviar à UFMG, relatório de atividades, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, com vista obrigatória relatório ao ESTAGIÁRIO, manifestando sobre o desenvolvimento do estágio e o desempenho do ESTAGIÁRIO;
- d) emitir Certificado de Estágio Curricular, que conterá os dados de identificação, o período da prestação da atividade de estágio curricular e a carga horária total.

II – Do (a) ESTAGIÁRIO (A)

- a) manter conduta ética, obedecer às normas internas do CAMPO DE ESTÁGIO e preservar o sigilo das informações a que tiver acesso;
- b) cumprir as atividades programadas;
- c) elaborar, assinar e entregar relatório de atividades ao Orientador de Estágio, no prazo de..... (definir a periodicidade, que não poderá ser superior a 06(seis) meses.

- d) comunicar, de imediato e por escrito, a ocorrência de qualquer fato relevante relacionado à realização do estágio curricular e, da mesma forma, a interrupção, suspensão ou cancelamento de sua matrícula na UFMG.

III – Da UFMG

- a) responsabilizar-se, para que a atividade de estágio curricular seja realizada como procedimento didático-pedagógico;
- b) coordenar e orientar, na qualidade de interveniente, por intermédio do Sr(a). Professor(a), servidor(a) de seu quadro de pessoal docente com a função de Orientador de Estágio, o desenvolvimento das atividades programadas e avaliar o rendimento do(a) ESTAGIÁRIO(A), com base em relatórios e parâmetros inerentes à formação escolar e à habilitação profissional;
- c) observar o cumprimento da legislação e demais disposições sobre o estágio curricular.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Desligamento

Ocorrerá o desligamento do(a) ESTAGIÁRIO (A):

- a) automaticamente, ao término do estágio curricular;
- b) a qualquer tempo, no interesse da Administração;
- c) após decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio curricular, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho no CAMPO DE ESTÁGIO ou na UFMG;
- d) a pedido do(a) ESTAGIÁRIO(A);
- e) em decorrência do descumprimento de qualquer compromisso assumido neste Termo de Compromisso;
- f) pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de 05 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de 01 (um) mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do estágio curricular;
- g) pela conclusão ou abandono do curso, trancamento de matrícula ou transferência para outra Instituição de Ensino;
- h) por conduta incompatível com a exigida pela administração do CAMPO DE ESTÁGIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro

Nos termos do inciso I, do art. 109, da Constituição Federal, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste Instrumento é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente Termo Compromisso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Belo Horizonte, de de 200...

CAMPO DE ESTÁGIO:

ESTAGIÁRIO(A):

UFMG (Interveniente):

Professor Coordenador do Colegiado

Testemunhas:

Nome:

CI:

CPF:

Nome:

CI:

CPF

ANEXO D – RESPOSTA OUVIDORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE SOBRE O CARGO DE ARQUIVISTA

Ouvidoria-Geral do Município de Belo Horizonte <tag.ouvidoriageral@pbh.gov.br>

18 de ago



para mim

=====

NAO RESPONDA ESTE E-MAIL. SUA RESPOSTA NAO SERA RECEBIDA.

=====

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICIPIO
OUVIDORIA-GERAL DO MUNICIPIO
Espaco de Dialogo entre o Cidadao e a Administracao Publica

Prezada Sra. Juliana

Referencia: Manifestacao no 182480

Informamos a V. Sa. que, de acordo com a SMARH - Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos, atualmente, nao existe na Administracao Direta da Prefeitura de Belo Horizonte cargo de Arquivista. Conforme verificado no historico da legislacao municipal, ja houve um cargo com esta nomenclatura, porem ele foi enquadrado como Agente de Administracao II pela Lei Municipal no 2.840/1977. Cumpre informar que o referido cargo exigia apenas segundo grau completo e que, desde a publicacao da citada lei, nao foi criado novo cargo com mesmo nome ou caracteristicas.

Sugerimos entrar em contato, tambem, com os orgaos da Administracao Indireta do Municipio, que poderao informar sobre a existencia ou nao do cargo em suas respectivas unidades.

Caso sua demanda nao tenha sido atendida, conforme informado, favor entrar em contato com a Ouvidoria-Geral do Municipio novamente, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme Decreto Municipal No 16.119/ 2015.
Favor participar da Pesquisa de Satisfacao da Ouvidoria-Geral do Municipio: <https://ouvidoriageral.pbh.gov.br/tag/Consultamanif140315.dll>

Obrigado por entrar em contato com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Atenciosamente,

Ouvidoria-Geral do Municipio

ANEXO E – RESPOSTA e-SIC DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL DE MINAS GERAIS SOBRE O CARGO ARQUIVISTA

Dados do Pedido		
Protocolo	01630000013201609	
Solicitante	MARIA JULIANA NUNES DA SILVA	
Data de abertura	27/06/2016	
Órgão Superior Destinatário	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG	
Órgão Vinculado Destinatário		
Prazo de atendimento	18/07/2016	
Situação	Respondido	
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)	
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)	
Descrição	Quantas vagas para arquivista (cargo de nível superior, de acordo com a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978) foram disponibilizadas ao Poder Executivo Estadual, por meio de concursos públicos realizados entre os anos de 2005 ao ano de 2015? Existe dentro da estrutura de algum dos órgãos do executivo estadual o cargo de arquivista, nos termos citados acima?	
Dados da Resposta		
Data de resposta	14/07/2016	
Tipo de resposta	Acesso Concedido	
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC	
Resposta	Prezada, Segue resposta em anexo. Atenciosamente, Diretoria Central de Gestão do Recrutamento e Seleção e Diretoria Central de Carreiras e Remuneração	
Classificação do Pedido		
Categoria do pedido	Governo e Política	
Subcategoria do pedido	Administração pública	
Número de perguntas	2	
Histórico do Pedido		
Data do evento	Descrição do evento	Responsável
27/06/2016	Pedido Registrado para o Órgão Governadoria do Estado de MG	SOLICITANTE
28/06/2016	Pedido Reencaminhado para o Órgão Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG	Secretaria-Geral de Governo - SGG
14/07/2016	Pedido Respondido	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG

Prezada,

Esclarecemos que as carreiras do Poder Executivo estadual possuem um perfil amplo de atribuições, agrupando diversas categorias profissionais conforme o nível de escolaridade exigido para ingresso (fundamental, médio ou superior) e a área de atuação do órgão/entidade de lotação do cargo (Saúde, Educação, Cultura, Meio Ambiente, etc.).

Embora tenham sido realizados concursos públicos na Fhemig, Seplag, Sisema, TV Minas e Arsaie com exigência prevista em edital de formação em arquivologia, biblioteconomia ou gestão de arquivos, esclarecemos que não existe um cargo específico de arquivista dentro da estrutura dos órgãos/entidades do Poder Executivo estadual.

Edital	Carreira	Área	Nº. de vagas ofertadas
FHEMIG nº. 01/2009	Analista de Gestão e Assistência Saúde – AGAS – Nível III – Grau A	Graduação em nível superior em qualquer área de conhecimento, acumulada com pós-graduação lato sensu em Gestão de Arquivos e Documentos; ou Graduação em nível superior em Arquivologia, acumulada com pós-graduação lato sensu em qualquer área.	2
SEPLAG/FCS nº. 04/2012	Analista de Gestão – Nível I – Grau A	Arquivologia ou Biblioteconomia	1
SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 01/2013	Gestor Ambiental – SEMAD – Nível I – Grau A	Arquivologia	1
SEPLAG/TV MINAS Nº 03/2013	Analista TV Minas – Nível I – Grau A	Executar atividades de arquivo	1
SEPLAG/TV MINAS Nº 03/2013	Analista TV Minas – Nível I – Grau A	Executar atividades de assessoria de gerenciamento de arquivos digitais	2
SEPLAG/TV MINAS Nº 03/2013	Técnico de TV – Nível I – Grau A	Executar atividades de assessoramento de arquivos de mídia digital	6
SEPLAG/ARSAIE Nº 05/2013	Gestor de Regulação de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário	Biblioteconomia/ Arquivologista/ Ciências da Informação	2
TOTAL			15